

HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

# RELATÓRIO MUNDIAL | 2015

EVENTOS DE 2014



# Relatório Mundial de Direitos Humanos 2015

Eventos de 2014

HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

## Capítulos em português

O FALSO CONFORTO DA TIRANIA: POR QUE A PROTEÇÃO DE DIREITOS NÃO É EQUIVOCADA EM TEMPOS DIFÍCEIS .....	1
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

*Por Kenneth Roth*

ÁFRICA DO SUL .....	13
ANGOLA .....	17
BRASIL .....	21
CHINA.....	27
CUBA.....	37
ESTADOS UNIDOS.....	42
ÍNDIA.....	53
ISRAEL/PALESTINA.....	60
MÉXICO .....	69
RÚSSIA.....	77
SÍRIA .....	83
VENEZUELA .....	91



# O Falso Conforto da Tirania: Por que a Proteção de Direitos não é Equivocada em Tempos Difíceis

*Por Kenneth Roth*

Há décadas que o mundo não testemunhava tamanha instabilidade. A Primavera Árabe, tão aclamada pela mídia à época de seu surgimento, se transformou em conflito e repressão generalizados. Extremistas islâmicos cometem atrocidades e ameaçam a população civil em todo o Oriente Médio e em algumas partes da Ásia e África. As tensões da Guerra Fria ressurgiram na Ucrânia e até mesmo um avião comercial foi derrubado como consequência. Às vezes, parece até que o mundo está desmoronando.

A resposta de muitos governos à turbulência foi a redução ou o abandono dos direitos humanos. Em geral, os governos diretamente afetados por turbulências buscam avidamente uma desculpa para reprimir a pressão popular por uma mudança democrática. Outros governos influentes sentem-se mais à vontade recorrendo a relações antigas com autocratas do que competindo com a incerteza de um regime popular. Alguns desses governos continuam a suscitar preocupações legítimas em relação aos direitos humanos, mas grande parte deles parece ter chegado à conclusão de que as graves ameaças à segurança dos dias atuais devem prevalecer sobre os direitos humanos. Neste momento difícil, eles parecem afirmar que os direitos humanos devem ser colocados em segundo plano, como algo supérfluo que pode esperar por um momento menos turbulento.

Essa relativização dos direitos humanos não é apenas equivocada, mas também insensata e danosa. As violações dos direitos humanos tiveram um papel importante em gerar ou agravar a maioria das crises atuais. O segredo para resolver essas crises está em proteger os direitos humanos e permitir que a população expresse sua opinião sobre a forma como seus governos devem lidar com elas. Especialmente em períodos conturbados e de escolhas difíceis, os direitos humanos são uma bússola essencial para a tomada de ação política.

## A Ascensão do ISIS

Nenhum desafio no ano passado eclodiu de forma mais radical do que o surgimento do autoproclamado Estado Islâmico, o grupo extremista também conhecido como ISIS. A execução em massa, por parte do ISIS, de combatentes capturados e civis contrários ao grupo foi um choque para todos. Este grupo armado sunita já hostilizou yazidis, turcomenos, curdos, xiitas e até mesmo outros sunitas que desaprovam sua

interpretação extremista da lei islâmica. Seus militantes escravizaram, estupraram e forçaram mulheres e meninas yazidis a se casarem. Além disso, decapitaram jornalistas e trabalhadores humanitários em espetáculos macabros gravados em vídeo. Raramente observamos uma força armada gerar tanto mal-estar e oposição generalizados.

Apesar disso, o ISIS não surgiu do vazio. Em parte, é produto da guerra e ocupação militar do Iraque liderada pelos Estados Unidos iniciada em 2003, o que gerou, entre outras coisas, uma insegurança e os abusos dos detentos na prisão de Abu Ghraib e em outros centros de detenção administrados pelos EUA. O financiamento de grupos extremistas pelos países do Golfo e seus cidadãos também desempenhou um papel importante. Mais recentemente, as políticas sectárias dos governos iraquiano e sírio e a indiferença internacional aos graves abusos dos direitos cometidos por esses governos têm sido fatores determinantes. Se as condições que levaram à formação do ISIS não forem controladas, o grupo pode aprofundar o seu domínio sobre os dois países e expandi-lo para o Líbano, Jordânia, Líbia e outros territórios.

## Iraque

No Iraque, o surgimento do ISIS deve-se, em grande parte, ao regime sectário opressor do ex-primeiro-ministro Nouri al-Maliki e à consequente radicalização da comunidade sunita. Com o apoio iraniano, Maliki assumiu o controle pessoal das forças de segurança iraquianas e apoiou a formação de milícias xiitas, muitas das quais perseguiram brutalmente a população sunita minoritária. Os sunitas foram demitidos de cargos públicos selecionados, cercados e detidos arbitrariamente sob novas leis demasiadamente amplas, sumariamente executados e bombardeados de forma indiscriminada.

A gravidade da perseguição pode ser avaliada pelos seus efeitos. O antecessor do ISIS, a Al-Qaeda no Iraque (AQI), foi derrotado com a ajuda de uma coalizão militar de tribos sunitas no Iraque ocidental, conhecida como os Awakening Councils (Conselhos do Despertar). Contudo, muitas das tribos que quase isoladamente derrotaram a AQI tornaram-se tão temerosas de massacres e perseguição pelas forças de segurança pró-governo que, quando o conflito eclodiu em 2014, elas sentiram-se mais seguras lutando contra essas forças do que contra o ISIS.

Grupos de direitos humanos insistentemente chamaram atenção para o regime abusivo de Maliki, porém, os EUA, o Reino Unido e outros países, ansiosos por esquecer seu próprio envolvimento militar no Iraque, em grande parte ignoraram este domínio sectário – e até mesmo forneceram-lhe armas.

Atualmente, há um maior reconhecimento de que esta indiferença às atrocidades cometidas por Maliki foi um erro. Por fim, ele foi forçado a renunciar seu cargo, sendo substituído por Haider al-Abadi, que comprometeu-se com uma forma mais inclusiva de governar. No entanto, como o Iraque ainda recebe auxílio militar do ocidente, o sectarismo abusivo ainda não terminou. Maliki continua a atuar como um dos três vice-presidentes do Iraque; além disso, o débil governo aumentou amplamente sua dependência das milícias xiitas, permitindo a mobilização de quase um milhão de combatentes xiitas sem fiscalização ou regulamentação do governo. De fato, devido à desordem em que o exército iraquiano se encontra, as milícias são as principais forças

terrestres na luta contra o ISIS, apesar de seus assassinatos e massacres ininterruptos dos sunitas sob o argumento de que estes seriam simpatizantes abertos do ISIS. Até o fim destas atrocidades, é provável que as milícias xiitas contribuam mais para ajudar o recrutamento do ISIS do que para derrotá-lo no campo de batalha.

Enquanto isso, o governo iraquiano não pôs fim a ataques militares indiscriminados em áreas civis, nem decretou a liberação de um grande número de indivíduos presos sem mandado judicial ou que permanecem na cadeia após o cumprimento de suas penas. O judiciário corrupto e abusivo permanece sem reformas e o chamado de Abadi para o fim de um regime opressivo e de exclusão ainda não foi atendido. A longo prazo, a concretização destas reformas será, no mínimo, tão importante quanto à ação militar para proteger os civis das atrocidades do ISIS.

## Síria

Na Síria, a ascensão do ISIS ocorreu devido a vários fatores, como fronteiras permeáveis com a Turquia, que possibilitaram o financiamento e o fornecimento de armas aos combatentes por governos estrangeiros. Posteriormente, muitos deles passaram a fazer parte do grupo extremista. O ISIS também gerou fundos por meio de pedidos de resgate exorbitantes e “impostos” cobrados da população concentrada no território controlado, bem como a venda de antiguidades e petróleo sírio.

Com esses elementos fundamentais, o ISIS chegou a se manifestar como a força mais hábil para desafiar a brutalidade extraordinária do Presidente Bashar al-Assad e suas tropas. De modo cruel, as forças de Assad deliberadamente atacaram civis que viviam em áreas controladas pela oposição, com o objetivo de despovoar estas áreas e punir supostos simpatizantes rebeldes.

Desde que o governo sírio entregou suas armas químicas, sua ferramenta mais evidente foi a bomba barril, um tambor de óleo ou recipiente similar cheio de explosivos de alta potência e fragmentos metálicos. Também usada pela força aérea iraquiana, a bomba ganhou notoriedade na Síria, onde a força aérea normalmente a arremessa de um helicóptero em altas altitudes para evitar o fogo antiaéreo. A essa altura, é impossível que a bomba barril tenha um alvo preciso. Ela simplesmente é arremessada ao solo, fazendo seu assustador som sibilante, enquanto seu conteúdo se desloca, até cair no chão e ser detonado.

As bombas barril são tão imprecisas que as forças armadas sírias não ousam usá-las nas proximidades das linhas de frente por medo de atingir suas próprias tropas. Em vez disso, elas são arremessadas especificamente nos territórios controlados pelos grupos rebeldes, com o conhecimento de que destruirão prédios residenciais, hospitais, escolas e outras instituições civis. Estas armas de uso indiscriminado tornaram a vida tão miserável para muitos civis que muitos dos que optam por não fugir do país escolhem se mudar com suas famílias para áreas próximas à linha de frente. Eles preferem enfrentar franco-atiradores e sua artilharia, em vez do horror das bombas barril.

Quando o governo sírio atacou civis com armas químicas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas pressionou Assad para parar e entregar suas armas. Porém, na

medida em que o governo sírio matou ainda mais civis por meio de ataques indiscriminados com armas convencionais, como bombas barril, além de munições de fragmentação, armas incendiárias e foguetes não guiados, o Conselho de Segurança, em grande parte, permaneceu à margem. Vários países condenaram o massacre, mas até agora não fizeram muito mais do que gerar pressão para seu fim.

A Rússia tem usado seu poder de veto do Conselho de Segurança, para afastar os esforços unificados que buscam dar um fim à carnificina. A Rússia e o Irã também se recusaram a usar suas enormes influências em Damasco para exigir um fim aos ataques indiscriminados, apesar das exigências do Conselho de Segurança, o qual inclui a Rússia, para o cessar desses ataques. O encaminhamento da Síria ao Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes internacionais graves de todos os lados, uma medida apoiada por mais de 65 países, é medida execrada por Moscou.

A coalizão liderada pelos EUA tem confrontado o ISIS, mas nenhuma nação – seja do lado dos adversários, como os EUA, ou do lado dos apoiadores como a Rússia e o Irã – aumentou a pressão sobre Assad para que cesse o massacre de civis. Os dois não podem – e não devem – ser tão facilmente separados.

Esta preocupação seletiva tem sido um presente para os recrutadores do ISIS, que se apresentam como os únicos dispostos e capazes de desafiar as atrocidades cometidas por Assad. É óbvio que simplesmente atacar o ISIS não será suficiente para dar um fim ao seu apelo. É preciso uma preocupação mais ampla com a proteção dos civis sírios.

## **Repressão Intensificada no Egito**

No Egito, o governo brutal do general que se tornou o novo presidente, Abdel Fattah al-Sisi, buscou esmagar as aspirações democráticas da Praça Tahrir. A revolta que derrubou o governo autoritário do Presidente Hosni Mubarak entregou ao Egito sua primeira eleição presidencial livre e justa, vencida por Mohamed Morsy da Irmandade Muçulmana. O governo de Morsy se desenvolveu de tal forma que deixou muitos egípcios com medo (com ou sem fundamento) do surgimento gradual de um rigoroso regime islâmico; no entanto, seus abusos nunca chegaram perto daqueles que agora assolam a população egípcia, cometidos pelo governo dominado pelos militares que derrubou Morsy em 30 de junho de 2013.

O golpe militar liderado por Sisi devastou a Irmandade e seus partidários. No dia 14 de agosto de 2013, em apenas 12 horas, ao menos 817 manifestantes, que em sua maioria protestavam de forma pacífica contra a remoção de Morsy na Praça Rab'a, no Cairo, foram mortos a tiros pelas forças de segurança orientadas por Sisi e pelo Ministro do Interior Mohamed Ibrahim.

As forças de segurança alegaram legítima defesa, porém o número de suas vítimas era mínimo comparado com o número de manifestantes baleados por franco-atiradores e outros homens armados. Muitos dos mortos e feridos foram atingidos enquanto procuravam ajuda médica. As autoridades egípcias haviam planejado a dispersão violenta da ocupação com muitas semanas de antecedência e, sem dúvida, anteciparam um surpreendente número de mortes. Foi o maior massacre de manifestantes na

história mundial recente – o maior número de mortes desde, pelo menos, a repressão na China do movimento democrático da Praça Tiananmen em 1989.

Desde o golpe, as forças de segurança de Sisi prenderam dezenas de milhares de supostos membros da Irmandade Muçulmana, bem como muitos ativistas seculares, muitas vezes sem acusação formal ou julgamento. Os tribunais egípcios proferiram centenas de penas de morte após julgamentos em massa que não fazem o menor esforço de individualizar as provas ou oferecer uma oportunidade significativa para defesa.

A resposta da comunidade internacional a essa repressão sem precedentes foi vergonhosamente insuficiente. No Conselho de Direitos Humanos da ONU, 27 países pressionaram o Egito a investigar o massacre da Praça Rab'a, mas não obtiveram o voto da maioria no Conselho. Há pouco interesse por parte dos EUA, Reino Unido e outros governos europeus importantes em investigar os abusos do governo militar. Com efeito, enquanto Washington aplicará sanções seletivas a oficiais venezuelanos (um movimento que apoiamos) pela resposta brutal de suas forças de segurança aos protestos – que custou a vida de não mais do que algumas dezenas de manifestantes (embora tenha vitimado muitos outros) –, desaprova quaisquer sanções ao Egito, apesar do massacre de aproximadamente mil manifestantes na Praça Rab'a por parte do governo daquele país.

O Congresso cortou parte do auxílio militar, apesar da resistência da administração Obama em qualificar o ocorrido como “golpe”, por medo das consequências que isso pode acarretar no âmbito legislação norte-americana. O Secretário de Estado John Kerry mencionou de forma reiterada uma transição para a democracia que estava supostamente em andamento no Egito, apesar da falta de provas que sustentassem tais alegações. Agora que o Congresso incluiu uma nova exceção relacionada à segurança nacional para as condições atuais de assistência militar, o governo dos EUA provavelmente restaurará grande parte – se não todo – o seu apoio militar ao Egito, mesmo que não haja diminuição efetiva na repressão praticada pelo governo deste país. Esta corrida para reativar o fluxo da assistência militar é motivada pela priorização dos Estados Unidos em ter as forças armadas egípcias trabalhando para combater a insurgência no Sinai, favorecer a ofensiva de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza e apoiar a guerra anti-ISIS na Síria e no Iraque, em detrimento do interesse em proteger os direitos da população egípcia. O Reino Unido, a França e outros governos europeus também têm feito pouco para reverter a repressão sem precedentes por parte de Sisi.

A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU) têm avidamente auxiliado o Egito a dispersar a Irmandade Muçulmana. Como monarquias que invocam o Islã para defender sua própria legitimidade, eles parecem temer um movimento religioso que governe em nome do Islã mas ainda adota eleições democráticas. Esses governos têm investido bilhões de dólares no projeto de repressor de Sisi e classificado a Irmandade como organização terrorista. Os Emirados Árabes Unidos têm perseguido supostos partidários da Irmandade dentro de suas fronteiras.

O apoio internacional ao governo repressivo de Sisi não é apenas um desastre para a esperança egípcia de um futuro democrático, também acaba por transmitir uma mensagem terrível para a região. O ISIS pode agora, de maneira plausível, argumentar que



a violência é o único caminho para o poder dos islamitas, pois quando buscaram o poder por meio de eleições justas e ganharam, foram derrubados, sem grande alarde por parte da comunidade internacional. Mais uma vez, a conveniência mais imediata de algumas potências influentes – que reprimiram a Irmandade Muçulmana – ameaça criar uma catástrofe de ao longo prazo para o futuro político da região.

## O Conflito entre Israel e Palestina

No ano passado, observou-se mais construções de assentamentos por Israel, mais retaliações violentas na Cisjordânia e outra rodada de conflito armado sangrento na Faixa de Gaza. O Hamas e outros grupos armados palestinos da Faixa de Gaza dispararam milhares de foguetes e morteiros indiscriminadamente em direção a centros populacionais israelenses. Em alguns casos, o Hamas e seus aliados colocaram em perigo, desnecessariamente, as vidas de civis palestinos com confrontos em áreas povoadas, além de executarem sumariamente supostos traidores.

Dezenas de milhares de foguetes, bombas e ataques de artilharia israelenses, bem como uma definição bem ampla de “alvos militares legítimos”, ataques sem alvos militares evidentes e uma negligência em relação às vítimas civis, causaram a morte de cerca de 1.500 civis na Faixa de Gaza e destruição sem precedentes de suas habitações e infraestrutura. Na Cisjordânia ocupada, além da expansão dos assentamentos, Israel continuou suas demolições discriminatórias e punitivas das habitações palestinas. Além disso, continuou fazendo uso desnecessário de força letal contra os palestinos, matando dezenas deles, incluindo crianças.

Israel tem um histórico lamentável de não promover a responsabilização de seus soldados por graves violações das leis de guerra; já o Hamas nem sequer alegou investigar violações por parte de combatentes palestinos. O envolvimento do TPI poderia ajudar a dissuadir os dois lados de cometerem crimes de guerra, possivelmente oferecendo às vítimas um mínimo de justiça. Com seu status de Estado-Observador da ONU, a Palestina é elegível para integrar o TPI, tendo marcado o Ano Novo ao, finalmente, passar a fazer parte da corte. O TPI terá jurisdição sobre os crimes de guerra cometidos no território palestino ou a partir dele; em outras palavras, seus poderes serão aplicáveis a ambos os lados do conflito.

No entanto, os EUA e os líderes da União Europeia tentaram impedir a adesão da Palestina ao tribunal de Haia, exercendo pressão equivocada sobre o país. Sua justificativa foi que o envolvimento do TPI seria inútil para o processo de paz, predominantemente estagnado. Neste caso eles adotaram uma posição oposta àquela adotada em praticamente todas as outras situações de crimes de guerra em grande escala, nas quais reconhecem que a coibição destes crimes é de modo geral pré-requisito para que se crie a confiança necessária para conversações de paz produtivas. Ninguém explicou de forma plausível o motivo pelo qual o conflito entre Israel e a Palestina deveria ser uma exceção a essa regra.

A intenção real dos governos ocidentais é proteger os israelenses de uma possível ação penal. Esse tipo de posicionamento seletivo compromete o poder e a legitimidade da justiça internacional no mundo todo. Isso incentiva a crítica, que

argumenta que a justiça internacional é reservada para as nações fracas que não são aliadas próximas dos poderosos.

## **Atrocidades do Boko Haram na Nigéria**

O problema da supremacia da turbulência sobre os direitos humanos não se limita ao Oriente Médio. Preocupações sobre os direitos humanos estão no centro do conflito na Nigéria, onde o grupo militante islâmico Boko Haram ataca civis e as forças de segurança da Nigéria. O grupo armado tornou-se conhecido pela sua crueldade ao instalar bombas em mercados, mesquitas e escolas, matando milhares de civis. No ano passado, o Boko Haram raptou centenas de estudantes e mulheres jovens na região nordeste do país. Algumas foram forçadas a se casar com militantes e estavam sujeitas à violência sexual. Um sequestro coletivo ocorrido em abril provocou uma campanha de mídia social no mundo todo, a “#BringBackOurGirls” (“Traga Nossas Meninas de Volta”), mas essas vítimas e muitas outras permanecem em cativeiro.

Rica em petróleo, a Nigéria deveria ter sido capaz de escalar um exército profissional que respeite os direitos e que consiga proteger os nigerianos deste grupo abusivo. No entanto, as autoridades do país deixaram suas forças armadas mal equipadas e sem motivação para defender contra os ataques do Boko Haram.

Nos momentos em que o exército decidiu agir, o fez frequentemente de maneira abusiva, prendendo centenas de homens e jovens suspeitos de apoiar o Boko Haram, mantendo-os presos em condições desumanas e agredindo-os fisicamente, ou até os matando. Muitos outros membros da comunidade foram vítimas de desaparecimento forçado, supostamente pelas próprias forças de segurança. Em março, quando suspeitos de pertencer ao Boko Haram fugiram do quartel de Giwa, um centro de detenção conhecido por seus abusos, as forças de segurança da Nigéria supostamente recapturaram e sumariamente executaram centenas deles.

A persistente falta de responsabilização por essas atrocidades tem dificultado a assistência na área de segurança por parte dos aliados da Nigéria, já que temem tornarem-se cúmplices dos abusos. O fracasso das autoridades nigerianas em conter as forças de segurança também alienou as comunidades locais, que de outro modo poderiam ter voluntariamente fornecido informações de inteligência às autoridades. Para conquistar os “corações e mentes” da população civil, o governo precisará investigar de forma transparente os supostos abusos do exército e punir os infratores.

## **A Abusiva Resposta do Quênia ao Al-Shabaab**

Como acontece com a Nigéria, o Quênia vem observando um grande aumento de ataques extremistas contra civis, alimentados, pelo menos em parte, por uma resposta abusiva da força de segurança. O grupo somaliano radical islâmico Al-Shabaab realizou seus ataques de maior notoriedade em um shopping de Nairóbi, em Mpeketoni e vilarejos próximos ao longo da costa do Quênia e na cidade de Mandera, no extremo nordeste.

A resposta do Quênia tem sido repleta de abusos. Em vez de criar confiança pública na capacidade das forças de segurança de combater esses ataques, as operações das forças de segurança têm gerado desconfiança e indignação da opinião pública. Em abril, após uma onda de bombardeios e ataques de granada em Nairóbi, a polícia e as forças armadas realizaram a Operação Usalama Watch no bairro Eastleigh da cidade – uma campanha de larga escala que implicou em violações dos direitos de refugiados e requerentes de asilo registrados, imigrantes somalianos ilegais e outros estrangeiros, assim como quenianos de origem somaliana. Assim como em operações semelhantes anteriores, a polícia queniana arbitrariamente prendeu vários milhares de pessoas e empregou força excessiva, invadindo casas, extorquindo moradores e cometendo abusos físicos contra somalianos étnicos.

Enquanto isso, evidências demonstravam que as unidades quenianas de combate ao terrorismo foram responsáveis pelo desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais de suspeitos de terrorismo ao invés de apresentá-los a um tribunal. Em vez de responder ao clamor público, o governo tentou silenciar o mensageiro, atribuindo ainda mais poderes às forças de segurança e fortalecendo os controles legislativos sobre a mídia, sociedade civil e outras fontes de crítica independentes. Países aliados, particularmente os EUA e o Reino Unido, que fornecem um apoio significativo contra o terrorismo aos serviços de segurança do Quênia, têm demorado a responder ao crescente conjunto de provas deste comportamento abusivo.

## **A Crise na Ucrânia e na Rússia**

A ocupação pela Rússia da região ucraniana da Crimeia e seu apoio militar aos rebeldes no leste da Ucrânia têm representado grandes desafios para os governos ocidentais do ponto de vista político e de segurança. O cerne da controvérsia envolve questões de soberania, sobre as quais a Human Rights Watch não toma qualquer posicionamento. No entanto, a relativamente acanhada reação ocidental à intensificação das violações dos direitos humanos que vêm eclodindo na Rússia durante os dois anos anteriores pode muito bem ter agravado a crise ucraniana.

Os governos ocidentais impuseram intensa pressão política sobre a Rússia, incluindo sanções específicas, a fim de incentivá-la a retirar-se da Crimeia e parar de fornecer apoio aos rebeldes. No entanto, de modo geral, esses governos subestimaram o crescente autoritarismo na Rússia desde a volta de Putin ao Kremlin, ou tiveram dificuldades de reagir a ele.

Temendo uma possível “revolução colorida”, em 2012, o Kremlin deu início ao que se tornou a mais intensa repressão à dissidência desde a era soviética. Tendo como alvo grupos de direitos humanos, dissidentes, jornalistas independentes, manifestantes pacíficos e críticos que utilizam a Internet como forma de expressão, o governo russo reduziu de forma radical a possibilidade de que opiniões contrárias atingissem um grande número de pessoas. O resultado foi um sistema de informação fechado, que permitiu ao Kremlin reprimir maior parte da oposição contra suas ações na Ucrânia. A integridade dos direitos políticos na Rússia deveria ser uma parte central de todos os esforços para resolver o conflito ucraniano, mas não tem sido bem assim.

Da mesma forma, em meio ao que por vezes parecia ser uma nova Guerra Fria com a Rússia em relação à Ucrânia, o ocidente parece ter também recorrido à mentalidade retrógrada do “bem contra o mal”. Ansiosos por apresentar a Ucrânia como vítima inocente da agressão russa, o ocidente se negou a questionar aspectos preocupantes do comportamento ucraniano, como, por exemplo, o uso de “batalhões de voluntários” que, de forma recorrente, cometem abusos contra detentos ou usam, indiscriminadamente, armas em áreas povoadas. Enquanto isso, as próprias forças pró-Rússia no leste ucraniano abusaram gravemente dos detentos e puseram em perigo as vidas da população civil com o lançamento de foguetes nas proximidades. A relutância do ocidente em lidar com os abusos ucranianos tornou politizado o que deveria ser um apelo para ambos os lados, baseado em princípios de respeito ao direito humanitário internacional –que, se bem-sucedido, “acalmaria os nervos” e aumentaria a possibilidade de uma solução política mais ampla.

## **Repressão Chinesa aos Uigures em Xinjiang**

A tática do governo chinês em relação a Xinjiang – província ao noroeste do país que é o lar da minoria muçulmana uigur – é responder às reivindicações sobre as violações dos direitos humanos com mais restrições e violações. O governo de Pequim afirma que a repressão é necessária para combater o separatismo e o terrorismo, mas sua tática é impor algumas das políticas mais draconianas e discriminatórias contra os uigures, incluindo proibições de usar barbas e véus, restrições sobre a prática de jejuns e discriminação ostensiva com relação à educação religiosa.

Os crescentes ataques fatais contra civis e as forças de segurança em Xinjiang são uma grande preocupação para o governo. No entanto, a avidez com que o governo atribui a violência aos “terroristas uigures” – ao mesmo tempo que raramente encontra provas e rotineiramente nega aos suspeitos o direito a um julgamento justo – cria um círculo vicioso em que os já reprimidos uigures sentem-se sob constante ameaça do Estado. Com as poucas informações disponibilizadas publicamente, é impossível avaliar com precisão se os presos, que muitas vezes são condenados à morte, são responsáveis pela violência ou se as severas medidas do governo para o combate ao terrorismo estão sendo aplicada contra as pessoas certas.

Como ilustrado pela extraordinariamente rigorosa decisão de prisão perpétua proferida em setembro ao economista uigur moderado Ilham Tohti, o Estado permanece relutante em fazer a distinção entre críticas pacíficas e manifestações de violência. A receita para o aumento da violência está montada: cruelmente processar a crítica pacífica, não permitindo sequer espaço para a liberdade religiosa ou cultural e expandindo uma estratégia econômica na qual os uigures não são capazes de concorrer igualmente com os migrantes chineses da etnia han.

## **A Abusiva Guerra contra as Drogas no México**

No início de 2007, o governo do então presidente Felipe Calderón deu início a uma “guerra contra as drogas” no México, posicionando de forma massiva as forças de segurança no combate aos violentos cartéis de drogas do país. O resultado foi uma

epidemia de execuções sumárias, desaparecimentos forçados e torturas pela polícia e forças armadas, propagando violência entre as organizações criminosas concorrentes e uma catástrofe na segurança pública, que custou a vida de mais de 90.000 mexicanos. Em seus dois anos no cargo, o atual presidente do México, Enrique Peña Nieto, moderou o discurso retórico da guerra contra as drogas, mas não fez intervenções significativas na redução da corrupção e impunidade, que possibilitam o surgimento dessas atrocidades.

Washington apoiou as políticas de “guerra contra as drogas” do México, prestando assistência às forças de segurança do país, enquanto reiteradamente elogiava seus esforços no confronto com os cartéis. O que o Congresso norte-americano não fez foi manifestar-se contra os terríveis abusos que essas forças cometem ou impor as condicionalidades relacionadas aos direitos humanos estabelecidas em uma parte da assistência fornecida às forças. Ao invés de chamar a atenção de um importante aliado e arriscar a cooperação bilateral na luta contra os narcóticos e outras prioridades de sua política, a administração Obama preferiu permanecer em silêncio, facilitando os esforços do governo mexicano de minimizar seus graves problemas de direitos humanos.

Alguns estados norte-americanos foram mais bem-sucedidos por meio da legalização da maconha, abalando o mercado ilegal desta droga. A administração Obama tem tolerado estas iniciativas, mas não tem oferecido muito apoio a elas. Pois deveria. Isso não é apenas a coisa certa a se fazer do ponto de vista do direito à privacidade, mas também um passo importante para o enfraquecimento dos lucros com os quais prosperam os traficantes de drogas.

## **Estados Unidos: Tortura da CIA, com Impunidade**

O ano chegou ao fim com a publicação de uma sinopse editada pelo Comitê de Inteligência do Senado norte-americano do seu relatório a respeito do uso de tortura pela Agência Central de Inteligência (CIA) contra suspeitos de terrorismo durante a administração do ex-presidente George W. Bush.

O presidente Obama pronunciou-se de forma contundente contra a tortura durante seu mandato, usando seu segundo dia no cargo para banir as “técnicas avançadas de interrogatório” da administração Bush – um eufemismo para tortura – e fechar os centros de detenção secretos da CIA onde grande parte da tortura era perpetrada. No entanto, Obama se recusou de forma contundente a promover investigações em relação à tortura praticada pela CIA durante a administração Bush, que dirá a promover ações penais, apesar de ser uma ação obrigatória nos termos da Convenção contra a Tortura, ratificada pelos EUA em 1994.

Existem vários possíveis motivos para a recusa de Obama em permitir ações penais. Ele pode ter temido que seria politicamente divisionista tomar a postura contrária, prejudicando o apoio de sua pauta legislativa pelos partidários de Bush no Congresso norte-americano, ainda que tenha havido muito pouca cooperação nesse sentido. Ele pode ter acreditado ser injusto promover ações penais depois que o Gabinete de Assessoria Jurídica do Departamento de Justiça constatou a legitimidade das “técni-

cas avançadas de interrogatório”, mesmo que o relatório do Senado tenha mostrado que a CIA estava ciente de que essas técnicas levavam a torturas tendo buscado, dessa forma, apoio político para justificar o injustificável. Ele pode ter acreditado que a grave ameaça à segurança enfrentada após os atentados de 11 de setembro de 2001 justificou recorrer a formas extremas de interrogatório, mesmo que o relatório do Senado tenha mostrado que elas produziram pouca ou nenhuma inteligência acionável, ao mesmo tempo que prejudicaram o posicionamento internacional norte-americano e impediriam os esforços da luta contra o terrorismo.

Em outras palavras, a recusa de Obama em permitir a responsabilização criminal dos autores das torturas significa que a proibição penal básica contra torturas permanece uma lei não em efeito nos Estados Unidos. Isso possibilita que futuros presidentes dos Estados Unidos, que inevitavelmente enfrentarão graves ameaças, lidem com a questão da tortura como uma opção política. Também enfraquece bastante a capacidade do governo norte-americano de pressionar outros países a processarem seus próprios torturadores, enfraquecendo uma importante voz para os direitos humanos em um momento em que o apoio baseado em princípios é uma necessidade urgente.

As revelações apresentadas no relatório do Senado também exigem uma ação na Europa, particularmente nos países onde os centros de detenção da CIA estavam localizados ou que foram cúmplices de rendições e consequentes torturas. Até o momento, a Itália é o único país europeu que processou pessoas pelo envolvimento nos abusos da CIA. A Polônia finalmente admitiu ter um centro de detenção de suspeitos da lista negra, mas as investigações criminais foram suspensas. A Romênia e a Lituânia negam terem participado.

As investigações penais estão em andamento no Reino Unido, mas o governo britânico não cumpriu sua promessa de fazer um inquérito judicial verdadeiramente independente sobre o envolvimento do país nas rendições e torturas. É fundamental uma exposição e conhecimento significativos sobre o papel da Europa nestes abusos, a fim de seja possível promover a responsabilização dos envolvidos e evitar outros casos de abusos no futuro.

## **Conclusão: O Papel Central dos Direitos Humanos**

Em todos os casos que abordamos, é inevitável que políticos e legisladores possam citar aparentes boas razões para minimizar a importância dos direitos humanos. A proteção aos direitos humanos exige certas limitações que podem parecer adversas para aqueles que defendem a postura de “fazer o que for preciso”, que muitas vezes prevalece diante de graves ameaças à segurança dos países. Porém, o ano de 2004 demonstrou quão insensata essa maneira de pensar pode ser. Muitas vezes, as próprias violações dos direitos humanos detonaram essas ameaças à segurança e sua violação continuada frequentemente as agravaram.

Os direitos humanos não são apenas restrições arbitrárias aos governos. Eles refletem valores fundamentais, amplamente compartilhados e profundamente arraigados, que impõem limites ao poder dos governos e medidas de proteção essenciais à autonomia e dignidade da pessoa humana. Trair esses valores raramente resulta

em um final feliz. Lidar com as ameaças na área da segurança exige a contenção de determinados indivíduos perigosos mas também a reconstrução de uma estrutura moral que sustente a ordem social e política.

Os ganhos imediatos obtidos com a relativização desses valores e da sabedoria fundamental que eles refletem dificilmente valem o preço que inevitavelmente deve ser pago a longo prazo. Ao invés de olharem para os direitos humanos como uma forma de restrição às suas possibilidades de ação, políticos e legisladores teriam mais sucesso se reconhecessem esses direitos como orientadores morais, bem como obrigações legais. Dessa forma, os resultados seriam provavelmente não apenas decisões certas, mas também as mais acertadas e eficientes a serem tomadas.

*Kenneth Roth é diretor executivo da Human Rights Watch.*

# África do Sul

A incapacidade do governo em lidar com importantes problemas socioeconômicos e políticos, como o desemprego, corrupção e ameaças à liberdade de expressão continuam a ser uma preocupação para muitos sul-africanos. Em maio de 2014, o presidente Jacob Zuma e o Congresso Nacional Africano (ANC) foram reeleitos para um segundo mandato, mas a vitória majoritária foi manchada pelo relatório do promotor público, Thuli Madonsela, que acusou o presidente de uso indevido de fundos estatais para reforçar a segurança de sua residência particular em Nkandla, Kwa Zulu Natal.

A África do Sul também quase não utilizou sua condição de membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para apoiar resoluções que poderiam ter ajudado na promoção e proteção dos direitos humanos em vários países, principalmente na Coreia do Norte, Sri Lanka, Síria e Irã.

## Conduta Policial

Ainda há grandes preocupações com relação à conduta e capacidade da força policial sul-africana (SAPS), tanto em relação ao uso de força em geral, bem como a sua capacidade de gerir tumultos sem infringir os direitos dos cidadãos. A polícia não dispõe de equipamento e treinamento adequados para controlar tumultos, o que muitas vezes leva ao uso excessivo e desproporcional da força.

Em 2014, incidentes de violência policial foram relatados no bairro de Mothutlung, na cidade de Brits (província de North West), em Relela (província de Limpopo) e em Bekkersdal (província de Gauteng). Em janeiro de 2014, a polícia matou três pessoas durante um protesto por falta de água em Mothutlung.

Em março de 2014, o departamento de investigação independente da polícia lançou uma investigação sobre um vídeo retratando um incidente onde policiais agrediam, revistavam e humilhavam um homem antes de arrastá-lo pela calçada até um camburão da polícia durante uma aparente prisão em Kensington, Cidade do Cabo. Os policiais foram presos mais tarde e acusados de agressão com intenção de causar lesões corporais graves.

## Inquérito sobre as Mortes de Mineiros de Marikana

As audiências da Comissão Farlam sobre as mortes de 44 pessoas, incluindo as mortes por intervenção policial de 34 mineiros entre os dias 11 e 16 de agosto de 2012, continuaram durante todo o ano. Entre os intimados a testemunhar perante a Comissão estavam o vice-presidente Cyril Ramaphosa e o comissário da polícia nacional Riah Phiyega. A Comissão tem enfrentado atrasos significativos devido à perda



de documentos essenciais (incluindo provas de vídeo), morte de testemunhas e uma disputa legal sobre o financiamento estatal para os advogados que representam as famílias dos mineiros mortos, feridos e presos. Em setembro, o presidente estendeu o mandato da Comissão para março de 2015.

## **Os Direitos dos Refugiados, Requerentes de Asilo e Migrantes**

Em agosto de 2014, o Departamento de Assuntos Internos anunciou a criação de uma nova autorização de abono residência especial para zimbabuanos (ZSP), para substituir a autorização de 2009. A medida garante maior proteção aos cidadãos do Zimbábue que receberam autorizações sob o regime anterior. A ZSP permitirá que seus portadores morem, trabalhem, realizem negócios e estudem na África do Sul durante o prazo de validade da autorização, até 31 de dezembro de 2017.

No entanto, permanecem preocupações sobre o tratamento de migrantes, refugiados e requerentes de asilo por parte de agentes de diferentes departamentos governamentais. O direito de acesso a serviços de saúde é constitucionalmente garantido a todos que moram na África do Sul, pela lei nacional de atendimento médico e pela lei de refugiados. Mas as organizações não governamentais locais expressaram preocupação de que foi negado a muitos solicitantes de asilo acesso aos serviços de saúde, pois os agentes não tinham conhecimento de que tinham o direito a atendimento médico.

Em junho de 2014, agentes de segurança e policiais usaram força excessiva para controlar uma multidão de estrangeiros que tentava renovar suas autorizações de permanência no escritório de recepção de Marabastad em Pretória. Agentes de segurança e policiais atacaram a multidão, desarmada, com chicotes e spray de pimenta.

Em 28 de agosto de 2014, o Supremo Tribunal de Gauteng decidiu a favor da Comissão de Direitos Humanos Sul-Africana, da PASSOP (Pessoas contra o Sofrimento, Repressão, Opressão e Pobreza) e de 39 indivíduos que foram detidos no Centro de Repatriamento Lindela. O Tribunal considerou que as ações do Departamento de Assuntos Internos e do Ministro de Assuntos Internos na detenção de imigrantes por mais de 120 dias em Lindela era ilegal e inconstitucional. O Supremo Tribunal declarou que os indivíduos detidos tinham sido tratados de forma cruel e que os agentes não seguiram o procedimento justo e legal ao deter indivíduos por mais do que 30 dias, sem a devida autorização por parte de um magistrado que permitisse uma detenção por um prazo maior.

Em setembro de 2014, a Comissão de Direitos Humanos Sul-africana constatou que o governo havia violado o direito a saúde dos detidos no Centro de Repatriamento Lindela. A investigação da Comissão constatou que houve falta de provisionamento para o teste de tuberculose, isolamento das pessoas infectadas e atendimento psicológico; falta de vacinas contra o tétano; superlotação nas celas, entre outras preocupações, em violação dos regulamentos da África do Sul em relação à lei de imigração e o direito à assistência médica nos termos da Constituição sul-africana.

## Ataques Xenófobos contra Estrangeiros

Contínuos incidentes de violência contra estrangeiros e saques a lojas de estrangeiros em 2014 evidenciaram a incapacidade do governo em combater as causas da xenofobia. Em junho de 2014, grupos de jovens locais atacaram comerciantes somalis em Mamelodi East, Pretoria. Dois somalis foram mortos e cerca de 100 homens, mulheres e crianças abandonaram suas casas e lojas. Ninguém foi responsabilizado pelos ataques.

## Orientação Sexual e Identidade de Gênero

A África do Sul continua a desempenhar um papel importante, porém inconsistente, na promoção internacional dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Ficou relutante, por exemplo, q publicamente a aprovação de leis anti-LGBT em Uganda, Nigéria e Gâmbia. Na sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas de junho de 2014, a África do Sul inexplicavelmente apoiou uma resolução retrógrada denominada “Proteção da Família”, colocando em questão seu compromisso com a igualdade de gênero e os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. A África do Sul não só votou a favor da resolução, como também apoiou um movimento agressivo da Rússia para encerrar a discussão sobre uma definição mais inclusiva de “família”.

Apesar de tomar a iniciativa no Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 apresentando uma resolução histórica sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, a África do Sul suspendeu seu apoio a uma resolução subsequente que exigia um relatório semestral sobre abusos contra os direitos humanos de pessoas LGBT. A África do Sul finalmente votou a favor da resolução em setembro de 2014.

No âmbito doméstico, a África do Sul adotou medidas positivas para responder à violência generalizada (incluindo estupro e homicídio) contra lésbicas e homens transgêneros no país. Em um movimento importante em abril de 2014, o Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional lançou uma campanha pública que incluiu uma estratégia de intervenção nacional para lidar com violência anti-LGBT e reforçar respostas institucionais para crimes de ódio LGBT, violência e discriminação.

## Política Externa

A política externa inconsistente da África do Sul mais uma vez veio à tona em 2014. Enquanto o país apoia de forma recorrente e media um fim para os conflitos no continente, revelou-se relutante em proteger os direitos de vítimas no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU e às vezes tem tomado decisões que contradizem seus princípios de direitos humanos.

Em fevereiro de 2014, Zuma nomeou o vice-presidente Cyril Ramaphosa, como enviado especial para o Sudão do Sul em uma tentativa de ajudar a resolver o conflito no país. Ramaphosa também foi nomeado enviado especial para o Sri Lanka. A África do Sul também foi rápida ao tentar mediar a crise política no Lesoto, após um golpe

de estado frustrado. Em agosto, na cúpula anual de chefes de estado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a África do Sul foi nomeada para um assento no órgão que trata de política, defesa e segurança, um papel crucial para garantir a estabilidade na região.

Em um exemplo de sua postura contraditória, em setembro de 2014, o governo sul-africano negou, pela terceira vez em cinco anos, um visto de entrada no país ao Dalai Lama, não apresentando quaisquer razões válidas para tanto. O Dalai Lama iria participar da XIV Cúpula Mundial dos Ganhadores do Prêmio Nobel da Paz na Cidade do Cabo.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU, a África do Sul é uma forte defensora do envolvimento do Conselho em questões como o racismo e a ação do Conselho nos territórios palestinos ocupados. Tem também participado ativamente do processo de Revisão Periódica Universal, um sistema de revisão periódica do desempenho de todos os Estados-Membros da ONU na área dos direitos humanos. No entanto, seu histórico de votação em situações específicas de países e em alguns temas de direitos tem sido consideravelmente frustrante. Por exemplo, na sessão de março de 2014, a África do Sul em conjunto com a Rússia, Etiópia, Arábia Saudita, Egito e China procurou enfraquecer uma resolução sobre o direito a manifestação pacífica. Também assumiu posições negativas em outros temas de direitos.

De maneira contraditória a sua posição de reiteradamente apoiar resoluções sobre a Palestina, absteve-se nas votações sobre todas as outras situações específicas de países, incluindo Coreia do Norte, Sri Lanka, Síria e Irã. Apesar das resoluções do Conselho sobre situações específicas em diferentes países, desempenharem um papel fundamental no esclarecimento dos abusos, dando voz mais ativa às vítimas, a África do Sul tem justificado suas ações no argumento de que não apoia o trabalho do Conselho em situações específicas porque tais medidas e resoluções são percebidas como altamente politizadas e sectárias.

A África do Sul apoiou com firmeza a criação do Tribunal Penal Internacional e tem sido uma das principais defensoras da justiça internacional. Entretanto, nos últimos anos, muitas vezes não usou sua influência para posicionar-se contra a impunidade para violações de direitos humanos. Em junho de 2014, apoiou um aditamento a um protocolo de criação de um Tribunal Africano que prevê imunidade à responsabilização de chefes de estado e altos funcionários do governo em serviço, incluindo para crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

Em um julgamento histórico, os juízes do Tribunal Constitucional sul-africano decidiram por unanimidade que o Serviço Policial da África do Sul deve investigar crimes contra a humanidade perpetrados no Zimbabué em 2007. O caso foi promovido pelo Centro de Litígio do sul da África e pelo Fórum de Exilados do Zimbabué para obrigar a África do Sul a cumprir as suas obrigações legais nacionais e internacionais para investigar e eventualmente processar oficiais do Zimbabué acusados de crimes contra a humanidade.

# Angola

O presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 35 anos, tem enfrentado um crescente número de críticas sobre a corrupção desenfreada, má governança e repressão política. Embora as eleições de 2012 tenham culminado em mais uma vitória do partido de situação, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), as autoridades intensificaram medidas repressivas e restringiram a liberdade de expressão, de associação e de manifestação. Em 2014, o governo mais uma vez postergou as eleições locais há muito esperadas.

O governo continua a perseguir jornalistas e ativistas que expressam suas opiniões com processos judiciais de difamação, detenções arbitrárias, julgamentos injustos, intimidação, perseguição e vigilância. A polícia faz uso excessivo da força e promove prisões arbitrárias para impedir protestos pacíficos contra o governo e outras manifestações. Em 2014, as autoridades realizaram o primeiro censo populacional e habitacional pós-colonial e, no final de 2013, lançaram uma campanha de registro civil que promove o livre acesso a certidões de nascimento e documentos de identidade. No entanto, o governo também intensificou as remoções forçadas em massa na capital, Luanda. Lá e em outras cidades do país, o governo continuou a usar violência ao remover comerciantes de rua com violência, entre os quais mulheres grávidas e mulheres com crianças. Ativistas, jornalistas, advogados de direitos humanos e jovens manifestantes que expressam suas opiniões relataram que frequentemente sofreram assédio, intimidação e vigilância generalizada pela polícia e agentes do serviço de inteligência.

## Liberdade de Expressão

A liberdade de expressão é gravemente limitada em Angola devido à censura e à autocensura na mídia estatal e na mídia independente controlada pelo partido que está no poder, além de outras formas de repressão do governo. Em um ambiente como este, blogs na internet e mídias sociais tornaram-se os principais canais para o debate aberto.

O governo tem recorrido com frequência à legislação relativa à difamação e outras disposições legais abusivas para silenciar os jornalistas.

Em julho, o proeminente jornalista investigativo Rafael Marques foi formalmente notificado sobre as acusações criminais de difamação ajuizadas por sete generais do alto escalão do exército angolano e a empresa de mineração de diamantes Sociedade Mineira do Cuango. Os autores da ação de danos contra Marques estão exigindo, em conjunto, US\$ 1,2 milhões. Os processos judiciais estão pendentes desde 2013 e o prazo legal para apresentar a acusação formal expirou em junho. Até o momento da

elaboração deste relatório, , Marques aguardava julgamento. Outro processo criminal ajuizado por outra empresa de diamantes, ITM Mining, está pendente. Marques havia acusado os autores da ação de envolvimento em tortura, estupro e execuções em um livro que publicou em Portugal em 2011. A Procuradoria Geral da Angola arquivou um processo ajuizado por Marques contra os generais e as empresas envolvidas em 2012, e ainda nem sequer investigou as alegações.

Os mesmos generais também estão exigindo US\$ 376.000 por danos em um processo civil contra Marques e seu editor em Portugal relacionado às mesmas alegações. Em fevereiro, agentes de segurança angolanos perseguiram e ameaçaram duas testemunhas de defesa angolanas que haviam sido levadas para uma audiência judicial em Portugal por Marques, antes que as mesmas viajassem para Portugal e assim que retornaram a Angola. Um processo criminal anterior contra Marques, ajuizado pelos mesmos autores da ação em Portugal havia sido indeferido pelo promotor público português.

Em 2 de fevereiro, policiais da delegacia de Cacuaco, em Luanda, prenderam Queirós Anastácio Chilúvia, editor da Rádio Despertar, uma rádio do partido de oposição, a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). Ele estava lá em busca de uma explicação oficial da polícia, após transmitir, ao vivo na Rádio Despertar, pedidos de ajuda dos presos lá detidos. Chilúvia ficou preso por cinco dias sem acusação formal. Em 7 de fevereiro, um tribunal o condenou a uma pena de 180 dias de encarceramento, suspensão de dois anos e multa de US\$ 600 com base em acusações de difamação e calúnia, desobediência contra uma autoridade pública e “abuso da liberdade de imprensa” — um crime vagamente definido nos termos da lei de imprensa de 2006.

Em 28 de maio, em uma delegacia em Viana, a polícia prendeu temporariamente o jornalista Adérito Pascual, da Rádio Despertar, quando este solicitou uma declaração oficial para uma transmissão ao vivo sobre uma operação violenta para a remoção de comerciantes de rua. A polícia apreendeu seu telefone, gravador e documento de identidade, e agentes governamentais o obrigaram a apagar os vídeos que havia filmado. Ele foi liberado duas horas depois e seu equipamento devolvido. Em um incidente semelhante em 24 de setembro, a polícia prendeu temporariamente Álvaro Victoria, um jornalista do jornal semanal privado Novo Jornal, no mercado de S. Paulo, em Luanda, onde ele filmava vídeos da polícia agredindo comerciantes de rua. A polícia o agrediu, o ameaçou e o manteve preso por duas horas; só então ele foi liberado sem nenhuma acusação.

## **Direito à Reunião Pacífica**

Desde 2011, o governo tem reagido a qualquer tipo de protesto pacífico contra o governo com excessivo uso da força, prisões arbitrárias, julgamentos injustos, perseguição e intimidação de ativistas que participam em protestos, bem como ataques contra jornalistas e terceiros. Em 2014, continuaram as repressões violentas a jovens ativistas e outros manifestantes pacíficos.

Em incidentes em 27 de maio, 26 de julho, 16 e 21 de agosto, 5 e 7 de setembro e 3 e 11 de outubro, a polícia fez uso excessivo da força para dispersar manifestações de

jovens em Luanda, efetuando a prisão arbitrária de dezenas de pessoas. Muitos dos manifestantes protestavam silenciosamente e apenas exibiam cartazes manuscritos.

Em 23 de novembro, um grupo de comandantes da polícia e agentes de segurança do estado algemou e brutalmente agrediu Laurinda Gouveia, uma jovem ativista de 26 anos de idade. As agressões, que duraram cerca de duas horas, ocorreram dentro de uma escola e foram filmadas pelos agentes. A polícia a prendeu enquanto ela fotografava policiais maltratando dois jovens manifestantes na Praça da Independência, em Luanda. O incidente resultou em intensa campanha de intimidação por parte das autoridades contra o movimento jovem que, desde outubro, planejava uma campanha pacífica contra Santos entre 22 e 23 de novembro.

Em 11 de outubro, a polícia prendeu pelo menos 12 manifestantes do movimento jovem em Luanda e agrediu vários com barras de ferro e cassetetes. A maioria dos manifestantes foi solta naquele dia sem nenhuma acusação. Um manifestante recebeu uma sentença de 30 dias por, supostamente, ter rasgado o uniforme de um policial; outros cinco foram detidos por quase duas semanas, estando pendente julgamento sobre a acusação sobre eles de desobediência. Assistência médica e acesso a advogados foram negados por cinco dias após a prisão.

Em 21 de junho, em Lubango, província da Huíla, a polícia usou gás lacrimogêneo para dispersar uma manifestação pacífica do sindicato de professores; à época, os professores estavam em greve. A polícia prendeu 20 professores e os manteve presos por quatro dias sem nenhuma acusação.

Em 27 de maio, a Polícia de Intervenção Rápida agrediu e prendeu 17 manifestantes na Praça da Independência de Luanda e jogou gás lacrimogêneo nos camburões onde os mesmos estavam detidos. A polícia também prendeu dois políticos de oposição que, casualmente, estavam em um café nas proximidades. Eles foram brutalmente espancados, fotografados e posteriormente libertados. O protesto de jovens clamou por justiça para os ativistas Isaías Cassule e António Alves Kamulingue, sequestrados e executados por agentes de segurança em maio de 2012, e Manuel de Carvalho Ganga, um ativista de oposição que foi morto por um guarda presidencial em novembro de 2013.

Impunidade pelos abusos violentos perpetrados por agentes de segurança contra manifestantes, políticos da oposição e jornalistas tem sido comum. Por exemplo, até a elaboração deste relatório, o guarda presidencial acusado de matar Manuel Ganga ainda não tinha sido preso. No entanto, em 1 de setembro, um Tribunal de Justiça de Luanda iniciou o julgamento de sete suspeitos —todos eles policiais e agentes de inteligência, presos provisoriamente— pelas mortes de Cassule e Kamulingue. Em 7 de setembro, o Tribunal suspendeu o julgamento sob alegação de incompetência para julgar um dos principais suspeitos, o antigo chefe dos serviços de inteligência doméstica de Luanda. O suspeito foi promovido pelo Presidente dos Santos para a patente de general em maio. Após críticas, o presidente revogou mais tarde sua promoção e as sessões da corte recomeçaram em 18 de novembro.

Em 14 de agosto, um Tribunal de Luanda absolveu o ativista Manuel Nito Alves, que havia sido acusado por “insulto” ao presidente.

## Remoções Forçadas

As leis de Angola não protegem adequadamente as pessoas contra remoções forçadas, tampouco garantem o direito à moradia digna. A maioria da população urbana de Angola vive em assentamentos informais sem nenhuma proteção legal. Em 2014, as autoridades removeram de forma violenta cerca de 17.500 pessoas de suas casas em Luanda. A maioria das remoções foram realizadas sem aviso prévio ou indenização adequada, e muitas foram realizadas com o uso excessivo de força pela polícia, forças armadas e agentes governamentais.

Em Janeiro, as autoridades demoliram 2.000 casas no bairro central de Chicala-Quilombo de Luanda. O governo forneceu habitação alternativa para 700 famílias e reassentou 1.200 famílias — cerca de 6.000 pessoas — em terras sem qualquer infraestrutura em Quissama, a 80 quilômetros de distância. Até a elaboração deste relatório, a maioria ainda estava vivendo em abrigos improvisados com acesso limitado a serviços sociais e à água potável. Em duas outras grandes operações de remoção forçada em Luanda, em abril e setembro — sem aviso prévio ou indenização — as autoridades deixaram aproximadamente 7.500 moradores desabrigados.

As autoridades também fizeram uso excessivo da força em remoções forçadas de pequena escala. Por exemplo, em 3 de junho, militares e a polícia demoliram 57 casas sem aviso prévio, no município de Viana em Luanda, maltratou quatro residentes e prendeu temporariamente dois homens, incluindo Rafael Moraes, o coordenador da organização de direitos habitacionais SOS Habitat, que mora no mesmo bairro.

Um fato positivo foi que, em agosto, o governo forneceu habitação para 166 famílias na periferia de Luanda — 10 anos após sua remoção forçada de um bairro central.

## Principais Atores Internacionais

A riqueza petrolífera e o poder militar de Angola tornaram o país uma potência influente na África, que atrai interesses comerciais de todo o mundo, mas com muito pouca consideração em relação à frágil governança do país e seu histórico em direitos humanos.

Em 2014, pela segunda vez, Angola ganhou um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e submeteu-se a sua segunda revisão periódica universal no Conselho de Direitos Humanos da ONU em outubro. Antecipando os resultados de tão importante revisão de seu desempenho em direitos humanos, Angola assinou, em setembro de 2013, quatro tratados sobre direitos humanos — os quais deve ainda ratificar —, incluindo a Convenção contra a tortura e seu protocolo facultativo.

Da mesma forma, em abril e maio de 2014, Angola, pela primeira vez, sediou uma sessão da Comissão Africana sobre direitos humanos e direitos dos povos, além de um fórum da sociedade civil. No entanto, ainda que o governo tenha sinalizado a vontade de dialogar mais construtivamente com a sociedade civil africana, a sociedade civil angolana se queixou do controle governamental excessivo sob os participantes e alegou que o governo parecia mais interessado em usar o encontro para promover a sua imagem ao organizar visitas guiadas na capital.

# Brasil

O Brasil está entre as democracias mais influentes em assuntos regionais e globais. Nos últimos anos, tornou-se uma voz cada vez mais importante nos debates sobre as respostas internacionais a problemas de direitos humanos. No plano doméstico, o país continua a enfrentar sérios desafios relacionados aos direitos humanos, incluindo o uso de tortura e maus-tratos, execuções extrajudiciais cometidas por policiais, superlotação das prisões e impunidade para abusos cometidos durante o regime militar do país (1964-1985).

Facções criminosas violentas e práticas policiais abusivas são problemas significativos em muitas cidades brasileiras. Nos últimos anos, os governos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro adotaram medidas para melhorar o desempenho das polícias e diminuir os abusos, mas falsos registros policiais e outras formas de acobertamento persistem.

Durante o ano que antecedeu a Copa do mundo de 2014, houve grandes manifestações em todo o país. Dezenas de pessoas foram feridas em confrontos entre manifestantes e a polícia, incluindo jornalistas. Em vários incidentes, a polícia fez uso excessivo da força, inclusive espancando manifestantes que não resistiam à prisão e lançando bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes a curta distância.

## Segurança Pública e Conduta Policial

A polícia foi responsável por 436 mortes no estado do Rio de Janeiro e 505 mortes no estado de São Paulo, nos primeiros nove meses de 2014. No estado de São Paulo, isto representa um aumento de 93 por cento em relação ao mesmo período de 2013. De acordo com as informações mais recentes disponíveis, compiladas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma organização não-governamental (ONG), mais de 2.200 pessoas foram mortas em operações policiais em todo o Brasil em 2013, uma média de 6 pessoas por dia.

A polícia frequentemente registra essas mortes como resultantes de confrontos com criminosos. Enquanto algumas mortes resultam do uso legítimo de força pela polícia, outras não, um fato documentado pela Human Rights Watch e outros grupos e reconhecido pelos agentes da justiça criminal brasileira.

Em um esforço para evitar acobertamentos de execuções extrajudiciais cometidas por policiais, o governo do estado de São Paulo editou uma resolução em janeiro de 2013 que proíbe a polícia de remover corpos de vítimas de confrontos das cenas do crime. Entretanto, ainda há obstáculos significativos para a responsabilização de policiais por execuções extrajudiciais em São Paulo, incluindo falhas na preservação de evidências



forenses fundamentais e falta de profissionais e recursos para que o Ministério Público possa cumprir sua tarefa constitucional de exercer o controle externo da polícia.

Em maio de 2014, no estado do Rio de Janeiro, cerca de 2.900 policiais e outros servidores públicos receberam compensação financeira por alcançarem metas de redução de criminalidade, inclusive reduções no número de mortes em decorrência de ação policial.

## **Condições das Prisões, Tortura e Maus-Tratos a Detentos**

Muitas prisões e cadeias enfrentam problemas de grave superlotação e violência. A taxa de encarceramento do país subiu 45 por cento entre 2006 e 2013, de acordo com Sistema Integrado de Informação Penitenciária do Ministério da Justiça (InfoPen). A população carcerária adulta supera meio milhão de pessoas — 37 por cento além da capacidade do sistema prisional, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça em junho de 2014. Além disso, mais de 20.000 adolescentes estão cumprindo medidas que implicam privação de liberdade. Os atrasos no sistema de justiça contribuem para a superlotação. Mais de 230.000 indivíduos são presos provisórios. No estado do Piauí, 68 por cento dos detentos custodiados no sistema penitenciário são presos provisórios, a maior taxa do país. A superlotação e a falta de higiene facilitam a propagação de doenças, e o acesso dos presos à assistência médica continua sendo inadequado.

A tortura é um problema crônico em delegacias de polícia e centros de detenção. Entre janeiro de 2012 e junho de 2014, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu 5.431 denúncias de tortura e de tratamento cruel, desumano ou degradante (cerca de 181 denúncias por mês) de todo o país por meio do Disque Direitos Humanos (Disque-100). Um total de 84 por cento dessas denúncias se referiam a abusos em presídios, cadeias públicas, delegacias de polícia, delegacias que operam como unidades prisionais e unidades de medida sócio educativa.

Um vídeo publicado online pelo jornal Folha de São Paulo em 7 de janeiro de 2014 mostrou os corpos decapitados de três dos quatro detentos que foram mortos por outros presos no complexo prisional de Pedrinhas no estado do Maranhão, em 17 de dezembro de 2013. Um total de 60 detentos foram mortos no estado em 2013, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que conduziu uma investigação em cinco presídios do Maranhão, concluindo que há uma “absoluta falta de segurança” para os detentos no estado. Em abril de 2014, o CNJ publicou uma recomendação aos tribunais, estabelecendo medidas básicas que os juízes devem adotar quando recebem denúncias fundadas da prática de tortura e maus tratos.

Agentes da segurança pública ou da administração penitenciária que cometem abusos contra presos raramente são levados à justiça. Em uma notável exceção, um total de 73 policiais foram condenados por homicídio em 2013 e 2014 por sua participação no massacre de 111 detentos na prisão de Carandiru em 1992, no estado de São Paulo.

Em julho de 2014, a presidente Dilma Rousseff nomeou os 23 membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que faz parte do Sistema Nacional de

Prevenção e Combate à Tortura, criado por lei em agosto de 2013. Em novembro, a Comissão selecionou os 11 peritos que terão autoridade para realizar visitas periódicas e regulares a locais de privação de liberdade civis e militares, requerer a abertura de investigações sobre possíveis casos de tortura e fazer recomendações às instituições públicas e privadas.

## **Liberdade de Expressão, Liberdade na Internet e Privacidade**

De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), as polícias estaduais feriram ou prenderam 178 jornalistas que faziam a cobertura das manifestações em diversas regiões do país no ano que antecedeu a Copa do Mundo 2014.

Uma lei federal de acesso à informação entrou em vigor em 2012. A maioria dos estados passou então a aprovar legislações para implementar a legislação federal. A lei determina que o público deve ter acesso irrestrito a informações sobre violações de direitos fundamentais.

O Brasil deu um passo importante ao aprovar o Marco Civil da Internet em abril de 2014, que prevê a proteção dos direitos à privacidade e à liberdade de expressão online e serve para reforçar a aplicação da lei no mundo digital. A lei estabelece o apoio brasileiro ao princípio da neutralidade da rede, como uma diretriz para o desenvolvimento futuro da Internet. Alguns aspectos do marco civil ainda devem ser regulamentados com vistas a sua integral implementação.

## **Direitos Reprodutivos**

O código penal brasileiro proíbe o aborto, exceto em casos de estupro ou quando necessário para salvar a vida da mulher. Em 2012, o Supremo Tribunal passou a incluir casos de anencefalia, ou seja, quando o feto apresenta uma anomalia cerebral congênita fatal. Mulheres e meninas que fizerem um aborto fora dessas exceções estão sujeitas a penas de até três anos de prisão, enquanto aqueles que realizam abortos podem receber sentenças de até quatro anos de prisão.

Abortos realizados em clínicas clandestinas colocam mulheres em grande risco, como exemplificado no famoso caso de Jandira dos Santos Cruz, que a polícia suspeita que morreu em decorrência de um aborto ilegal mal conduzido no final de agosto de 2014 e cujo corpo foi mutilado para ocultar sua identidade.

Em agosto de 2013, a presidente Dilma sancionou uma lei que exige que hospitais públicos forneçam cuidados integrais para vítimas de violência sexual, incluindo “profilaxia da gravidez” a vítimas de estupro, bem como informações sobre o direito ao aborto nos casos permitidos por lei. Em 2014, o Ministério da Saúde editou uma portaria para incluir as hipóteses de aborto legal na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde, mas revogou a normativa uma semana após sua edição, em resposta à pressão política.

## Orientação Sexual e Identidade de Gênero

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu mais de 1.500 denúncias de violência e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) em 2013. No primeiro semestre de 2014, a Ouvidoria registrou mais de 500 dessas denúncias. A Ouvidoria também registrou um aumento significativo nas denúncias recebidas após um candidato às eleições presidenciais ter recomendado, em um debate televisivo, que pessoas LGBT façam “tratamento psicológico”.

## Direitos Trabalhistas

Os esforços do governo federal para erradicar o trabalho forçado resultaram em mais de 46.000 trabalhadores libertados de condições análogas à escravidão desde 1995, segundo dados oficiais. No entanto, a Comissão Pastoral da Terra, uma ONG católica, recebeu denúncias de que mais de 3.600 pessoas foram vítimas de trabalho forçado em 2013. A responsabilização criminal para os empregadores que recorrem a essa prática continua sendo relativamente rara.

Em junho de 2014, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que permite ao governo expropriar propriedades nas quais for constatada exploração de trabalho escravo, sem fornecer indenização para o proprietário. Os legisladores ainda tem que aprovar uma lei que defina o significado de trabalho escravo e que explique como a expropriação será realizada nesses casos.

O Brasil aprovou uma emenda constitucional em março de 2013 que garante aos cerca de 6,5 milhões de trabalhadores domésticos do país o direito ao recebimento de hora extra, seguro desemprego, aposentadoria, e jornada máxima de trabalho diário de 8 horas e 44 horas semanais. Uma proposta de legislação para implementação desta emenda constitucional ainda está pendente no Congresso brasileiro.

## Violência no Campo

Ativistas do campo e líderes indígenas envolvidos em conflitos de terra continuam enfrentando ameaças e violência. De acordo com os números mais recentes da Comissão Pastoral da Terra, 34 pessoas envolvidas em conflitos de terra foram mortas e 15 foram vítimas de tentativa de homicídio em todo o país em 2013. Até agosto, a Comissão já havia relatado 23 pessoas mortas em conflitos de terra em 2014. Cerca de 2.500 ativistas rurais receberam ameaças de morte durante a última década.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário da Igreja Católica (Cimi), 53 índios foram mortos no Brasil em 2013, 33 deles só no estado do Mato Grosso do Sul, o estado com a maior taxa de homicídios dos povos indígenas no Brasil. Trinta e três das vítimas eram membros do grupo indígena Guarani-Kaiowá e dois do grupo indígena Terena.

## Confrontando os Abusos do Passado

Em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade começou a investigar as violações sistemáticas dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar de 1964 a 1985, incluindo execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura, detenções arbitrárias e restrições à liberdade de expressão. Em fevereiro, a Comissão Nacional da Verdade apresentou um relatório preliminar identificando sete instalações das forças armadas onde presos políticos foram torturados e morreram durante o período da ditadura. No momento de elaboração deste relatório, o relatório final da Comissão da Verdade estava para ser publicado em dezembro de 2014.

A Lei da Anistia de 1979 tem impedido que os autores desses crimes sejam processados e punidos. Em abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal confirmou o entendimento dos tribunais inferiores de que a anistia impedia a persecução penal contra os agentes do Estado por crimes cometidos durante o período da ditadura. No entanto, seis meses depois, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que esta interpretação violava as obrigações do Brasil no âmbito do direito internacional e que a anistia não deveria obstaculizar a punição dos responsáveis por graves violações dos direitos fundamentais cometidas durante o regime militar.

Em abril de 2013, membros do Ministério Público Federal em São Paulo promoveram ação penal contra um coronel reformado do exército e investigador da polícia pela ocultação do cadáver de um estudante de medicina morto no período militar. O processo ainda está em andamento. Em junho de 2013, no entanto, um juiz no Rio de Janeiro não recebeu denúncia do Ministério Público contra agentes do estado por seus supostos envolvimento no desaparecimento forçado de um jornalista em 1970.

## Principais Atores Internacionais

Após petição apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, apontando contínuos abusos de direitos humanos no complexo prisional de Pedrinhas no estado do Maranhão, a Corte Interamericana de Direitos Humanos exigiu, em novembro de 2014, que o Brasil adote imediatamente medidas para proteger a vida e a integridade física de todos os presos do complexo prisional.

## Política Externa do Brasil

Após retornar ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil manteve uma trajetória positiva de votação em 2014, apoiando a adoção de resoluções sobre uma série de situações críticas de direitos humanos. Em junho, o Brasil votou a favor de uma resolução que condenava as operações militares conduzidas pelas forças israelenses em Gaza, condenava os abusos contra civis por ambos os lados e determinava a criação de uma Comissão Internacional de Inquérito para investigar as violações do direito humanitário e do direito internacional dos direitos humanos. Em setembro de 2014, o Brasil foi um dos proponentes de uma resolução do CDH no combate à violência e discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero. A resolução exigiu que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Direitos Humanos atualizasse um relatório de 2012 sobre violência e discriminação, a fim de compartilhar as melhores práticas para erradicar estes abusos. No entanto, em junho, o Brasil se absteve sobre uma controversa resolução no Conselho que não reconhecia as várias e diferentes formas de estrutura familiares.

Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil tem desempenhado um papel de liderança na promoção da privacidade na era digital. Em dezembro de 2013, a Assembleia Geral havia aprovado uma resolução proposta pelo Brasil e Alemanha convocando todos os Estados a protegerem e respeitarem o direito à privacidade e dando ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a tarefa de relatar o problema. Esse relatório, publicado em julho de 2014, concluiu que a vigilância massiva havia se tornado “uma prática perigosa” em alguns países e que muitos Estados estavam aquém em matéria de proteção da privacidade. O Brasil continuou a pressionar por mais ações da Assembleia Geral em relação a estes problemas quando da elaboração deste relatório.

Em novembro de 2014, o Brasil votou a favor de uma resolução histórica, aprovada no âmbito da Assembleia Geral, que exigia que o Conselho de Segurança encaminhasse o caso da Coreia do Norte para o Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade.

Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil apresentou uma resolução que proíbe todos os tipos de discriminação contra pessoas LGBT, incluindo a discriminação que limita a sua participação política e envolvimento em outros aspectos da vida pública. A resolução foi aprovada em junho de 2014.

Em abril de 2014, o Brasil organizou e sediou o NetMundial, um encontro global de governos, organizações não-governamentais, técnicos e representantes de setores privados preocupados com o futuro da Internet. Os participantes do NetMundial produziram uma declaração final que priorizou os princípios dos direitos humanos e forneceu um roteiro para futuros diálogos sobre governança da Internet entre várias partes interessadas.

# China

A China continua a ser um estado autoritário, que sistematicamente coíbe os direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, associação, reunião e religião, quando seu exercício é percebido como ameaça ao regime de partido único. Desde que a nova liderança assumiu o poder em março de 2013, as autoridades realizaram mudanças positivas em determinadas áreas, incluindo a abolição do sistema de detenção arbitrária, conhecido como Reeducação pelo Trabalho (RTL, na sigla em inglês), o anúncio de reformas limitadas no sistema *hukou* de registro de residências, o qual tem negado serviços sociais aos migrantes internos da China e a concessão de um acesso ligeiramente maior a pessoas com deficiência ao importantíssimo exame de ingresso nas universidades.

Porém, durante esse mesmo período, as autoridades promoveram extraordinários ataques aos direitos humanos fundamentais e a seus defensores, com violência não vista nos últimos anos — um indício alarmante, considerando o fato de que a atual liderança provavelmente permanecerá no poder até 2023. Desde meados de 2013, o governo chinês e o Partido Comunista Chinês, que está no poder, têm anunciado diretivas exigindo de membros do partido, professores universitários, estudantes, pesquisadores e jornalistas respeito à ideologia “correta”. Esses documentos alertam a população contra os perigos dos “valores universais” e direitos humanos, além de afirmarem a importância de uma postura pró-governo e pró-Partido Comunista Chinês.

Ao invés de considerar advogados, escritores e informantes (“whistleblowers”) como aliados nos esforços para lidar de forma eficaz com a crescente agitação social, o governo continua hostil às críticas. Seu alvo são os ativistas e suas famílias, que acabam por sofrer perseguições, são submetidos a detenções arbitrárias, encarceramento sem base legal, tortura e negativa de acesso a tratamento médico adequado. O governo também tem reduzido significativamente o espaço da imprensa e da Internet, limitando ainda mais as oportunidades para que cidadãos exijam as tão necessárias reformas.

A hostilidade declarada do governo chinês contra ativistas de direitos humanos foi tragicamente ilustrada pela morte da ativista Cao Shunli, em março. Cao foi detida por tentar participar da Revisão Periódica Universal de 2013 no Conselho de Direitos Humanos (CDH), em Genebra, sobre o desempenho da China na área de direitos humanos. Por vários meses, ela teve o acesso à assistência médica adequada negado pelas autoridades, mesmo estando gravemente enferma. A ativista faleceu em março de 2014, poucos dias depois de as autoridades finalmente realizarem a sua transferência da prisão para um hospital.

O governo continuou a sua campanha anticorrupção, com atenção especial a altos funcionários do governo, incluindo o antigo chefe de segurança Zhou Yongkang, assim

como funcionários de níveis mais baixos. No entanto, o modo como a campanha tem sido conduzida tem enfraquecido o Estado de direito; funcionários suspeitos são detidos ilegalmente, privados de proteção legal básica e, frequentemente, coagidos a confessar. O grupo cívico chamado de Movimento dos Novos Cidadãos, conhecido por sua campanha de combate à corrupção por meio da divulgação pública de bens de funcionários do governo, tem sofrido represálias expressivamente duras.

Em resposta à decisão do governo chinês, em 31 de agosto, de negar uma real democracia a Hong Kong, estudantes boicotaram aulas e iniciaram manifestações. A polícia inicialmente tentou dispersar alguns manifestantes com spray de pimenta e gás lacrimogêneo, o que levou centenas de milhares de pessoas a se juntarem aos protestos e bloquearem as ruas principais em vários locais.

Embora altos funcionários do governo de Hong Kong tenham, com alguma relutância, se reunido com líderes estudantis uma vez, não houve nenhuma proposta de alteração ao processo eleitoral. Centenas de manifestantes permaneceram em três zonas do “Occupy Central” até novembro, quando tribunais decidiram que algumas áreas poderiam ser desocupadas e o governo respondeu mais uma vez com uso excessivo da força ao prender líderes do protesto e, de forma agressiva, ao usar spray de pimenta.

Os protestos continuaram em outras áreas, com alguns líderes estudantis fazendo greve de fome na busca pela retomada do diálogo com o governo, enquanto outros líderes do protesto se entregaram à polícia, em um gesto de reforço à desobediência civil. Apesar da diminuição dos protestos de rua, até a elaboração deste relatório, as questões políticas permaneciam sem solução e a ponto de explodirem.

## Defensores dos Direitos Humanos

Ativistas enfrentam, cada vez mais, detenções arbitrárias, encarceramento, internação em instituições psiquiátricas ou prisão domiciliar. O abuso físico, a perseguição e a intimidação tornaram-se rotina.

O governo condenou e prendeu nove pessoas por seu envolvimento com o Movimento de Novos Cidadãos — incluindo o seu fundador, o célebre jurista Xu Zhiyong — a maioria sob acusações mal formuladas de perturbação da ordem pública. O famoso advogado Pu Zhiqiang e o jornalista Gao Yu, entre outros, foram presos perto do 25º aniversário do Massacre da Praça da Paz Celestial, em junho de 2014. Muitos ativistas continuam sendo detidos, aguardando julgamento, enquanto outros, incluindo os advogados Chang Boyang e Guo Feixiong, tiveram o acesso a advogados repetidamente negado. Praticamente todos recebem sentenças mais severas do que as recebidas por ativistas acusados de atividades semelhantes nos últimos anos. O crescente uso da detenção criminal pode ser decorrente da abolição do sistema de detenção administrativa de Reeducação pelo Trabalho no fim de 2013.

A China tem 500.000 organizações não governamentais (ONGs) registradas porém, na realidade, muitas são administradas pelo governo. Além delas, há cerca de 1,5 milhões de ONGs que operam sem registro adequado, pois os critérios para obtê-lo continuam rigorosos, apesar do relaxamento gradual nos últimos anos. O governo

permanece desconfiado das ONGs e há indicações de que as autoridades tenham intensificado a vigilância de alguns grupos em 2014.

Em junho, um site chinês publicou um documento interno da Comissão de Segurança Nacional que anunciava uma investigação nacional de grupos estrangeiros atuantes na China e de grupos chineses que trabalhassem com eles. Posteriormente, vários grupos supostamente tiveram que responder a detalhados questionários sobre suas atuações e financiamentos, além de receberem uma visita da polícia. Em junho e julho, a Yirenping, uma organização contra a discriminação, teve a sua conta bancária congelada e o seu escritório inspecionado pela polícia por conta do ativismo de um de seus representantes legais.

### *Xinjiang*

A discriminação étnica generalizada, a repressão religiosa severa e o aumento da repressão cultural – justificados como parte da “luta contra o separatismo, extremismo religioso e terrorismo” – continuam contribuindo para o aumento das tensões na Região Autônoma de Xinjiang Uyghur (XUAR).

Em março, ao menos 30 pessoas foram mortas quando agressores uigures atacaram pessoas com facas na estação de trem em Kunming, na província de Yunnan. Em maio, 31 pessoas morreram com a explosão de uma bomba em um movimentado mercado de Urumqi. Em agosto, relatos da imprensa oficial declararam que, aproximadamente, 100 pessoas teriam morrido no distrito de Yarkand (ou Shache) em XUAR, quando agressores atacaram delegacias de polícias, escritórios do governo e veículos em uma rua. O governo chinês atribuiu a responsabilidade desses ataques a grupos “terroristas”.

Depois do ataque em Urumqi, o governo chinês anunciou uma repressão ao terrorismo de um ano em Xinjiang. No primeiro mês, a polícia prendeu 380 suspeitos e levou 300 a julgamento por crimes relacionados a terrorismo. As autoridades também convocaram milhares de pessoas para a condenação pública de dezenas desses acusados. Em agosto, as autoridades executaram três uigures, condenados por orquestrarem um ataque na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em outubro de 2013. O direito a um julgamento justo continua sendo uma preocupação séria por causa da falta de informações independentes sobre os casos, da insistência do governo em apressar os procedimentos, do fato de que suspeitos de terrorismo podem ser detidos sem direito a um advogado de acordo com as leis chinesas e do histórico da prática de tortura pela polícia do país.

Embora haja motivo para o governo se preocupar com a violência, as políticas de repressão e discriminação contra minorias somente agravam o problema. Em janeiro, a polícia levou sob custódia Ilham Tohti (professor uigure da Universidade Minzu de Pequim), crítico da política do governo chinês em Xinjiang. Tohti continua detido e foi acusado de “separatismo”, um crime que pode resultar em prisão perpétua. Em agosto, o linguista uigure Abduweli Ayup foi condenado a 18 meses de prisão por “angariação ilegal de fundos” após tentar arrecadar dinheiro para escolas de idioma uigur.



## *Tibete*

Uma série de autoimolações (ritual de atear fogo ao próprio corpo) de tibetanos protestando contra a repressão do governo chinês parecia haver diminuído no início de 2014. As autoridades puniram famílias e comunidades por supostamente incitarem ou participarem desses protestos. As punições individuais incluíram encarceramento, aplicação de multas pesadas e restrições de circulação.

As autoridades agiram de forma intolerante aos protestos pacíficos dos tibetanos contra a criação de minas em terras consideradas sagradas e contra a detenção de líderes locais, respondendo duramente com espancamentos e prisões. De acordo com a imprensa, em junho, a polícia espancou e prendeu tibetanos por protestarem contra a mineração de cobre no sudoeste da província de Yunnan. Em agosto, a polícia do distrito de Ganzi, na província de Sichuan, atirou contra uma multidão de manifestantes desarmados que protestavam contra a detenção de um líder de um vilarejo. Ainda em junho, Dhondup Wangchen, que havia sido preso pela filmagem de um documentário clandestino em áreas do Tibete, foi libertado após seis anos de prisão.

A política de reassentamento e transferência de moradia em massa da China mudou radicalmente o estilo de vida e os meios de subsistência dos tibetanos, muitas vezes, empobrecendo-os ou tornando-os dependentes de subsídios do Estado. Desde 2006, mais de dois milhões de tibetanos, tanto agricultores como pastores foram “realojados” de forma involuntária — por meio de reformas ou construções de novas casas ordenadas pelo governo — na Região Autônoma do Tibete; na região leste do planalto tibetano, centenas de milhares de pastores nômades foram removidos ou estabelecidos em “Novas Aldeias Socialistas”.

## *Hong Kong*

Em janeiro de 2013, o professor de Hong Kong Benny Tai propôs pela primeira vez o movimento Occupy Central with Love and Peace, desenvolvido para pressionar Pequim a garantir uma real democracia a Hong Kong de acordo com a Lei Fundamental, que funciona como uma “quase-constituição” e que aplica o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) ao território. O PIDCP prevê que as pessoas devem ter igualdade de direitos para votar e candidatar-se a eleições. Em junho de 2014, quase 800.000 votaram a favor da democracia em um “referendo” não oficial, organizado pelo *Occupy Central*. Em julho, pelo menos 510.000 participaram de uma marcha pela democracia.

Em 31 de agosto, o Poder Legislativo da China anunciou a imposição de um mecanismo de triagem que efetivamente barraria a participação de candidatos que o governo central não aprovasse para a posição de chefe do governo. Em resposta, estudantes boicotaram aulas no fim de setembro e realizaram um protesto pequeno e pacífico em frente à sede do governo. A polícia respondeu dispersando os estudantes com spray de pimenta e detenções.

Essas táticas estimularam centenas de milhares de pessoas a se juntarem aos estudantes. Os organizadores do movimento Occupy Central anunciaram o início de suas manifestações planejadas e juntaram-se ao protesto estudantil. Em 28 de setembro, a polícia de Hong Kong declarou que o protesto era ilegal e isolou a área da sede do governo. Essa decisão estimulou mais manifestantes a se reunirem nas áreas próximas à sede do governo, exigindo que a polícia liberasse a área. Os dois grupos de manifestantes — aqueles encurralados na sede do governo e seus partidários do outro lado —, finalmente, seguiram em direção às vias públicas e bloquearam as ruas.

Os protestos acabaram por ocupar várias áreas importantes do centro financeiro e governamental de Hong Kong. Após vários incidentes de uso excessivo da força por parte da polícia contra os protestos altamente pacíficos, incluindo o uso agressivo contínuo de spray de pimenta e vários espancamentos registrados em vídeo, o governo adotou uma postura passiva, aguardando que os grupos privados obtivessem ordens formais antes de começar a dispersá-los dos locais de protesto, esperando que essa estratégia fosse converter a opinião pública contra os manifestantes.

Sob comando dos tribunais, a polícia dispersou os manifestantes de duas áreas e, mais tarde, tentou bloquear o acesso a escritórios do governo, porém, até a elaboração deste relatório, dois outros locais menores da cidade permaneciam ocupados por estudantes, que consideravam abandonar a “ocupação” como tática.

No entanto, as questões políticas essenciais permaneceram não resolvidas, com ambas as autoridades, tanto a China como Hong Kong, apoiando firmemente a decisão de 31 de agosto em Pequim. Benny Tai e outros líderes do Occupy Central tentaram entregar-se à polícia como um gesto para demonstrar tanto respeito às normas jurídicas e à postura de desobediência civil, enquanto líderes estudantis realizavam greves de fome pacíficas a fim de persuadir o governo a retomar os diálogos.

Embora a mídia tenha maior liberdade em Hong Kong do que em qualquer outro lugar da China, jornalistas e empresários de meios de comunicação, especialmente os opositores a Pequim, sofreram uma crescente pressão em 2014. Em fevereiro, o famoso editor Kevin Lau foi esfaqueado por criminosos não identificados; em julho, o site de notícias populares independente HouseNews, conhecido pelo apoio à democracia em Hong Kong, foi fechado por seu fundador, que alegou o medo de retaliação política por parte da China; ao longo de 2014, Jimmy Lai e suas empresas de meios de comunicação, conhecidas por suas publicações de oposição à China, foram repetidamente ameaçadas.

## **Liberdade de Expressão**

O governo chinês impôs ainda mais restrições à Internet e à imprensa em 2014. Todos os meios de comunicação já estão sujeitos a um controle generalizado e à censura. O governo mantém um firewall nacional para barrar informações politicamente inaceitáveis da Internet no país.

Desde agosto de 2013, o governo tem perseguido o WeChat — um aplicativo de mensagens instantâneas que alcançou enorme popularidade —, fechando “contas públicas” populares que publicam e comentam assuntos atuais. Outras 20 milhões de contas foram

fechadas por supostamente solicitar “prostitutas”. As autoridades também criaram novas regras exigindo que novos usuários do WeChat registrem-se com seus nomes verdadeiros. Em julho e agosto de 2014, os serviços populares de sistemas de mensagens estrangeiros, como o Kakao Talk, foram suspensos, sob alegação de que o serviço estava sendo usado para “distribuição de informações relacionadas ao terrorismo”.

As autoridades também aumentaram as restrições à imprensa. A Administração Estatal da Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão criou uma diretiva em julho, exigindo que os jornalistas chineses assinem um acordo declarando que não publicarão notícias novas sem a aprovação prévia de seus empregadores e exigindo que sejam aprovados em testes de ideologia política antes de poderem receber credencial oficial de imprensa.

Em julho, a comissão disciplinar do Partido Comunista Chinês anunciou que pesquisadores da Academia de Ciências Sociais da China haviam sido vítimas de “infiltração por forças estrangeiras” e participado de “conspiração ilegal” durante períodos politicamente sensíveis. Posteriormente, o partido elaborou uma regra que tornava a avaliação ideológica uma exigência importante na apreciação de pesquisadores dessa instituição. Os reprovados deveriam ser expulsos.

## **Liberdade de Religião**

Embora a constituição garanta liberdade de religião, o governo permite as práticas religiosas apenas em mesquitas, igrejas, templos e monastérios oficialmente aprovados, todos organizados por cinco organizações religiosas reconhecidas de forma oficial. Qualquer atividade religiosa que o estado não considere “normal” está proibida. O governo faz auditorias das atividades, informações sobre funcionários e registros financeiros de entidades religiosas. Além disso, mantém o controle sobre as nomeações de funcionários, publicações e inscrições em seminários. Em 2014, o governo intensificou o controle sobre a religião, com especial atenção às igrejas cristãs.

Entre o fim de 2013 e o início de julho, o governo retirou 150 cruzeiros de igrejas na província de Zhejiang, que é considerada como um centro do cristianismo. Em julho, o governo proferiu uma sentença especialmente severa de 12 anos de prisão ao pastor cristão Zhang Shaojie. Também em julho, as autoridades de Zhuhai invadiram o templo do líder budista Wu Zeheng e detiveram-no juntamente com uma dúzia de seguidores, sem apresentar qualquer motivo legal para essa ação. Segundo a imprensa, o governo chinês também teria expulsado centenas de missionários estrangeiros da China e teria falhado em fornecer uma resposta pública à declaração do Papa Francisco, de meados de agosto, de que o Vaticano desejava “estabelecer relações plenas com a China”.

O governo classifica várias religiões que estão fora de seu controle como “cultos malignos”. O Falun Gong, um grupo espiritual focado em meditação que teve suas atividades proibidas desde julho de 1999, continua sofrendo perseguição do Estado. Em junho, as autoridades da Mongólia Interior detiveram 15 membros do que considerou mais um “culto maligno”, chamado de “Congregação de Apóstolos”, por dançarem em público e “seduzirem” novos membros.

## Direitos das Mulheres

Os direitos reprodutivos das mulheres e o acesso à saúde reprodutiva ainda são seriamente influenciados pelos regulamentos de planejamento populacional da China. Essa política inclui o uso de medidas legais ou coercivas, tais como sanções administrativas e multas, além de medidas coercitivas como a introdução de dispositivos intrauterinos e o aborto forçado, a fim de controlar as escolhas relacionadas à reprodução.

Em setembro e outubro, algumas manifestantes em Hong Kong alegaram que agressores as violentaram sexualmente e a polícia local não fez nada para intervir.

Em outubro, a China foi avaliada quanto a observância da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (na sigla em inglês CEDAW). A comissão demonstrou preocupações com relação à falta de independência judicial e acesso das mulheres à justiça e com relação à retaliação contra ativistas dos direitos das mulheres. As autoridades chinesas impediram duas ativistas de participarem dessa avaliação: Ye Haiyan, a ativista dos direitos dos trabalhadores do sexo mais conhecida da China, foi mantida em detenção administrativa; e Wang Qiuyun, ativista dos direitos das mulheres com HIV-AIDS, teve o seu passaporte confiscado.

Em novembro, o governo anunciou a tão esperada lei contra a violência doméstica. Embora este seja um passo na direção certa, ainda está aquém das normas internacionais e das boas práticas. A definição de violência doméstica é muito restrita e as mulheres podem solicitar medidas de proteção somente se entrarem com um processo contra o seu agressor imediatamente.

## Direitos das Pessoas com Deficiência

Embora a China tenha ratificado a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (na sigla em inglês CRPD) em junho de 2008, pessoas com deficiência enfrentam uma série de barreiras, incluindo a falta de acesso à educação e a internação compulsória em institutos para pessoas com deficiência (até mesmo, como forma de punição).

Na China, uma em cada quatro crianças com deficiência não frequenta a escola por causa de discriminação e exclusão. As diretrizes oficiais permitem até mesmo que as universidades recusem a matrícula em certas disciplinas se os alunos tiverem determinados tipos de deficiência. Em abril, o Ministério da Educação da China anunciou que permitiria a realização de provas para ingresso em universidades em braile ou de forma eletrônica. Em um caso emblemático, entretanto, que serviria como teste para essa iniciativa, o ativista cego Li Jincheng não recebeu as provas eletrônicas que havia solicitado, mas sim uma versão em braile, sistema que ele desconhecia. Esse caso evidencia as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam para encontrar locais adaptados às suas necessidades, um direito ainda não reconhecido pela lei chinesa. As novas regulamentações elaboradas em 2013 sobre o acesso à educação para pessoas com deficiência não foram adotadas em 2014.

A Lei de Saúde Mental, que entrou em vigor em 2013, estipula que o tratamento e a hospitalização devem ser voluntários, exceto nos casos em que indivíduos com graves doenças mentais representem perigo, ou tenham prejudicado a si mesmos ou a outros. Em um passo importante em novembro, um paciente atualmente mantido em um hospital psiquiátrico invocou a lei em um processo judicial instaurado em Xangai, no qual questionava o seu confinamento. De acordo com o grupo Defensores dos Direitos Humanos na China (na sigla em inglês CHRD), as regras do governo central exigem que os funcionários locais do governo atinjam a cota de internação em instituição mental de duas em cada 1.000 supostas pessoas com “graves doenças mentais”.

## **Orientação Sexual e Identidade de Gênero**

A homossexualidade foi descriminalizada em 1997, mas permaneceu classificada como doença mental até 2001. Até o momento, não existe nenhuma lei que proteja as pessoas de discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero. Não há nenhum reconhecimento legal da união entre pessoas do mesmo sexo.

Apesar dessa falta de proteção legal, indivíduos e organizações promoveram ações judiciais a fim de tentar garantir melhor os seus direitos. Em fevereiro, um ativista processou o governo após a Secretaria das Relações Cíveis da província de Hunan recusar-se a registrar a sua organização dedicada às questões da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), declarando que a homossexualidade não fazia sentido na cultura tradicional chinesa nem no “desenvolvimento de uma civilização espiritual”. O tribunal arquivou o caso em março, alegando que o governo não havia difamado homossexuais.

Os grupos LGBT continuam a documentar o fenômeno da “terapia de conversão”, no qual as clínicas oferecem a “cura” para a homossexualidade. Em março de 2014, um homem que se diz chamar Xiao Zhen ajuizou um processo contra uma clínica em Chongqing que, segundo seus relatos, teria aplicado uma terapia de eletrochoque nele. Foi a primeira vez em que um tribunal da China tomou conhecimento de um caso envolvendo a “terapia de conversão”.

Em novembro, um homem ajuizou um processo em Shenzhen, alegando discriminação fundamentada em orientação sexual. Se a corte aceitar esse caso, será o primeiro da história da China.

Durante a avaliação da China de acordo com a CEDAW em outubro, um representante do Estado mencionou que “os direitos de todos os cidadãos chineses são protegidos pela lei chinesa, independentemente de sua orientação sexual”.

## **Principais Atores Internacionais**

Embora a China tenha regredido com relação ao respeito aos direitos humanos sob a presidência de Xi Jinping, a maioria dos governos estrangeiros evitou críticas, optando por priorizar questões econômicas e de segurança ou tentando conquistar a cooperação chinesa em questões como a mudança climática. Alguns diálogos bilaterais na área de direitos humanos ocorreram em 2014, e os poucos governos que consideraram esse diálogo como estratégico na sua agenda de

direitos humanos foram capazes de desenvolver estratégias alternativas efetivas e de longo prazo, como intensificar a de intensificar o seu envolvimento com a sociedade civil chinesa.

Os governos estrangeiros também falharam imensamente ao não chamarem a atenção para o 25º aniversário do Massacre da Praça da Paz Celestial e não defenderem os cidadãos de Hong Kong quando a China eliminou o verdadeiro sufrágio universal para o território, embora vários tenham reconhecido a gravidade das sentenças proferidas a defensores de direitos humanos de destaque e à libertação de Gao Zhisheng que, mesmo livre, permanece sob vigilância pesada. Pela terceira vez nos últimos anos, as autoridades sul-africanas indicaram que não concederiam o visto ao Dalai Lama.

O Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, de forma similar, não criticou a deterioração da situação dos direitos na China durante a sua visita ao país em agosto. Em vez disso, ele elogiou o governo por “sua contribuição para a promoção dos... direitos humanos”.

## Política Externa

A mudança de liderança na China em 2013 não gerou mudanças fundamentais na política externa do país, embora tenha aumentado agressivamente as suas reivindicações territoriais em partes da Ásia.

Embora a China participe de vários mecanismos das Nações Unidas, não melhorou significativamente o cumprimento de normas internacionais de direitos humanos nem promoveu melhores proteções dos direitos humanos em outros países, tais como a Coreia do Norte. Há oito solicitações pendentes de relatores especiais da ONU para visitar a China. As agências da ONU que atuam dentro da China permanecem restritas e suas atividades são monitoradas de perto por autoridades.

Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a China vota regularmente para evitar a investigação minuciosa de delicadas situações dos direitos humanos em todo o mundo. Em 2014, a China votou contra resoluções que evidenciavam abusos na Coreia do Norte, Irã, Sri Lanka, Belarus, Ucrânia e Síria.

A China continuou repetindo os seus apelos por “soluções políticas” na Síria, Sudão e Sudão do Sul em 2014, mas tomou medidas que prolongaram a crise com relação aos direitos humanos nesses três países. Nesse sentido, seu veto para a resolução do Conselho de Segurança de encaminhar a situação da Síria para o Tribunal Penal Internacional foi exemplar. Foi o seu quarto veto, juntamente com a Rússia, de uma ação do Conselho de Segurança com relação a violações dos direitos humanos na Síria desde 2011.

No entanto, em setembro de 2014, um funcionário da embaixada chinesa em Juba anunciou que a venda de armas chinesas para o Sudão do Sul havia sido interrompida. Essa mudança na política não havia sido verificada quando da elaboração deste relatório. A China também continuou a pressionar os governos a forçarem o retorno de asilados chineses e a negar vistos a indivíduos que o seu governo não aprova, tais como o Dalai Lama.

# Cuba

Em 2010 e 2011, o governo de Cuba libertou dezenas de presos políticos, na condição de que aceitassem o exílio em troca da liberdade. Desde então, o governo cubano tem se apoiado menos em longas sentenças prisionais para punir dissidentes e diminuído as severas restrições de viagem que dividiam famílias e impediam seus críticos de sair e regressar à ilha.

No entanto, o governo cubano continua reprimindo indivíduos e grupos que fazem críticas ao governo ou exigências em relação à realização de direitos fundamentais básicos. Agentes governamentais aplicam uma série de táticas para punir dissidentes e despertar medo na população, incluindo agressões físicas, atos de humilhação pública, demissões e ameaças de muitos anos de prisão.

O número de prisões arbitrárias temporárias aumentou drasticamente nos últimos anos; frequentemente, essas prisões impedem que defensores de direitos humanos, jornalistas independentes e outras pessoas se reúnam ou circulem livremente.

## Detenções Arbitrárias e Prisão de Curto Prazo

O governo continua a recorrer à prisão arbitrária para perseguir e intimidar indivíduos que exercem seus direitos fundamentais. A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN) — um grupo independente de direitos humanos que o governo considera operar de forma ilegal — recebeu mais de 7.188 relatos sobre prisões arbitrárias entre janeiro e agosto de 2014, um grande aumento se comparado aos cerca de 2.900 relatos em 2013, e 1.100 em 2010, durante o mesmo período.

Agentes de segurança praticamente nunca apresentam mandatos de prisão para justificar a prisão de críticos e os ameaçam com responsabilização criminal se continuarem a participar de atividades “contrarrevolucionárias”. Em alguns casos, os detentos são soltos após receberem intimações oficiais, que os promotores podem então usar em julgamentos criminais subsequentes para demonstrar um padrão de comportamento delinquente. Segundo os dissidentes, essas intimações servem para desencorajá-los a participarem de atividades consideradas críticas do governo.

A prisão é geralmente usada preventivamente para evitar que indivíduos participem de manifestações pacíficas ou de encontros para discutir política. Nos dias que antecederam a conferência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), por exemplo, que ocorreu em Havana em 28 e 29 de Janeiro de 2014, pelo menos 40 pessoas foram arbitrariamente detidas e 5 mantidas em prisão domiciliar até o término da conferência, de acordo com a CCDHRN.

Integrantes do grupo Damas de Blanco (mulheres de branco) —fundado por esposas, mães e filhas de presos políticos, também considerado ilegal pelo governo — são rotineiramente detidas antes ou depois de participarem da missa dominical. Por exemplo, em 4 de maio, mais de 80 mulheres foram detidas em toda a ilha antes de irem à missa. Em 13 de julho, 129 integrantes do grupo foram detidas quando se preparavam para participar de cerimônias comemorativas em homenagem aos cubanos que morreram ao tentarem sair da ilha em 1994.

Os detidos muitas vezes são espancados, ameaçados e mantidos incomunicáveis por horas e até dias. O ex-prisioneiro político Guillermo Fariñas, que foi mantido em prisão domiciliar durante o período da conferência CELAC e, em seguida, preso ao tentar sair de casa, relatou ter tido duas costelas quebradas e outras lesões como resultado do espancamento sofrido enquanto estava detido. Yilenni Aguilera Santos, integrante do movimento Damas de Blanco em Holguín, relatou ter sofrido um aborto espontâneo, quando agentes de segurança a agrediram brutalmente após prendê-la quando ela ia à missa, em 22 de junho.

## **Presos Políticos**

Cubanos que criticam o governo podem estar sujeitos a processos criminais. Não se beneficiam das garantias do devido processo legal, bem como do direito a audiências justas e públicas por tribunal competente e imparcial. Na prática, os tribunais estão “subordinados” aos poderes executivo e legislativo, distantes de uma independência judicial significativa. A liberdade condicional é rotineiramente negada para presos políticos que já cumpriram a pena mínima exigida para a obtenção do benefício, como punição por se recusarem a participar de atividades de caráter ideológico obrigatórias, como aulas de “reeducação”.

De acordo com grupos locais de direitos humanos, muitos presos políticos continuam encarcerados. Estes grupos estimam que há mais presos políticos cujos casos eles não podem documentar, porque o governo impede que grupos de direitos humanos locais ou internacionais acessem as prisões. Iván Fernández Depestre, um membro da Frente Nacional de Resistência Cívica Orlando Zapata Tamayo, foi detido em julho de 2013, quando participava de um protesto. Três dias depois foi condenado por “periculosidade” em um julgamento sumário e fechado, tendo sido sentenciado a três anos de prisão.

## **Liberdade de Expressão**

O governo controla todos os meios de comunicação em Cuba e restringe rigorosamente o acesso a informações externas. Isso limita gravemente o direito à liberdade de expressão. Pouquíssimos cubanos podem ler blogs e sites independentes por causa do alto custo e acesso limitado à Internet. Enquanto pessoas em cidades como Havana, Santiago de Cuba ou Santa Clara têm acesso à Internet, as pessoas nas áreas mais rurais não podem se conectar online.



Um decreto governamental de maio de 2013 voltado à ampliação do acesso à Internet prevê que a Internet não pode ser usada para atividades que prejudiquem a “segurança pública, a integridade, a economia, independência e segurança nacional” de Cuba — condições bastante amplas que podem ser utilizadas contra os críticos do governo.

Um pequeno número de jornalistas e blogueiros independentes conseguem escrever artigos para sites ou blogs ou publicar tweets. Contudo, pessoas que publicam informações consideradas críticas ao governo, às vezes, são submetidas a campanhas de difamação, ataques e prisões arbitrárias. O mesmo acontece com artistas e acadêmicos que exigem mais liberdade.

Em maio de 2014, a blogueira Yoani Sanchez lançou o site 14ymedio, o primeiro jornal online independente de Cuba. Em poucas horas o site foi invadido e os visitantes foram direcionados para uma página dedicada a críticas irônicas Sanchez. O site foi restaurado no dia seguinte, mas novamente bloqueado alguns dias depois, permanecendo inacessível para os usuários da Internet em Cuba desde então.

Em maio de 2013, o diretor do instituto cultural de administração estatal, Casa de las Américas, Roberto Zurbano, publicou um artigo no New York Times que destacava a contínua desigualdade e preconceito que afetam os Afro-cubanos. Logo depois, sofreu ataques da imprensa controlada pelo governo e foi rebaixado a uma posição inferior no instituto.

## **Restrições a Viagens e Separação Familiar**

As reformas nos regulamentos de viagem que entraram em vigor em janeiro de 2013 eliminam a necessidade da obtenção de visto de saída para sair da ilha. Antes, isso era usado para negar o direito de viajar a opositores do governo e suas famílias. Desde então, muitas pessoas para as quais anteriormente tinha sido negada permissão para viajar, puderam fazê-lo, incluindo os defensores dos direitos humanos e blogueiros independentes.

No entanto, a reforma incluiu poderes discricionários muito amplos que permitem que o governo restrinja o direito de viajar por razões de “defesa e segurança nacional” ou “outras razões de interesse público,” possibilitando que as autoridades neguem a saída de pessoas que expressam a dissidência. Por exemplo, as autoridades têm reiteradamente negado a Manuel Cuesta Morúa o direito de viajar para fora do país desde que tentou organizar uma conferência paralela à CELAC em janeiro de 2014.

O governo continua também a negar de forma arbitrária a cubanos que moram em outros países o direito de visitar Cuba. Em agosto de 2013, o governo cubano negou a Blanca Reyes, integrante do grupo Damas de Blanco, que vive no exílio na Espanha, permissão para viajar a Cuba para visitar seu pai doente de 93 anos, que morreu em outubro, antes que ela pudesse visitá-lo.

O governo restringe a circulação dos cidadãos dentro de Cuba por meio de uma lei de 1997 conhecida como Decreto 217. Criada para limitar a migração para Havana, o decreto exige que os cubanos obtenham permissão do governo para se mudar para

a capital do país. Muitas vezes é usada para impedir que dissidentes se locomovam para lá para participarem de reuniões e, também, para perseguir dissidentes de outras partes de Cuba, que vivem na capital.

## **Condições Prisionais**

Os centros de detenção estão superlotados, sujos e insalubres, causando muitos problemas relacionados à desnutrição e doenças. Os presos são forçados a trabalhar 12 horas por dia e são punidos se não cumprirem as quotas de produção, de acordo com ex-presos políticos. Não há mecanismo eficaz de denúncia para que os detentos busquem socorro e aqueles que criticam o governo ou fazem parte de greves de fome e outras formas de protesto estão sujeitos a longos confinamentos em solitárias, espancamentos, restrições às visitas de familiares e recusa de atendimento médico.

Embora o governo tenha permitido que membros selecionados da imprensa internacional fizessem visitas controladas a poucas prisões em abril de 2013, o acesso às prisões ainda é negado a grupos internacionais de direitos humanos e organizações cubanas independentes.

## **Defensores dos Direitos Humanos**

O governo cubano ainda se recusa a reconhecer o monitoramento de direitos humanos como uma atividade legítima de monitoramento e nega status jurídico para grupos de direitos humanos locais. Enquanto isso, as autoridades governamentais perseguem, atacam e aprisionam os defensores dos direitos humanos que tentam documentar os abusos.

## **Principais Atores Internacionais**

O embargo econômico dos Estados Unidos para Cuba, em vigor há mais de meio século, continua a impor dificuldades indiscriminadas para o povo cubano. Além disso, não ajudou a melhorar os direitos humanos do país. A Assembleia Geral da ONU tem, reiteradamente, exigido o fim do embargo dos EUA a Cuba. Em outubro de 2014, 188 dos 192 países votaram uma resolução que condenava o embargo.

Em 2009, o presidente dos EUA, Barack Obama, aprovou reformas destinadas a eliminar as restrições que haviam sido iniciadas durante a administração do presidente George W. Bush em 2004 a viagens e remessas de cubano-americanos para Cuba. Em 2011, Obama utilizou seus poderes executivos para aliviar as restrições de viagem “caso a caso”, permitindo que grupos religiosos, educacionais e culturais dos Estados Unidos viajassem para Cuba. No entanto, em 2012, a administração Obama estabeleceu requisitos adicionais para as licenças “caso a caso”, que reduziram a frequência dessas viagens.

A União Europeia (UE) continua a manter sua “posição comum” sobre Cuba, adotada em 1996, que condiciona a plena cooperação econômica da UE com Cuba à transição

do país para uma democracia pluralista e ao respeito aos direitos humanos. Porém, após uma reunião em abril de 2014, em Havana, representantes da UE e cubanos concordaram em estabelecer um roteiro para relações “normatizadas”. Representantes da UE indicaram que as preocupações sobre as liberdades civis e a participação democrática continuaria a influenciar a política da UE com relação à Cuba.

Na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em junho, governos de toda a região clamaram pela participação de Cuba na próxima Cúpula das Américas no Panamá em 2015.

Alan Gross, ex-consultor da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, permaneceu na prisão, apesar de um relatório do Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária, publicado em novembro de 2012, exigindo sua liberação imediata. Gross foi preso em Cuba em dezembro de 2009 e, mais tarde, condenado a 15 anos de prisão pela distribuição de equipamentos de telecomunicação para grupos religiosos. O grupo de trabalho disse que a prisão de Gross foi arbitrária e que o governo de Cuba não conseguiu fornecer provas suficientes para apoiar as acusações contra ele.

Em novembro de 2013, Cuba foi reeleita para ocupar um assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, derrotando o Uruguai na disputa por uma vaga regional, apesar de seu desempenho negativo em direitos humanos e esforços consistentes para minar trabalhos importantes do conselho. Como membro do Conselho, Cuba votou reiteradamente no sentido de evitar o exame de situações graves dos direitos humanos ao redor do mundo, opondo-se à resoluções importantes sobre abusos na Coreia do Norte, Síria, Irã, Sri Lanka, Bielorrússia e Ucrânia. Por outro lado, Cuba apoiou a resolução histórica sobre orientação sexual e identidade de gênero adotada pelo Conselho em setembro de 2014.

# Estados Unidos

Os Estados Unidos têm uma sociedade civil vibrante e sólidas proteções constitucionais para muitos direitos fundamentais. No entanto, principalmente nas áreas de justiça criminal, imigração e segurança nacional, as leis e práticas dos EUA frequentemente violam direitos. Muitas vezes, quem tem menos capacidade de defender os seus direitos, em juízo ou por meio do processo político, – em geral, minorias raciais e étnicas, imigrantes, crianças, pobres e presos – são as pessoas mais vulneráveis a abusos.

O homicídio do adolescente Michael Brown – que estava desarmado – pela polícia em agosto de 2014, em Ferguson, Missouri, e a posterior repressão policial sobre manifestantes ressaltaram o abismo entre o respeito pela igualdade de direitos e o tratamento das minorias raciais quando da aplicação da lei no país. A resposta repressiva dos Estados Unidos a uma onda de imigrantes ilegais que cruzam a fronteira do México e da América Central destaca a necessidade urgente de uma reforma política de imigração dos Estados Unidos.

As políticas norte-americanas de segurança nacional, que incluem os programas de vigilância em massa, estão minando a liberdade de expressão, de associação e de imprensa. Investigações e ações penais discriminatórias e injustas de americanos muçulmanos estão alienando as comunidades que os EUA afirmam querer como parceiros na luta contra o terrorismo.

O sumário de um extenso relatório do Senado sobre a tortura da CIA, divulgado em dezembro, é um primeiro passo para tratar dos graves abusos cometidos nos anos posteriores aos atentados de 11 de setembro de 2001. A administração Obama, entretanto, tem falhado em levar à justiça os responsáveis pela prática de tortura.

## Condenações Rigorosas

Revertendo 3 anos de ligeira queda nas populações carcerárias, no fim de 2013, a população carcerária estadual e federal norte-americana havia crescido 0,3 por cento para um número estimado de 1.574.700 pessoas. Em meados de 2013 também havia 731.200 pessoas em cadeias, resultando em um total de cerca de 2,3 milhões de pessoas atrás das grades, a maior população carcerária do mundo.

Embora a criminalidade continue a diminuir, políticas rigorosas de aplicação de penas continuam impulsionando altas taxas de encarceramento. Entre os presos estaduais, mais de 46 por cento foram presos por delitos não violentos relacionados a drogas, propriedade e ordem pública. No sistema federal, 50 por cento dos presos federais estão cumprindo pena por delitos relacionados a drogas.

Entre 90 por cento e 95 por cento de todos os casos de crimes estaduais e federais são resolvidos a partir de transações penais. Os promotores ameaçam os réus com sentenças muito mais longas caso não busquem transacionar e escolham insistir em seu direito a julgamento. Entre os réus federais respondendo por crimes relacionados às drogas, por exemplo, quem se recusa a uma transação penal recebe sentenças que são, em média, três vezes maiores do que as recebidas por pessoas que se declaram culpadas. Não é de se admirar que apenas 3 por cento dos réus federais que respondem por crimes relacionados às drogas corram o risco de irem a julgamento.

A Comissão para Execução de Penas dos EUA deu um passo rumo à aplicação de penas mais justas para crimes relacionados às drogas ao alterar suas diretrizes para reduzir as sentenças da maioria dos infratores da legislação federal antidrogas, incluindo mais de 46 mil presos federais, que atualmente cumprem penas desnecessariamente longas e que agora poderão buscar uma redução.

Pela primeira vez em três anos, nenhum estado alterou sua legislação para abolir a pena de morte; 18 estados e o Distrito de Columbia não impõem pena de morte. O governador do estado de Washington, Jay Inslee, anunciou em fevereiro que concederia remissão a qualquer caso de pena de morte que chegasse diante dele, instituindo, na prática, uma moratória.

Até o momento da elaboração deste relatório, 33 pessoas haviam sido executadas por injeção letal nos Estados Unidos em 2014. Devido à proibição dos fabricantes europeus de medicamentos quanto ao uso de seus produtos para execuções, muitos estados norte-americanos estão usando combinações de medicamentos experimentais e se recusam a revelar a sua composição. Pelo menos quatro dos homens executados em 2014 apresentavam sinais visíveis de sofrimento antes de morrerem.

## **Disparidades Raciais na Justiça Criminal**

As disparidades raciais há muito afligem o sistema de justiça criminal dos Estados Unidos. A taxa de encarceramento de homens afro-americanos é seis vezes maior do que a de homens brancos, e 3 por cento de todos os homens negros estão encarcerados atualmente em uma prisão estadual ou federal. São várias as causas das disparidades raciais no sistema carcerário, inclusive práticas de aplicação de pena antidrogas. Por exemplo, os brancos e afro-americanos se envolvem em delitos relacionados a drogas em taxas comparáveis, mas são presos, julgados e encarcerados por esses delitos em taxas muito díspares.

Embora os afro-americanos correspondam a apenas 13 por cento da população dos EUA, eles representam 31 por cento de todas as prisões relacionadas a delitos de drogas, 41 por cento da população prisional estadual e 42 por cento da população prisional federal que cumprem pena por delitos relacionados a drogas. É quatro vezes maior a probabilidade de afro-americanos serem presos por porte de maconha do que os brancos.

As disparidades raciais na justiça criminal contribuíram para o ultraje que eclodiu em Ferguson, Missouri, após policiais terem matado Michael Brown, afro-americano de 18 anos. Embora os protestos de Ferguson tenham sido iniciados em res-

posta ao ocorrido, eles revelaram problemas antigos entre a comunidade de Ferguson predominantemente negra e a força policial quase inteiramente branca. Em resposta aos protestos, em diversos casos, forças de segurança utilizaram gás lacrimogêneo, balas de borracha e outras táticas intimidatórias em aparente violação ao direito de reunião pacífica e à liberdade de expressão e se envolveram em um possível uso excessivo da força.

## **Reforma da Política sobre Drogas**

Desde os anos 1980, os EUA gastaram centenas de bilhões de dólares para prender e encarcerar infratores da legislação anti-drogas. Sua forte dependência da legislação criminal para o controle das drogas tem representado custos significativos para os direitos humanos, inclusive violando os direitos à autonomia e à privacidade de indivíduos que simplesmente portam ou fazem uso de drogas.

Em 2014, eleitores dos estados de Oregon e do Alasca aprovaram medidas para legalizar a produção, venda, distribuição e uso da maconha para fins recreativos, juntando-se ao estados do Colorado e Washington. O Distrito de Columbia também descriminalizou a posse de pequenas quantidades de maconha para uso pessoal. Nova York, Maryland e Minnesota se uniram a 20 estados e ao Distrito de Columbia na legalização da maconha para fins médicos.

## **Condições das Prisões**

Pressionados pela defensoria pública, alguns estados norte-americanos e os governos locais estão reconsiderando suas políticas de confinamento solitário. Ohio concordou em diminuir e, possivelmente, extinguir o uso de confinamento solitário em suas instalações juvenis. Os agentes penitenciários de Nova York concordaram em desenvolver novas diretrizes rigorosas, limitando o uso da solitária como punição – exceto para infrações mais graves – e eliminando o uso de confinamento solitário para menores de 18 anos. Na Califórnia, um tribunal federal determinou que as prisões mudassem as políticas sobre o uso da solitária como punição para os presos com problemas mentais. No entanto, muitos presos e detidos em cadeias – inclusive crianças – ainda estão submetidos a rígidas condições de isolamento e ociosidade quase que 24 horas por dia, podendo chegar a meses ou até anos consecutivos.

## **Pobreza e Justiça Criminal**

Muitos réus pobres de todo o país padecem na prisão provisória, em grande parte porque não têm condições de pagar os crescentes custos de fiança. Além disso, taxas judiciais e de monitoramento extremamente altas são cada vez mais comuns, pois condados e municípios com dificuldades financeiras costumam esperar que os tribunais cubram seus próprios custos ou façam uso destes como fontes de receita pública. O impacto é particularmente rigoroso em réus de baixa renda.

Em 2014, a Human Rights Watch documentou abusos generalizados relacionados à privatização dos serviços de monitoramento do livramento condicional em vários

estados norte-americanos. Operando sob um modelo “financiado pelo infrator”, as empresas contratadas para monitorar os infratores fora do sistema por motivo de livramento condicional cobram diretamente dos infratores pelos serviços que prestam e asseguram a detenção daqueles que não conseguem pagar. As taxas são estruturadas de maneiras que penalizam os pobres e há uma falha geral na fiscalização e responsabilização adequada por parte do governo.

Em abril, Nathan Deal, governador da Georgia, vetou um projeto de lei que ajudaria a proteger empresas de monitoramento do controle público. É provável que o legislativo da Geórgia rediscuta a questão em 2015, tendo a oportunidade de introduzir mecanismos de fiscalização e responsabilização que poderiam ser um modelo para outros estados.

## **Adolescentes no Sistema de Justiça Criminal**

Toda jurisdição dos EUA permite que adolescentes menores de 18 anos sejam processados como adultos e, em determinadas circunstâncias, condenados a penas aplicadas aos adultos. No final de 2013, 1.200 menores de 18 anos eram mantidos em unidades prisionais estaduais para adultos. A Flórida manteve um número de crianças e adolescentes em instalações de adultos superior a qualquer outro estado, parte em razão de uma política que confere aos promotores, exclusivamente, a decisão sobre a promoção de ação penal de crianças e adolescentes em tribunais de adultos. Catorze outros estados também permitem que os promotores encaminhem crianças e adolescentes para tribunais destinados a adultos para que respondam ações penais, sem revisão judicial pelo menos em alguns casos.

Os estados continuam em embate com a decisão da Suprema Corte dos EUA que proíbe a prisão perpétua sem liberdade condicional para jovens infratores condenados por homicídios. Embora a maioria dos estados norte-americanos tenha considerado a decisão Suprema Corte como retroativa, em julho, a Suprema Corte de Michigan entendeu que a decisão não se aplicaria a jovens que já estivessem cumprindo prisão perpétua sem liberdade condicional.

## **Direitos de Não-cidadãos**

De outubro de 2013 a setembro de 2014, a Agência de Fiscalização de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA apreendeu 68.541 crianças desacompanhadas vindas da América Central e do México e 68.445 não-cidadãos em unidades familiares próximas à fronteira dos EUA com o México. Esses números representam, respectivamente, um aumento de 77 por cento e 361 por cento em relação ao ano anterior. Em resposta, o governo Obama expandiu drasticamente a detenção de famílias não autorizadas e acelerou as deportações. Em outubro, a Human Rights Watch documentou como os imigrantes advindos da América Central que haviam fugido para os EUA temendo por suas vidas foram deportados sem a adequada oportunidade de buscarem proteção.

Em junho, o governo abriu o primeiro de três novos centros de detenção para famílias, dedicado principalmente a realizar e facilitar a deportação de mães e crianças vindas da América Central. Muitas famílias detidas estão em busca de asilo; no entanto,

mesmo sabendo que elas têm um medo justificado de retornar aos seus países, os EUA negam sua soltura sob fiança, alegando que são ameaças à “segurança nacional”, sem mesmo realizar avaliações de risco individualizadas.

Em 2014, os esforços legislativos voltados a regularizar a situação legal de milhões de imigrantes ilegais nos EUA fracassaram. Em novembro, o governo Obama anunciou mudanças nas políticas do poder executivo para fornecer regularização temporária da situação legal de mais de quatro milhões de imigrantes ilegais, que vivem nos Estados Unidos, sem determinadas condenações criminais, há cinco anos ou mais, e têm filhos de nacionalidade norte-americana ou crianças com residência permanente legal. É provável que essas políticas protejam milhões de famílias da ameaça de serem separadas arbitrariamente. No entanto, elas não alteram as políticas praticadas nas fronteiras que resultam em deportação sumária e punição criminal de pessoas com laços profundos com os EUA.

Em 2014, mais de 166 jurisdições locais instruíram a polícia a não cumprir alguns pedidos de autoridades federais para deter, ainda mais, não-cidadãos por questões de imigração sob um programa conhecido como “Comunidades Seguras”. A ação executiva do presidente Barack Obama, ocorrida em novembro, limitou esse tipo de colaboração entre governo federal e local em matéria de imigração, reconhecendo que ela havia exacerbado a desconfiança em relação à polícia.

## **Direitos Trabalhistas**

Centenas de milhares de crianças trabalham em fazendas nos Estados Unidos. A Lei de Normas Trabalhistas Justas de 1938 isenta os trabalhadores rurais infantis dos requisitos de idade mínima e carga horária máxima que protegem outras crianças e adolescentes que trabalham. Os trabalhadores rurais infantis muitas vezes trabalham 10 ou mais horas por dia e estão expostos ao risco dos pesticidas, a doenças provocadas pelo calor e a lesões.

O trabalho infantil é comum em fazendas de tabaco dos EUA, o quarto maior produtor de tabaco do mundo. Os trabalhadores infantis das fazendas de tabaco sofrem de dores de cabeça, vômitos e outros sintomas condizentes com envenenamento agudo por nicotina.

O Congresso não resolveu uma brecha na legislação que permite que adolescentes executem trabalhos perigosos na agricultura a partir dos 16 anos; o trabalho perigoso é proibido em todas as outras áreas até os 18 anos de idade. As leis e os regulamentos dos EUA não incluem disposições especiais que protejam os trabalhadores infantis da exposição à nicotina.

## **Política de Saúde**

Os militares veteranos dos EUA enfrentam barreiras sistêmicas no acesso a serviços de saúde, inclusive longos atrasos para obter os devidos cuidados junto aos centros de saúde do Departamento de Assuntos de Veteranos (VA, na sigla em inglês).

Dezenas de milhares de veteranos não conseguem obter ajuda efetiva para prevenir overdoses, tratar a dependência de opiáceos e acabar com o problema crônico da falta



de moradia. Em agosto, o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Acesso à Assistência para Veteranos por meio de Escolha, Responsabilização e Transparência, de 2014, com o intuito de melhorar e aumentar o acesso de veteranos aos serviços médicos.

Trinta e quatro estados têm legislações penais que punem pessoas soropositivas que expõem outras pessoas ao vírus. Em junho, Iowa se tornou o primeiro estado a alterar – mas não revogar totalmente – seu estatuto de criminalização.

## Direitos das Mulheres e Meninas

Em junho, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu no caso *Burwell v. Hobby Lobby Stores, Inc.* que certas empresas com fins lucrativos podem se recusar a cobrir métodos contraceptivos nos planos de saúde dos funcionários, tendo como base o ponto de vista religioso do empresário de que a vida começa na concepção. Mais de dois terços dos funcionários adultos norte-americanos com menos de 65 anos obtêm seguro de saúde por meio de um empregador.

Embora os legislativos estaduais tenham promulgado menos regulamentações direcionadas às clínicas de aborto, em 2014, o impacto do aumento nas restrições de 2011 a 2013 tornou-se mais visível. No Texas, o número de clínicas diminuiu quase pela metade desde 2011, com possibilidade de novos fechamentos, dependendo do resultado dos processos judiciais sobre as exigências financeiras para instalações e clínicas de aborto aprovadas em 2013.

Uma em cada cinco mulheres é agredida sexualmente na faculdade, de acordo com um relatório de 2010 apresentado por Centros para Controle e Prevenção de Doenças, nos Estados Unidos. Em janeiro, a administração Obama fundou a força-tarefa da Casa Branca, cujo objetivo é proteger estudantes de agressão sexual; o primeiro conjunto de recomendações foi publicado em abril. Enquanto isso, vítimas provenientes de faculdades de todo o país continuaram a denunciar como as escolas e a polícia local não deram a devida atenção a seus casos.

A polícia de Memphis, Detroit e Cleveland analisaram perícias (kits de estupro) que estavam guardadas há anos. Os resultados dos exames desses materiais levaram à descoberta de dezenas de estupradores em série e uma série de acusações. Os atrasos ressaltaram um problema maior da polícia que não investiga adequadamente agressões sexuais.

Após a Human Rights Watch denunciar os erros na condução de casos de violência sexual por parte do Departamento de Polícia Metropolitana, o Conselho do Distrito de Columbia aprovou uma lei que estabelece a fiscalização independente da polícia e permite que as vítimas tenham um advogado presente em interrogatórios policiais.

## Orientação Sexual e Identidade de Gênero

Até o momento de elaboração desse relatório, casais do mesmo sexo poderiam se casar em 35 estados dos Estados Unidos, além do Distrito de Columbia e da cidade de St. Louis. A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, em outubro de 2014, manter três

decisões de cortes de apelações federal que anulavam a proibição do casamento homossexual em cinco estados, e desde então se recusou a intervir em casos semelhantes.

Em junho de 2014, o presidente Obama assinou um decreto que proíbe a discriminação no trabalho baseada na orientação sexual ou na identidade de gênero por parte de empresas que firmaram contratos federais e que também proíbe a discriminação com base na identidade de gênero para funcionários do governo federal. Em agosto de 2014, em resposta a uma decisão de 2012 da Comissão de Oportunidade de Trabalho Igualitária, o Ministério do Trabalho dos EUA anunciou planos de instituir novas diretrizes para esclarecer que a discriminação baseada na condição de transgênero é proibida nos termos da atual definição de discriminação baseada no sexo, prevista no Artigo VII da Lei dos Direitos Civis de 1964.

No entanto, a interpretação abrangente da Suprema Corte dos Estados Unidos em relação à isenção religiosa no caso *Hobby Lobby* poderia abrir um precedente que prejudicaria as proteções para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) por motivos religiosos.

Doze estados norte-americanos mantêm leis de sodomia. Desde abril de 2013, as legislaturas em Montana e Virginia revogaram as leis de sodomia de seus estados. Em abril de 2014, o legislativo de Louisiana votou para manter a lei do estado.

## Segurança Nacional

Pelo 13º ano, os EUA mantiveram detidos na Baía de Guantánamo indivíduos sem acusação formal ou julgamento; até o momento da elaboração deste relatório, 143 detentos permaneciam na instalação. Após um longo período de silêncio, a administração Obama retomou as transferências dos detentos de Guantánamo, em agosto 2013, enviando 11 deles para seus respectivos ou terceiros países até ao final do mesmo ano. No final de 2013, o Congresso acrescentou novas cláusulas à Lei de Autorização de Defesa Nacional (NDAA, na sigla em inglês), pelas quais o governo obteve mais flexibilidade para realizar transferências. No entanto, desde a mudança, o ritmo de transferências para fora de Guantánamo não mudou muito; até o momento de elaboração deste relatório, apenas 12 detentos tinham sido transferidos de Guantánamo em 2014.

O Departamento de Defesa continuou a alimentar à força os detentos de Guantánamo que fazem greve de fome, utilizando métodos que permanecem sigilosos, além de interromper a divulgação do número de greves de fome em andamento. As poucas informações divulgadas levantam sérias preocupações de que a alimentação forçada viola a ética médica e os padrões de cuidados, além de constituir maus-tratos nos termos do direito internacional. Um tribunal federal determinou a divulgação de vídeos de um detento sendo alimentado à força, mas recusou-se a determinar a mudança dos procedimentos de alimentação forçada. Até o momento de elaboração deste relatório, os EUA consideravam recorrer da decisão sobre a liberação dos vídeos.

A administração Obama continuou a levar casos às comissões militares na Baía de Guantánamo. Esse sistema não protege as comunicações entre advogado e cliente, permite a introdução de provas obtidas sob coerção e faz uso de regras que impedem

que o advogado de defesa tenha acesso a informações essenciais do caso, como o tratamento de seus clientes sob custódia secreta da CIA.

Os EUA levaram um novo caso às comissões contra um detento acusado de crimes ligados a ataques contra tropas dos EUA no Afeganistão, entre outras alegações. Outros dois casos pendentes, dentre eles um contra cinco homens acusados de planejar os ataques de 11 de setembro de 2001, estagnaram em audiências preliminares, com a data do julgamento sendo prevista para anos à frente.

Em julho, a Human Rights Watch divulgou um relatório documentando abusivas investigações de combate ao terrorismo contra muçulmanos americanos, muitas vezes vulneráveis, inclusive indigentes ou com deficiência intelectual e mental, cuja probabilidade de estarem envolvidos em atividades terroristas era praticamente nula, não fosse o envolvimento do próprio governo na investigação. O governo também faz uso de acusações materiais excessivamente amplas, de táticas de acusação que podem violar o direito a um julgamento justo – e de duras condições de confinamento.

Os EUA mantiveram operações de assassinatos seletivos no Afeganistão, Paquistão, Iêmen e Somália, justificando seguir as orientações da política do governo anunciadas em 2013, que afirmam que os alvos dos ataques representam uma contínua e iminente ameaça para os EUA e que há quase certeza de que nenhum civil será prejudicado.

A investigação da Human Rights Watch sobre um ataque em dezembro de 2013 durante um cortejo de casamento no Iêmen, que matou 12 pessoas e feriu pelo menos 15, revelou que muitos dos mortos – senão todos – eram civis, o que contraria as diretrizes da política e aparentemente viola as leis de guerra. O governo do Iêmen teria pago um total de mais de um milhão de dólares para as famílias dos mortos ou feridos no ataque. Pagamentos teriam também sido aos parentes de um clérigo anti-Al-Qaeda morto em um ataque com drones de autoria dos EUA, em 2013.

As políticas e práticas de assassinatos seletivos dos EUA permaneceram encobertas em sigilo. Em resposta a um processo judicial, o governo foi forçado a divulgar um memorando do Departamento de Justiça, redigido de forma aprofundada, que fornecia a justificativa legal para um ataque que matou um cidadão norte-americano no Iêmen, em 2011. No entanto, a administração não providenciou memorandos legais que justificassem assassinatos seletivos em outros contextos.

Em dezembro, o Comitê de Inteligência do Senado dos EUA lançou uma sinopse de 499 páginas de um relatório de 6.700 páginas sobre o programa de detenção e interrogatório da Agência Central de Inteligência (CIA). O relatório mostra que as técnicas de interrogatório usadas pela CIA eram muito mais brutais e generalizadas do que as relatadas, inclusive formas de tortura e de violência sexual como “reidratação retal”, que não haviam sido divulgadas anteriormente. O relatório também apontou que as técnicas de interrogatório usadas pela CIA foram ineficazes na coleta de informações estratégicas ou valiosas, e que a CIA mentiu reiteradamente em relação ao programa e durante anos tentou acobertar seus crimes. Os EUA não conseguiram processar os agentes norte-americanos responsáveis por autorizar e realizar tortura e outros maus-tratos aos detentos sob custódia dos EUA desde o 11 de setembro.

Documentos que vazaram para a imprensa por meio do ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês), Edward Snowden, continuaram revelando novos detalhes sobre os programas de vigilância dos EUA. No ano passado, relatos baseados nos documentos de Snowden apontavam que os EUA podem estar coletando diariamente milhões de mensagens de texto no mundo todo e interceptando todas as chamadas telefônicas e metadados nas Bahamas e no Afeganistão, além de reunir todos os metadados de telefone do México, Quênia e das Filipinas. Uma notícia de julho afirmava que diversos líderes muçulmanos americanos proeminentes, dentre eles o chefe de um grupo muçulmano de liberdades civis, foram alvo de vigilância eletrônica.

No dia 17 de janeiro de 2014, o presidente Barack Obama anunciou novas medidas para restringir o uso, a retenção e a divulgação dos dados pessoais coletados pelos serviços de inteligência no âmbito da Diretriz Política Presidencial 28 (Política de Segurança Nacional). No entanto, essas medidas ficaram aquém de garantir que a interferência na privacidade se limitasse ao uso estritamente necessário e proporcional, e deixaram em aberto a possibilidade de coleta massiva. Além disso, embora as medidas pretendessem implementar regras sobre a vigilância de pessoas não americanas (estrangeiros no exterior) mais parecidas àquelas que regulam os dados coletados sobre cidadãos americanos, as regras são vagas e não criam direitos de caráter judicial.

Em março, a Comissão de Direitos Humanos da ONU requereu que os Estados Unidos garantissem que suas atividades de vigilância respeitassem os direitos à privacidade, nos termos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, independentemente da nacionalidade ou localização dos indivíduos monitorados. A comissão também expressou preocupação com a falta de transparência nas leis dos EUA e nas decisões judiciais relativas à vigilância.

Em julho, a Human Rights Watch lançou um relatório documentando como a vigilância massiva dos EUA está dificultando o trabalho de jornalistas e advogados, que encontram dificuldade em proteger suas fontes, e fazendo com que jornalistas apelem a medidas extremas para evitar serem identificados: usando desde criptografia e telefones pré-pagos descartáveis, à interrupção de todo tipo de comunicação eletrônica. Consequentemente, muito menos informações sobre assuntos de interesse público podem ser vistas com clareza.

Também em julho, o senador Patrick Leahy apresentou uma nova versão da Freedom Act dos EUA, que limitaria algumas formas de vigilância no plano doméstico, mas não faria quase nada para proteger a privacidade de estrangeiros no exterior. A nova versão, no entanto, não conseguiu avançar no Senado.

## **Política Externa**

Em agosto, os EUA lançaram ataques aéreos contra as forças do grupo extremista Estado Islâmico (também conhecido como ISIS) no Iraque, como líder de uma coalizão que inclui cinco países árabes; em setembro, os EUA ampliaram os ataques aéreos à Síria contra o ISIS e outro grupo extremista, Jabhat al-Nusra. O presidente

Obama também anunciou que estava enviando mais militares para o Iraque e que estava aumentando a assistência militar a grupos armados de oposição ao governo de Assad, na Síria.

Após os resultados de disputadas eleições presidenciais no Afeganistão em abril e agosto, o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, ajudou a intermediar um acordo de partilha de poder. As tropas dos EUA se prepararam para sua retirada do Afeganistão até o fim do ano, deixando cerca de 10 mil militares para treinar, aconselhar e auxiliar as forças de segurança afegãs. Em outubro, os EUA assinaram um acordo de segurança bilateral com o novo governo afegão.

Após a deposição do presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, em fevereiro, e a violência que se seguiu, os EUA impuseram sanções aos setores financeiro, de energia e de defesa da Rússia.

Em junho e setembro, a administração Obama anunciou uma proibição sobre a produção e aquisição de minas terrestres antipessoais, bem como sobre a sua utilização fora da península coreana, medidas que aproximam o país de um maior alinhamento com o Tratado de Banimento das Minas Terrestres.

Em agosto, os EUA receberam 45 chefes de Estado africanos na primeira Cúpula entre EUA e África, com discussões focadas em desenvolvimento econômico, governança e segurança.

# Índia

Em maio de 2014, a Índia elegeu como primeiro-ministro Narendra Modi, do partido Hindu Bharatiya Janata (BJP, na sigla em inglês). Após 10 anos na oposição, o BJP ganhou um mandato decisivo com uma significativa maioria no Parlamento. O partido prometeu retomar o crescimento, acabar com a corrupção e promover projetos de desenvolvimento.

Modi tem enfatizado a proteção das mulheres contra a violência e outros abusos e o acesso à assistência a saúde e ao saneamento. Também tem chamado a atenção dos parlamentares para o estabelecimento de “vilas modelo” com melhor infraestrutura e modernas instalações sanitárias em áreas rurais. Além disso, em seu primeiro discurso público, pediu uma moratória de dez anos em relação às divisões entre comunidades e discriminação.

O novo governo manifestou um compromisso com a liberdade de expressão, mas não deu fim à censura do Estado nem tomou uma medida decisiva contra grupos ultranacionalistas e outros militantes religiosos que respondem com violência a pontos de vista que não compartilham. Em 2014, as autoridades aumentaram as restrições impostas a organizações não governamentais (ONGs). Um dos motivos foi que os grupos da sociedade civil vêm sendo extremamente críticos em relação a grandes projetos de desenvolvimento que, segundo eles, terão um impacto negativo sobre o meio ambiente, bem como sobre a saúde e os meios de subsistência das comunidades afetadas.

Embora Modi tenha assumido o cargo de primeiro-ministro da Índia com uma reputação prévia de ter liderado um crescimento econômico e melhorias na governança do estado de Gujarati, no qual foi ministro-chefe, a sua incapacidade de defender os muçulmanos gujarati nos distúrbios religiosos de 2002 e de prontamente promover a responsabilização dos envolvidos continua causando preocupação. Alguns comentários provocativos por parte de políticos do BJP geraram uma sensação de insegurança entre minorias religiosas.

A discriminação baseada em castas e a negligência das comunidades tribais também é um problema contínuo na Índia, assim como o abuso sexual e outras formas de violência contra mulheres e crianças. O Prêmio Nobel da Paz concedido ao ativista Kailash Satyarthi em 2014 destacou o fato de que milhões de crianças na Índia ainda estão envolvidas nas piores formas de trabalho. A falta de responsabilização das forças de segurança e dos funcionários públicos responsáveis por abusos perpetua a impunidade e gera mais abusos. É preciso colocar em prática reformas policiais que façam com que a força respeite os direitos e seja responsabilizada por seus atos.





HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

## CLEANING HUMAN WASTE

“Manual Scavenging,” Caste, and Discrimination in India

## Tratamento das Minorias

Em 2013, durante a corrida para as eleições nacionais, surgiram incidentes de violência contra minorias religiosas. Fontes oficiais indicam que 133 pessoas foram mortas e 2.269 ficaram feridas em um total de 823 incidentes.

Mais de um ano após a violência comunal que matou mais de 60 pessoas, a maioria muçulmanos, e deslocou dezenas de milhares de pessoas para os distritos de Muzaffarnagar e Shamli, no estado de Uttar Pradesh, os governos central e estaduais ainda não tinham provido assistência adequada às vítimas ou justiça. Inclusive, o BJP escolheu Sanjeev Balyan, acusado de incitar a violência durante os distúrbios, como candidato do partido nas eleições parlamentares e o nomeou ministro, aumentando a insegurança dos muçulmanos. O governo estadual o fechou à força os acampamentos para assistência às vítimas e nada fez em relação às alegações sobre a falta de assistência adequada que causou a morte de mais de 30 crianças nos acampamentos.

Em junho de 2014, um grupo ultranacionalista hindu organizou protestos violentos na cidade de Pune, situada na parte ocidental da Índia, contra um post publicado em redes sociais que depreciava algumas figuras históricas e políticas hindus. Alguns membros do grupo, supondo que os muçulmanos eram autores da postagem anônima, arbitrariamente agrediram e mataram Mohsin Shaikh – que não tinha ligações com a postagem –, mas que foi facilmente identificado como muçulmano em razão do chapéu característico que estava usando.

Os dalits (chamados Intocáveis) e grupos tribais continuaram enfrentando discriminação e violência. As dificuldades em obter justiça, com as quais a comunidade dos dalits lida, ficaram evidentes em sentenças recentes em quatro casos judiciais em Bihar e um no estado de Andhra Pradesh. Em cada um desses casos, a justiça anulou as condenações nos incidentes relevantes ocorridos entre 1991 e 2000 que envolveram mortes de dalits, por falta de provas, ressaltando o fracasso das autoridades do Ministério Público.

Apesar das inúmeras iniciativas e leis que proíbem a “lavagem manual” – limpeza à mão de resíduos humanos, executada por membros de comunidades consideradas de baixa casta – a prática persiste. Aqueles que tentam sair desse tipo de trabalho enfrentam retaliação, inclusive ameaças de violência ou de desalojamento. Em março de 2014, a Suprema Corte decidiu que a constituição da Índia precisa de intervenção do Estado para que a prática seja abolida.

## Impunidade

Membros das forças de segurança da Índia continuam impunes após sérias violações dos direitos humanos.

Em um caso raro ocorrido em novembro de 2014, o exército informou que um tribunal militar condenou cinco soldados, dentre eles dois policiais, à prisão perpétua em razão de uma execução extrajudicial de três inocentes aldeões, em 2010. O exército determinou o julgamento militar, utilizando-se da severa lei de poderes



especiais das forças armadas (AFSPA, na sigla em inglês) para bloquear a ação penal em tribunais civis.

O exército também escolheu um julgamento militar para a alegação de execução extrajudicial de cinco civis em Pathribal, no norte de Jammu e Caxemira. No entanto, em janeiro, o tribunal do exército rejeitou as denúncias contra cinco agentes. A AFS-PA, que está em vigor há décadas em Jammu e Caxemira e nos estados do nordeste da Índia, tem resultado em efetiva imunidade para os membros das forças armadas pelas mortes de civis e outras violações graves dos direitos humanos. Inúmeras comissões independentes na Índia recomendaram a revogação ou alteração da lei, mas o governo não pôde fazê-lo diante da forte oposição do exército.

As propostas para reformar a política também definharam mesmo com a polícia continuando a violar os direitos humanos com impunidade, promovendo prisões e detenções arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais. Em vários estados, a polícia é mal treinada e enfrenta excessivo volume de trabalho.

Dois diferentes relatórios – um de um “think tank” e outro de três policiais do alto escalão – apontaram a falta de confiança entre as comunidades muçulmanas e a polícia. Para os muçulmanos a polícia favorece certos grupos, é tendenciosa e insensível, em parte por causada má conduta de alguns de seus membros, especialmente em episódios de violência comunal.

## **Direitos das Mulheres**

Em novembro de 2014, mais de doze mulheres morreram e muitas outras ficaram gravemente comprometidas após terem sido submetidas a procedimentos de esterilização no estado central indiano de Chhattisgarh. Isso levou a um clamor contra abordagens direcionadas em programas de planejamento familiar.

Reformas legais foram anunciadas em resposta ao estupro coletivo e homicídio em Deli, em 2012, mas até o momento de elaboração deste relatório o governo indiano ainda estava para introduzir mecanismos de controle e comunicação para acompanhar a sua implementação. Relatos de estupro – inclusive de mulheres dalits, de pessoas com deficiência e crianças – continuaram estampando os noticiários nacionais em 2014, levando a protestos.

No início de 2014, o governo apresentou diretrizes que ofereceriam tratamento médico e exames para mulheres e crianças que denunciam estupro, mas não conseguiu destinar os recursos necessários para que fossem implementadas. Até o momento de elaboração deste relatório, apenas dois estados tinham adotado as diretrizes.

Houve uma queda nas taxas de mortalidade materna na Índia, mas elas continuam sendo uma preocupação em virtude dos frágeis sistemas de referenciamento para consulta e da falta de acesso a assistência médica em muitas partes do país.

## Direitos das Crianças

Ao conceder o prêmio da paz a Kailash Satyarthi, o comitê do prêmio Nobel chamou a atenção para a frequente contratação de crianças para trabalho em péssimas condições. A Lei de Direito à Educação e os programas do governo resultaram na matrícula quase universal de crianças em séries escolares iniciais. Mas milhões de crianças, principalmente de comunidades vulneráveis dalits, tribais e muçulmanas, que enfrentam discriminação, assistência inadequada nas escolas públicas e pressões para ganharem dinheiro, logo saem da escola e começam a trabalhar.

Em agosto de 2014, o governo apresentou alterações à Lei de Justiça Juvenil que, se aprovada, sujeitaria adolescentes entre 16 e 18 anos a responderem ações penais em tribunais para adultos quando fossem acusados de crimes graves, como estupro e homicídio. Ativistas dos direitos da criança e a Comissão Nacional para a Proteção dos Direitos da Criança se opuseram veementemente.

Em junho de 2014, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança identificou várias áreas nas quais o governo indiano não tinha conseguido garantir a proteção das crianças contra discriminação, práticas nocivas, abuso sexual e trabalho infantil. A Comissão também demonstrou preocupações sobre militantes maoístas que recrutam crianças e atacam escolas e sobre as forças armadas do governo que ocupam escolas nas áreas maoístas afetadas, apesar das decisões da Suprema Corte que proíbem a prática.

## Proteção dos Direitos LGBT

Os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) sofreram um retrocesso em dezembro de 2013, quando a Suprema Corte reverteu uma decisão do Supremo Tribunal de Deli, de 2009, revogando uma lei da era colonial que criminaliza relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo. Até o momento de elaboração deste relatório, havia uma petição para revisão dessa decisão pendente na Suprema Corte.

Em abril de 2014, a Suprema Corte reconheceu os transgêneros como um terceiro gênero e determinou que o governo os trate como uma minoria elegível a cotas de emprego e educação.

## Cuidados Paliativos

Em fevereiro de 2014, o Parlamento da Índia alterou as leis de entorpecentes do país para permitir um melhor acesso a medicamentos analgésicos, inclusive morfina. As alterações cruciais à Lei de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas eliminaram regras arcaicas que obrigavam hospitais e farmácias a obterem quatro ou cinco licenças, cada uma de um órgão diferente do governo, sempre que quisessem comprar medicamentos fortes para alívio da dor. Anualmente, mais de 7 milhões de pessoas na Índia precisam de cuidados paliativos; as novas revisões da lei ajudarão a poupar-lhes sofrimento indígnio e desnecessário proveniente de dor severa.

## Direitos das Pessoas com Deficiência

Serviços voltados à saúde mental e de apoio estão severamente escassos na Índia. Menos de 20 por cento das pessoas que precisam de cuidados de saúde mental têm acesso ao tratamento. Devido ao estigma e à escassez de serviços básicos oferecidos pelo governo, as famílias acham difícil lidar com eles e muitas vezes acabam abandonando ou institucionalizando à força parentes com deficiências intelectuais ou psicossociais.

## Restrições à Liberdade de Expressão

Leis formuladas de forma vaga, que criminalizam a liberdade de expressão, continuam sendo distorcidas. A polícia de vários estados apresentou denúncias com base no Código Penal indiano ou na Lei de Tecnologia da Informação por críticas na internet feitas a figuras políticas importantes, dentre elas o primeiro-ministro. Em um exemplo, cinco jovens foram interrogados pela polícia por fazerem comentários anti-Modi via telefone. A polícia também mirou duas revistas estudantis por comentários críticos sobre algumas figuras políticas, dentre elas Modi.

Apesar dos compromissos para proteger a liberdade de expressão, o governo não tomou medidas decisivas contra grupos militantes que ameaçam e atacam pessoas que têm pontos de vista contrários aos deles. Diante das frágeis respostas do governo e de ameaças de processos judiciais por parte de grupos ultranacionalistas hindus, algumas editoras retiraram livros de circulação ou cancelaram livros que estavam para serem publicados.

## Sociedade Civil e Liberdade de Associação

As autoridades reforçaram as restrições impostas às organizações da sociedade civil. Os agentes utilizam a Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira (FCRA, na sigla em inglês), que monitora fundos provenientes de doadores estrangeiros, para perseguir as organizações que questionam ou criticam as políticas do governo, para bloquearem as suas atividades e para cortarem fundos vindos do exterior.

É grave o impacto sobre a sociedade civil indiana. Quando o Ministério do Interior da Índia realiza uma investigação nos termos da FCRA, muitas vezes ele congela as contas da ONG que está sendo investigada, cortando sua fonte de financiamento e obrigando-a a interromper suas atividades. Táticas como essas têm um efeito de arrefecimento mais amplo sobre o trabalho de outros grupos.

Em 2014, o governo Modi pediu ao banco central do país que buscasse autorização prévia antes de permitir a transferência de fundos estrangeiros para as contas do Greenpeace na Índia, intensificando a preocupação de que o governo seria menos tolerante com as organizações que questionavam os projetos de desenvolvimento e infraestrutura do governo.

## Pena de Morte

Embora nenhuma execução tenha ocorrido em 2014, a pena de morte continuou sendo proferida. Isso ocorreu apesar de uma decisão da Suprema Corte, em novembro de 2012, afirmar que a categoria “mais rara das raras” não teria sido aplicada de maneira uniforme ao longo dos anos e que precisava ser revista.

Numa decisão judicial em janeiro de 2014, a Suprema Corte da Índia comutou as penas de morte de 15 presos e determinou que penas de morte podem ser comutadas nos casos em que os réus sofram de enfermidade mental ou quando houver atrasos inexplicáveis do governo em deliberar sobre pedidos de misericórdia. Também determinou diretrizes para proteger os direitos de presos que estão no corredor da morte e os direitos de suas famílias.

## Política Externa

O novo governo intensificou o envolvimento com líderes mundiais para promover o comércio e os investimentos, bem como reanimar a economia indiana. Para sua cerimônia de posse, Modi convidou todos os chefes de Estado vizinhos, dentre eles o Paquistão, apontando para o seu compromisso de criar laços mais fortes na região.

Apesar dos repetidos ataques de militantes a propriedades indianas – inclusive um ataque ao consulado em Herat, em maio de 2014 –, a Índia continuou prestando significativa assistência aos esforços de reconstrução no Afeganistão, bem como treinamento para seguranças afegãos. Também prestou assistência aos esforços de reconstrução no Sri Lanka.

Tanto o governo do ex-primeiro-ministro Manmohan Singh quanto o governo de Modi foram reticentes em muitas questões de direitos humanos regionais e globais, nos quais suas vozes poderiam ter feito a diferença. O governo Modi tem focado em política externa para revitalizar o comércio e investimento, apelando para a cooperação internacional a fim de combater as ameaças de terrorismo e lavagem de dinheiro. No entanto, não fez nenhum anúncio significativo, sugerindo maior compromisso com a proteção dos direitos humanos, mesmo em países como Bangladesh, Nepal, Sri Lanka ou Birmânia, onde exerce uma influência considerável. O governo se absteve em resoluções importantes da ONU, inclusive na Coreia do Norte, em novembro de 2014.

Depois de apoiar duas resoluções no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o Sri Lanka em 2012 e 2013, em março de 2014 a Índia se absteve em uma resolução que solicitava que o Escritório do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos investigasse violações graves durante o conflito entre o governo do Sri Lanka e os Tigres de Libertação do Tamil Eelam, encerrado em maio de 2009. A Índia afirmou que o Sri Lanka deveria ser apoiado na abordagem dessas preocupações por meio de esforços totalmente nacionais.

Os direitos humanos não mereceram manifestações públicas muito contundentes quando os líderes indianos se reuniram com líderes dos Estados Unidos, Austrália, China e Japão, embora tenham concordado em cooperar em questões regionais.

Mesmo sem ratificar as convenções sobre refugiados da ONU, a Índia continuou aceitando refugiados do Tibete, de Burma e, nos últimos anos, do Afeganistão.

Entretanto, a Índia falhou em condenar publicamente os esforços da Austrália de repatriar refugiados do Sri Lanka sem avaliar adequadamente o risco de tortura. A Índia também não se manifesta no sentido de solicitar a proteção dos muçulmanos rohingya em Burma.

## **Principais Atores Internacionais**

Estados Unidos, Reino Unido, Japão, China e Austrália, entre outros, viram a eleição de Modi como uma oportunidade de fortalecer os laços comerciais com a Índia. Com foco em investimento e comércio, e dada a tradicional sensibilidade indiana à perceptível interferência em seus assuntos internos, esses países mantiveram uma abordagem discreta aos direitos humanos, preferindo ignorar preocupações sobre a proteção das minorias religiosas.

O desempenho da Índia em relação aos direitos das crianças e os direitos das mulheres foram revistos em 2014 pelo Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança e pelo Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Os dois comitês levantaram preocupações sobre o fracasso da Índia em implementar leis e políticas relevantes, bem como assegurar a não discriminação.

# Israel/Palestina

Israel e o Hamas cometeram graves violações das leis de guerra durante os conflitos na faixa de Gaza em julho e agosto de 2014. Pelo menos 2.100 palestinos foram mortos durante os confrontos. De acordo com as Nações Unidas, mais de 1.500 dos mortos e a maioria dos 11.000 feridos eram civis. As dezenas de milhares de ataques israelenses causaram grande destruição durante os conflitos, deixando inabitáveis 22.000 casas, deslocando 108.000 pessoas e deixando outras centenas de milhares sem água potável ou eletricidade.

O Hamas e grupos armados palestinos em Gaza realizaram cerca de 1.700 ataques com morteiros e 4.800 ataques indiscriminados com foguetes contra centros populacionais israelenses durante os conflitos. Os ataques mataram cinco civis em Israel, feriram trinta e seis e fizeram com que milhares de civis em comunidades perto de Gaza deixassem suas casas temporariamente. A Cúpula de Ferro de Israel (tradução livre), sistema de defesa aérea anti-mísseis, certamente reduziu o número possível de mortes de civis. Sessenta e seis soldados israelenses morreram durante os conflitos.

Israel e Egito continuam seu bloqueio que já dura sete anos a Gaza, o que tem causado um impacto devastador na economia, infraestrutura e livre circulação de pessoas e mercadorias em Gaza, especialmente das exportações. Em setembro, Israel concordou em permitir uma maior importação de bens a Gaza, necessários para a sua reconstrução, mas severas restrições à exportação e viagens ainda continuam.

Em agosto, grupos armados em Gaza executaram sumariamente pelo menos 25 palestinos acusados de colaborar com Israel. As autoridades do Hamas em Gaza realizaram prisões arbitrárias e torturaram detentos. As autoridades permitiram que algumas organizações de direitos humanos locais continuassem em atividade, mas suprimiram a dissidência política, a liberdade de associação e a liberdade de reunião pacífica.

Até 31 de outubro de 2014, as forças israelenses haviam tirado a vida de 43 palestinos na Cisjordânia, incluída Jerusalém Oriental. Dentre os mortos estavam manifestantes e outros que não apresentavam qualquer ameaça iminente à vida de pessoas. Após três adolescentes israelenses serem raptados e mortos por suspeitos palestinos em junho, as autoridades israelenses conduziram centenas de prisões aparentemente arbitrárias e destruíram, em represália, três casas de famílias.

As autoridades israelenses demoliram centenas de casas como parte de políticas e práticas discriminatórias, causando o deslocamento forçado de centenas

de residentes palestinos e cidadãos israelenses beduínos na Cisjordânia, incluída Jerusalém Oriental. As autoridades israelenses não tomaram as medidas adequadas contra ocupantes israelenses que atacaram palestinos e danificaram suas propriedades, em 307 incidentes registrados até 1 de dezembro de 2014, de acordo com a ONU. Israel continuou a expandir os assentamentos ilegais nos territórios ocupados da Cisjordânia e se apropriou de forma ilegal de 400 hectares de terra. Também impôs severas restrições ao direito à liberdade de circulação dos palestinos, detendo de forma arbitrária centenas deles, incluindo crianças e manifestantes pacíficos.

Na Cisjordânia, os serviços de segurança da Autoridade Palestina (AP) espancaram manifestantes pacíficos, detiveram e perseguiram jornalistas, prendendo centenas deles de forma arbitrária. Ainda persistem as alegações críveis de tortura de palestinos perpetrada pelas forças de segurança da Autoridade Palestina.

## Faixa de Gaza

### *Israel*

As forças de defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) lançaram uma ofensiva aérea em Gaza no dia 8 de julho, seguida por uma ofensiva terrestre em 17 de julho. Em 26 de agosto, um acordo de cessar-fogo foi alcançado. A ONU identificou 538 crianças entre os 1.563 civis palestinos contabilizados como mortos.

Dentre outros ataques ilegais, um ataque israelense em 9 de julho matou nove civis, incluindo dois meninos que se reuniam para assistir a um jogo da Copa do Mundo em um café na praia. Um ataque em 16 de julho matou quatro meninos enquanto eles brincavam na praia da cidade de Gaza. Em 24 e 30 de julho, ataques atingiram escolas da ONU usadas como abrigos para as pessoas deslocadas, matando 32 pessoas, incluindo 9 crianças. Em 3 de agosto, um agressor em uma moto, aparentemente visando três combatentes palestinos, decidiu atacá-los enquanto estavam do lado de fora de uma escola que abrigava deslocados, deixando mortos nove civis, incluindo oito crianças.

Ataques aéreos israelenses mataram dois trabalhadores municipais que estavam limpando o território de um campo de refugiados de Bureij dos danos causados pela guerra, em 11 de julho. No final de julho, as forças de solo israelenses em Khuza'a, usando civis como escudos humanos, dispararam contra ambulâncias e as impediram de alcançar os feridos, atirando e matando aqueles que fugiam.

As operações militares israelenses danificaram ou destruíram de forma drástica 28 escolas, dezenas de poços, duas grandes plantas de esgoto, eletricidade e outras infraestruturas civis, segundo a ONU. Quase todos os residentes de Gaza ficaram sem acesso à água corrente e eletricidade por dias ou semanas.

Ainda não houve nenhuma responsabilização real pelas violações das leis de guerra por ambos os lados. O exército israelense iniciou cerca de 100 análises em

relação a ataques por suas forças nos conflitos de 2014 e encaminhou 13 casos para investigações criminais, mas a quase total ausência de processos criminais decorrentes de autoinvestigações de crimes de guerra cometidos em Gaza durante o conflito de 2008-2009 e 2012 deixa pouca esperança por um resultado diferente. O Hamas não tomou nenhuma medida para processar combatentes palestinos por ataques ilegais indiscriminados de foguetes e morteiros contra centros populacionais israelenses em 2014 ou por ataques anteriores semelhantes.

Em julho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma Comissão de Inquérito para examinar as alegadas violações das leis de guerra por todas as partes durante os conflitos de julho-agosto. Em novembro, Israel declarou que não iria cooperar com a Comissão, alegando que ela era tendenciosa.

### *Bloqueio*

O contínuo bloqueio de Israel à faixa de Gaza resultou em uma punição coletiva à população civil. O Egito também bloqueou todo o movimento normal de mercadorias na passagem de Rafah, restringindo drasticamente a circulação de pessoas na fronteira. Mais de 80 por cento dos 1,8 milhões pessoas de Gaza recebem ajuda humanitária e o desemprego já atingia 45 por cento da população. antes mesmo das hostilidades de julho a agosto, que resultaram em 128 oficinas e empresas destruídas e outras 291 danificadas.

Mesmo antes dos conflitos de 2014, as importações israelenses para Gaza somavam somente 15 por cento dos níveis de 2006 (antes do bloqueio). Mesmo antes do combate, o bloqueio já havia causado um déficit de 71.000 casas e 200 escolas em Gaza, segundo a ONU.

Grupos armados palestinos usaram materiais de construção, quase certamente importados do Egito, para construir túneis usados para atacar Israel. Para evitar o uso militar de barras de aço e concreto, Israel e a Autoridade Palestina concordaram em adotar um mecanismo de monitoramento para as importações desses materiais. Até dezembro, a importação de materiais caiu drasticamente abaixo dos níveis necessários para reconstruir as casas civis e a infraestrutura destruída durante os conflitos de julho a agosto de 2014. Israel manteve as restrições à exportação comercial por parte de Gaza sem ter uma motivação semelhante do ponto de vista da segurança, com graves consequências econômicas.

Depois de tomar o poder em julho de 2013, o governo do Egito apoiado pelos militares reforçou as restrições à circulação de palestinos entre Gaza e o Sinai, reduzindo em dois terços o número de moradores de Gaza que passam pela fronteira, para uma média de 6.444 por mês no primeiro semestre de 2014. O Egito não permitiu importações ou exportações regulares de bens através de Rafah. Depois de um ataque em outubro, no qual um grupo armado matou 30 integrantes das forças de segurança ao norte da cidade de al-Arish no Sinai, o Egito restringiu ainda mais a circulação nas fronteiras.



### *Zonas “Proibidas”*

Antes do conflito de julho-agosto, as forças israelenses continuavam a atirar em civis palestinos na zona declarada “proibida” por Israel dentro das fronteiras norte e leste de Gaza, e em mais de seis milhas marítimas da costa de Gaza. De acordo com a ONU, as forças israelenses mataram quatro civis palestinos e deixaram 87 feridos em distâncias de até 500 metros para dentro de Gaza no primeiro semestre de 2014.

Após o cessar-fogo de 26 de agosto, Israel aliviou as suas restrições sobre pescadores palestinos, permitindo que pesquem em distâncias de até seis milhas marítimas da costa, em vez de três. As restrições ainda proíbem o acesso a 70 por cento da área marítima de Gaza, reconhecida pelo direito internacional. No primeiro semestre de 2014, as forças navais israelenses atiraram ou usaram de força contra pescadores por 181 vezes, ferindo oito, segundo a ONU.

### *Hamas e Grupos Armados Palestinos*

Grupos armados palestinos lançaram mais de 5.000 foguetes e morteiros contra Israel, matando 5 civis, incluindo 370 foguetes antes da escalada dos conflitos em 8 de julho, repetidamente obrigando civis em cidades de toda a Israel a buscarem proteção em abrigos. Como os foguetes lançados por grupos armados em Gaza não podem ser apontados com precisão a alvos militares, acabam resultando em ataques indiscriminados ou deliberados a civis quando direcionados a centros populacionais em Israel, em violação às leis de guerra.

Durante os conflitos de julho-agosto, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA, na sigla em inglês) descobriu que grupos armados palestinos armazenaram foguetes em três escolas desocupadas gerenciadas pela UNRWA. Combatentes palestinos colocaram civis em risco ao lançarem foguetes a partir de áreas povoadas.

Entre os dias 21 e 23 de agosto, grupos armados palestinos, provavelmente agindo com a aprovação do Hamas, executaram em público de forma sumária 25 homens acusados de colaborar com Israel. Pelo menos 16 deles, foram retirados pelos grupos armados de prisões controladas pelo Hamas.

O Hamas não tomou nenhuma medida aparente para prender ou processar criminalmente os responsáveis.

A Agência de Segurança Interna e a polícia do Hamas em Gaza torturaram ou maltrataram 338 pessoas até 31 de outubro, de acordo com denúncias recebidas pela Comissão Independente de Direitos Humanos (CIDH), uma entidade palestina de direitos.

As forças de segurança do Hamas detiveram de forma arbitrária ativistas da sociedade civil, professores e membros da facção política rival Fatah.

## Cisjordânia

### *Israel*

As forças de segurança israelenses atiraram fatalmente em pelo menos 43 civis palestinos, incluindo 11 crianças na Cisjordânia até 31 de outubro, muitas em circunstâncias sugerindo que as mortes foram ilegais. Em maio, as forças israelenses mataram Nadim Nuwarah, 17 e Muhammad Abu Thahr, 16, durante um protesto palestino perto de Ofer, uma base militar e prisão israelense na Cisjordânia. Vídeos mostraram que na época em que foram mortos nenhum dos rapazes estava jogando pedras ou apresentavam qualquer ameaça iminente à vida das pessoas. Em novembro, a polícia israelense prendeu um oficial de polícia de fronteira suspeito de ter matado Nuwarah ilegalmente.

A maioria das mortes ocorreu após 11 de junho, quando o exército israelense realizou operações em resposta ao sequestro e morte de três adolescentes israelenses por suspeitos palestinos na Cisjordânia. As forças israelenses realizaram mais de 1.200 incursões policiais em casas, escritórios e empresas, muitas vezes destruindo propriedades pessoais. Nessas incursões, mais de 500 pessoas foram presas, muitas delas supostamente partidárias do Hamas. As alegações são de que os homens eram membros do Hamas, embora não houvesse nenhuma evidência pública de que o Hamas tivesse ordenado as mortes. O grupo celebrou o sequestro, mas negou a responsabilidade pela morte dos adolescentes.

As forças israelenses fizeram uso excessivo da força para responder a protestos de residentes palestinos de Jerusalém Oriental após um grupo de israelenses ter raptado e queimado vivo um adolescente palestino em represália pela morte dos três adolescentes israelenses. O primo do palestino morto, um cidadão americano, foi preso e espancado até ficar inconsciente pelas forças secretas israelenses que, mais tarde, invadiram a casa de seu tio, prendendo-o juntamente com outros parentes, sem justificativa aparente. Em agosto, como forma de retaliação, as forças israelenses demoliram as casas da área de Hebron pertencentes a três homens suspeitos de matarem os adolescentes israelenses. Em novembro, Israel demoliu, também em represália, a casa da família de um homem de Jerusalém Oriental que, em outubro, dirigiu seu carro contra uma estação de trem lotada, matando um bebê e uma mulher de 22 anos de idade.

Em agosto, as forças israelenses mataram três homens, incluindo Hashem Abu Maria, que trabalhava com o Grupo Internacional de Defesa para Crianças – Palestina (Defense for Children International–Palestine), após um protesto em Beit Ummar. Nenhum dos homens representava uma ameaça iminente à vida no momento que foram mortos.

As autoridades israelenses não tomaram nenhuma medida adequada contra os ocupantes israelenses que feriram palestinos e destruíram ou danificaram mesquitas, casas, escolas, carros e outras propriedades palestinas. Até 31 de outubro, a ONU registrou 296 tais ataques, incluindo 117 nos quais palestinos ficaram feridos.

### *Construções de Assentamentos e Demolições Discriminatórias de Casas*

Em setembro, Israel declarou 400 hectares da Cisjordânia como “terra do Estado”, um movimento celebrado pelos líderes de ocupantes como uma abertura do caminho para a construção de um grande novo assentamento na área. O trabalho de construção começou em 507 unidades habitacionais de assentamento durante o primeiro semestre de 2014, uma diminuição em relação às 1.807 unidades iniciadas durante o mesmo período em 2013, de acordo com a Agência Central de Estatísticas de Israel.

Até 1 de dezembro, as autoridades israelenses haviam demolido 552 casas palestinas e outros edifícios na Cisjordânia (inclusive Jerusalém Oriental), desalojando 1.170 pessoas. A obtenção de licenças para construção em Jerusalém Oriental ou nos 61 por cento da Cisjordânia sob controle exclusivo de Israel (Área C) é algo difícil ou mesmo impossível para palestinos, enquanto um processo de planejamento separado concede imediatamente novas permissões de construção aos ocupantes nessas áreas.

### *Livre Circulação*

Israel manteve as onerosas restrições à circulação de palestinos na Cisjordânia, o que inclui postos de controle e a barreira de separação. As restrições à circulação relacionadas ao assentamento forçaram palestinos a tomarem demorados desvios e restringiram seu acesso a terras agrícolas.

Em uma semana em maio, as forças israelenses despejaram por duas vezes todos os 62 moradores de uma comunidade de Beduínos, Humsaal-Buqai’a, para permitir a realização de exercícios de “treinamento militar” durante várias horas, segundo informou a ONU. As forças israelenses deslocaram residentes 14 vezes desde 2012.

Israel continuou a construção da barreira de separação ao redor de Jerusalém Oriental. Cerca de 85 por cento da rota da barreira se encontra dentro da Cisjordânia, em vez de ao longo da linha verde que marca a fronteira pré-1967. A barreira separa os agricultores palestinos de 150 comunidades do lado oriental da barreira de suas terras no lado ocidental, informou a ONU.

### *Detenção Arbitrária e Detenção de Crianças*

As forças de segurança israelenses continuaram a prender crianças suspeitas de delitos criminais, geralmente o de atirar pedras, em suas casas à noite, sob a mira de armas; questionando-as sem a presença de um membro da família ou advogado; e coagindo-as a assinarem confissões em Hebraico, um idioma que elas não entendem. Até 31 de outubro, um total de 163 crianças palestinas estavam detidas em estabelecimentos israelenses.

Até 31 de outubro, Israel mantinha 457 detentos administrativos palestinos sem acusação formal nem julgamento, baseando-se em evidências secretas. As autoridades israelenses algemaram palestinos hospitalizados a seus leitos de hospital depois que estes fizeram longas greves de fome para protestar contra suas detenções administrativas.

### *Autoridade Palestina (AP)*

As denúncias de tortura e maus-tratos por serviços de segurança da Autoridade Palestina na Cisjordânia persistem. Até 31 de outubro, a CIDH havia registrado 108 denúncias.

Em abril, as forças de segurança da Autoridade Palestina dispersaram de forma violenta e detiveram de forma arbitrária manifestantes pacíficos em Ramallah. A Autoridade Palestina continua a proibir a distribuição de dois jornais semanais pró-Hamas na Cisjordânia.

Os tribunais palestinos não concluíram pela responsabilização de nenhum membro das forças de segurança da Cisjordânia pelos casos de tortura, detenção arbitrária ou casos anteriores de mortes ilegais sob sua custódia.

Até 31 de outubro, segundo informou a ONU, ataques por civis palestinos feriram 61 ocupantes israelenses na Cisjordânia. Além dos três adolescentes israelenses mortos em junho, nove civis israelenses foram mortos por palestinos entre agosto e dezembro, incluindo quatro homens e um policial executados durante um ataque a uma sinagoga de Jerusalém, do qual a Brigada de Abu Ali Mustafa, um grupo armado palestino, reivindicou a autoria.

As autoridades governamentais palestinas na Cisjordânia, bem como em Gaza, delegaram a competência sobre matérias de caráter pessoal, como casamento e divórcio, a tribunais religiosos. Na prática, as mulheres que procuram casamento e divórcio sofrem discriminação. Os tribunais exigem que as mulheres muçulmanas obtenham o consentimento de um parente masculino para se casarem e obtenham o consentimento do marido para o divórcio, exceto em casos limitados.

## **Israel**

Os cidadãos beduínos de Israel que vivem em aldeias “não reconhecidas” sofreram demolições discriminatórias de suas casas sob alegações de que elas teriam sido construídas ilegalmente. As autoridades israelenses se recusaram a elaborar planos para as comunidades ou aprovar licenças para construção, e rejeitaram planos apresentados pelas próprias comunidades. Porém, legalizaram, retroativamente, fazendas particulares de propriedade de judeus e planejaram novas comunidades judaicas nas mesmas áreas. A Suprema Corte rejeitou uma petição que demandava o fornecimento de maior segurança em aldeias “não reconhecidas”, tais como abrigos anti-bombas ou a cobertura pela “Cúpula de Ferro”, sistema de defesa aérea anti-mísseis de Israel, depois que foguetes de Gaza mataram um homem e feriram gravemente três crianças em aldeias de beduínos em julho.

Até 1 de junho, de acordo com o grupo israelense de direitos beduínos Dukium, as autoridades israelenses realizaram 52 demolições de casas e propriedades de beduínos, incluindo recolhendo plantações e demolindo barracas de protesto na aldeia de al-Arakib, onde estruturas residenciais já foram destruídas 64 vezes, juntamente com o cemitério da aldeia.

Muitos dos estimados 200.000 trabalhadores migrantes em Israel continuam sendo excluídos na prática de direitos garantidos a outros trabalhadores – como o pagamento de horas extras – de acordo com a Lei de Horas de Trabalho e de Descanso de Israel. De acordo com estatísticas do governo, entre 2008 e 2013, 122 trabalhadores migrantes tailandeses no setor agrícola morreram em Israel, incluindo 43 casos de “síndrome de morte súbita noturna”, que afeta homens asiáticos jovens e saudáveis e 22 por razões desconhecidas, uma vez que a polícia não solicitou uma autópsia.

As políticas do governo restringem trabalhadores migrantes de formarem famílias ao expulsar imigrantes que se casam com outros imigrantes enquanto em Israel, ou que lá têm filhos.

Cerca de 60.000 africanos imigrantes ou em busca de asilo entraram em Israel irregularmente pelo Egito desde 2005, antes de Israel concluir a construção de uma cerca ao longo de sua fronteira com o Egito, impedindo qualquer nova entrada em 2014. Israel continuou a negar aos solicitantes de asilo que entraram no país irregularmente o direito a um processo de obtenção de asilo justo, e deteve aproximadamente 2.500 pessoas, principalmente aquelas oriundas da Eritreia e do Sudão. De 2013 até agosto de 2014, cerca de 8.000 eritreus e sudaneses que estavam detidos indefinidamente ou ameaçados de detenção indefinida “optaram” deixar Israel.

Israel continuou a delegar a competência sobre assuntos como casamento, divórcio, e alguns outros aspectos de caráter pessoal a tribunais religiosos judeus, muçulmanos, cristãos e drusos. Na prática, mulheres que tentam obter divórcios sofrem discriminação, como a recusa de divórcio sem o consentimento do marido por tribunais religiosos judeus financiados pelo Estado, em até 3.400 casos por ano, de acordo com grupos de direitos das mulheres. O governo não publicou dados sobre cônjuges que tiveram divórcio negado por tribunais religiosos, mas as mulheres eram aparentemente a grande maioria.

## Principais Atores Internacionais

A Palestina ratificou os principais tratados internacionais de direitos humanos, as Convenções de Genebra e outros tratados em abril, após o colapso das negociações de paz promovidas pelos EUA com Israel no mesmo mês. O presidente palestino Mahmoud Abbas não tomou nenhuma medida séria para atrair a jurisdição do Tribunal Penal Internacional em relação aos crimes graves cometidos na Cisjordânia e em Gaza. Israel, os EUA e Estados europeus pressionam Abbas a não tomar tais providências. A Suécia reconheceu a Palestina como um Estado em suas relações bilaterais.

Em outubro, doadores internacionais alocaram aproximadamente a metade dos prometidos US\$ 5,4 bilhões para a ajuda humanitária a Gaza. Economistas calculam que o dano do conflito esteja em mais de US\$ 5 bilhões.

Em 2014, os Estados Unidos alocaram um total de US\$ 4,1 bilhões em ajuda militar a Israel, incluindo US\$ 1 bilhão em financiamento para sistemas de defesa anti-mísseis e anti-foguete e US\$ 440 milhões em assistência às forças de segurança palestinas e apoio econômico à Autoridade Palestina.

A União Europeia alocou €130 milhões (US\$ 160 milhões) em apoio financeiro direto à Autoridade Palestina e € 450 milhões (US\$ 555 milhões) em apoio ao setor de desenvolvimento e segurança no território palestino em 2014.

Em 2013, a UE assinou um memorando de entendimento com Israel garantindo que nenhum financiamento de pesquisa e desenvolvimento da UE apoiaria empresas ou atividades voltadas a assentamento israelenses. Em 2014, a UE indicou que proibiria algumas importações agrícolas de Israel a menos que o país as diferenciasses dos produtos provenientes dos assentamentos. Vários fundos de pensão regidos por governos europeus foram alienados de empresas israelenses consideradas como tendo contribuído ou se beneficiado de práticas ilícitas de israelenses em território palestino ocupado.



HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

## CUIDAR CUANDO NO ES POSIBLE CURAR

Asegurando el derecho a los cuidados paliativos en México

*“[Debido al dolor] no tenía ganas de hacer nada. No tenía hambre y no quería caminar... nada. Me enojaba cuando la gente me hablaba... [Gracias a los cuidados paliativos] he vuelto a la vida.”*

— REMEDIOS RAMÍREZ FACIO, UNA PACIENTE DE CÁNCER PANCREÁTICO DE 73 AÑOS  
EN EL INSTITUTO NACIONAL DE CANCEROLOGÍA DE LA CIUDAD DE MÉXICO.

# México

Após assumir o cargo em dezembro de 2012, o Presidente Enrique Peña Nieto reconheceu que a “guerra contra as drogas”, iniciada por seu predecessor Felipe Calderón, havia resultado em graves abusos por parte das forças de segurança. Em 2014, a administração adotou um Programa Nacional de Direitos Humanos, delineando suas políticas para os próximos quatro anos. A administração também reconheceu que o paradeiro de mais de 22.000 pessoas, dadas como desaparecidas desde 2006, continua desconhecido.

O desaparecimento forçado de 43 alunos em setembro, em Iguala, Guerrero, levou a protestos generalizados, demandando que o governo investigue o paradeiro dos alunos desaparecidos e resolva o problema maior de corrupção e abusos que o caso evidenciou.

No entanto, o governo avançou pouco na investigação dos homicídios generalizados, desaparecimentos forçados e torturas cometidos por soldados e policiais em meio a esforços para combater o crime organizado, inclusive durante o mandato de Peña Nieto.

Outros problemas incluem restrições à liberdade de imprensa, abusos contra imigrantes e os obstáculos ao acesso aos direitos reprodutivos e à assistência médica.

## Desaparecimentos Forçados

As forças de segurança do México tiveram envolvimento em desaparecimentos forçados generalizados desde que o antigo presidente Calderón (2006-2012) lançou a “guerra contra as drogas”. Membros de todas as forças de segurança continuam a promover desaparecimentos durante a administração de Peña Nieto e, em alguns casos, colaborando diretamente com grupos criminosos.

Em setembro, cerca de 30 agentes da polícia municipal de Iguala, no estado de Guerrero, inadvertidamente, abriram fogo contra três ônibus que transportavam cerca de 90 alunos de uma escola rural de treinamento de professores. Tanto nesse como em outros dois incidentes posteriores, nos quais pessoas não identificadas abriram fogo contra alunos e outros cidadãos, mais de 15 pessoas ficaram feridas e 6 foram mortas. A polícia determinou que os alunos no terceiro ônibus saíssem do veículo, os espancou e os forçou a se deitarem na beira da estrada sob a mira de armas antes de levá-los em pelo menos três viaturas policiais.

Até o momento da elaboração deste relatório, o paradeiro de 42 alunos continuava desconhecido. A Procuradoria Geral afirmou que, com base na confissão de três supostos criminosos, os alunos foram entregues a membros de um grupo criminoso,



que os matou, cremou os corpos e os jogou em um lixão municipal. O DNA de um quadragésimo terceiro aluno foi identificado entre os restos mortais encontrados na área, segundo relatório da Procuradoria Geral. Mais de 80 pessoas foram detidas e indiciadas pelo suposto envolvimento nestes incidentes.

Em agosto de 2014, o governo reconheceu que o paradeiro de mais de 22.000 pessoas desaparecidas desde 2006 continuava desconhecido, mas não divulgou evidências ou informações sobre quantos desses casos seriam supostamente casos de desaparecimentos forçados. A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do México publicou 12 relatórios documentando o desaparecimento forçado de 30 vítimas durante este período. A Comissão encontrou evidências do provável envolvimento de agentes estatais em cerca de 600 outros casos de desaparecimentos.

De acordo com informações oficiais, até abril ninguém havia sido condenado por um desaparecimento forçado cometido após 2006. Frequentemente, promotores e policiais não realizam etapas básicas de investigação para identificar os responsáveis pelos desaparecimentos. Muitas vezes, eles culpam as vítimas e dizem às famílias que elas devem realizar as investigações. As famílias dos desaparecidos podem perder o acesso a serviços sociais básicos que estão ligados ao emprego da vítima, como assistência infantil.

O governo tem buscado implementar iniciativas potencialmente promissoras para a procura de pessoas desaparecidas, mas essas iniciativas não têm produzido resultados satisfatórios. Uma unidade no Ministério Público Federal foi criada em 2013 para investigar os desaparecimentos e localizar pessoas que haviam desaparecido. Até agosto de 2014, a unidade já havia encontrado 87 pessoas. A implantação de um abrangente banco de dados doado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha para cruzar informações sobre pessoas desaparecidas e corpos não-identificados continua pendente até o momento da elaboração deste relatório.

## **Abusos Militares e Impunidade**

O México depende muito dos militares para combater a violência e o crime organizado relacionados às drogas, o que tem resultado em violações generalizadas dos direitos humanos. Desde 2006, a CNDH recebeu aproximadamente 9.000 denúncias de abusos cometidos pelo exército e publicou relatórios sobre mais de 100 casos nos quais foi constatado que militares haviam cometido graves violações dos direitos humanos.

Em abril, o Congresso reformou o Código de Justiça Militar, afirmando que abusos cometidos por membros das forças armadas contra civis deveriam ser julgados pelo sistema de justiça criminal comum. Antes, estes casos eram tratados pelo sistema de justiça militar, o qual muitas vezes isentou os membros das forças armadas da responsabilidade pelos abusos. Com a reforma, os abusos contra soldados continuam sendo julgados pelo sistema de justiça militar, que carece de independência e transparência.

Em junho, militares dispararam contra um grupo de 22 civis dentro de um armazém vazio em Tlatlaya, no estado do México, matando todos eles. Um soldado foi ferido durante o incidente.

Os relatos de testemunhas e um relatório elaborado pela CNDH declaram que pelo menos 12 civis foram vítimas de execução extrajudicial. Promotores detiveram duas das três testemunhas sobreviventes, espancaram e asfixiaram-nas repetidamente com um saco, e as ameaçaram com abusos sexuais para forçá-las a confessar suas ligações com as pessoas mortas nos incidentes e dizer que os militares não eram responsáveis pelas mortes, segundo a CNDH. Eles também ameaçaram e maltrataram uma terceira testemunha, além de forçar as três a assinarem documentos que não puderam ler.

Em setembro, o sistema de justiça militar deteve 24 soldados e um tenente que supostamente participaram dos incidentes, acusando 8 deles de violações da disciplina militar. Posteriormente, a Procuradoria Geral acusou sete soldados e o tenente de “exercício indevido do serviço público”. Três dos soldados também foram acusados de “abuso de autoridade, homicídio qualificado de oito pessoas e alteração da cena do crime”. O tenente também foi acusado de acobertamento.

## **Tortura**

A tortura é uma prática generalizada no México, utilizada para obter confissões forçadas e extrair informações e realizada com maior frequência no período entre a detenção arbitrária das vítimas e o momento de serem conduzidas aos promotores. Durante este período, elas costumam ficar incomunicáveis em bases militares ou outros locais de detenção ilegal. As táticas mais comuns incluem espancamentos, afogamentos simulados, choques elétricos e tortura sexual. Muitos juízes continuam aceitando confissões obtidas por meio de tortura, apesar da proibição constitucional de tais provas.

## **Sistema de Justiça Criminal**

Rotineiramente, o sistema de justiça criminal não garante justiça às vítimas de crimes violentos e violações dos direitos humanos. Entre as causas desse problema estão a corrupção, treinamento e recursos inadequados e a cumplicidade de promotores e defensores públicos.

O México editou uma lei federal de vítimas em 2013 destinada a assegurar a justiça, proteção e reparação para vítimas de crimes. Até a elaboração deste relatório, o executivo ainda não tinha adotado os regulamentos necessários para oferecer efetivamente reparação às vítimas. Até março de 2014, apenas seis estados haviam editado alguma legislação em conformidade com a Lei de Vítimas.

Em 2008, o México aprovou uma reforma constitucional para transformar seu sistema de justiça inquisitorial escrito em um sistema litigioso oral até 2016. Entretanto, até novembro, apenas três estados mexicanos haviam implementado a reforma totalmente, enquanto 13 tinham parcialmente migrado para o novo sistema.

A reforma também introduziu a cláusula de arraigo, permitindo que promotores, com autorização judicial, mantenham presos suspeitos de envolvimento com o crime organizado por até 80 dias, antes de efetuar sua denúncia formal. Em fevereiro, a

Suprema Corte decidiu que a cláusula deve ser aplicada exclusivamente para casos de crime organizado. Uma proposta para reduzir para 35 dias o tempo máximo que tais indivíduos podem ser mantidos presos, sem acusação formal, estava pendente perante o Senado até o momento em que este relatório foi elaborado.

## **Grupos de Autodefesa**

Em muitas partes do país, o fracasso das instituições públicas em garantir a aplicação devida da lei tem contribuído para o surgimento de grupos de autodefesa formados por cidadãos armados.

Após surgirem preocupações sobre o exercício não regular de condutas de segurança por parte de alguns grupos, em abril, os grupos de autodefesa no estado de Michoacán firmaram um acordo com o governo estipulando que seus membros registrassem suas armas e se incorporassem às forças de segurança locais. Até a elaboração deste relatório, não havia nenhuma avaliação independente sobre a implementação do acordo nem sobre sua conformidade com os procedimentos de veto exigidos pela lei mexicana para as forças de segurança.

## **Condições Prisionais**

Além de superlotadas e aquém dos padrões de higiene, as prisões não oferecem segurança básica para a maioria dos presos. Os presos que acusam guardas ou outros presos de ataques ou outros abusos não têm um sistema eficaz para solicitar reparação legal. Na maioria das prisões, a população carcerária é controlada pelo crime organizado e a corrupção e a violência não param de crescer.

## **Liberdade de Imprensa**

Os jornalistas — principalmente aqueles que escrevem sobre crimes ou fazem críticas ao governo — sofrem perseguição e ataques. Segundo a Promotoria Especial para Crimes contra a Liberdade de Expressão, entre 2000 e maio de 2014, 102 jornalistas foram mortos - incluindo 2 em 2014 - e 24 desapareceram.

Em diversos casos, as autoridades não investigam crimes contra jornalistas de forma adequada, muitas vezes desconsiderando que o exercício dessa profissão pode ser o motivo desses crimes. Até maio, a Promotoria Especial estava conduzindo 555 investigações de crimes contra jornalistas ou meios de comunicação, apresentando acusações em 61 casos.

Os jornalistas frequentemente optam pela autocensura em função de ataques realizados por agentes do governo e grupos criminosos. A falta de regulamentação da publicidade estatal também pode limitar a liberdade de imprensa, pois permite que o governo tenha uma influência financeira desproporcional sobre os meios de comunicação.

## Direitos das Mulheres e Meninas

As leis mexicanas não protegem mulheres e meninas contra a violência doméstica e sexual de forma adequada. Algumas cláusulas contradizem as normas internacionais. Um exemplo são as cláusulas que relacionam a gravidade da punição para alguns crimes sexuais à “castidade” da vítima. As mulheres e meninas que sofrem esses tipos de violações dos direitos humanos geralmente não as relatam às autoridades e aquelas que o fazem costumam enfrentar desconfiança, apatia e desrespeito.

Em 2008, a Suprema Corte confirmou a constitucionalidade de uma lei da Cidade do México que legalizou o aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. Desde então, 17 estados legislaram para reconhecer o direito à vida desde o momento da concepção.

Em 2010, a Suprema Corte decidiu que todos os estados devem oferecer contracepção de emergência e acesso ao aborto para vítimas de estupro. Contudo, na prática, muitas mulheres e meninas enfrentam graves barreiras no acesso ao aborto após a violência sexual, incluindo informações incorretas e intimidação por parte de agentes estatais.

## Orientação Sexual e Identidade de Gênero

Em 2010, o Supremo Tribunal reconheceu o direito de adoção e matrimônio a casais do mesmo sexo na cidade do México. A decisão implicou que todos os 31 estados mexicanos deveriam reconhecer casamento entre pessoas do mesmo sexo que ocorreram na cidade do México, mas não exigiu que os estados realizassem casamentos entre pessoas do mesmo sexo em suas respectivas jurisdições. Em janeiro de 2014, a Suprema Corte também decidiu que casais do mesmo sexo podem reivindicar os mesmos benefícios de seguridade social e seguro de saúde que casais heterossexuais recebem de instituições governamentais. Em setembro, Coahuila tornou-se o primeiro estado a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

## Cuidados Paliativos

O governo mexicano tomou uma série de medidas importantes para implementar as medidas legais que garantem acesso a cuidados paliativos para doentes terminais. O governo editou um novo regulamento em novembro de 2013, anunciou uma revisão das regras de controle de drogas para facilitar o acesso à morfina e outros analgésicos opioides, adicionou uma cobertura parcial de cuidados paliativos ao regime de seguridade do governo para os pobres e anunciou um esforço para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de cuidados paliativos. Todos os anos, milhares de pacientes necessitam de cuidados ao fim da vida no México, mas, na prática, apenas uma pequena minoria tem acesso a eles.

## Migrantes

Centenas de milhares de migrantes irregulares passam pelo México todos os anos, incluindo crianças desacompanhadas e famílias. Muitos sofrem graves abusos no caminho nas mãos do crime organizado, autoridades de imigração e forças de

segurança. Um relatório de 2013 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) revelou que “roubos, extorsões, sequestros e agressões físicas e psicológicas, abusos sexuais, homicídios e desaparecimentos dos quais [migrantes] são vítimas... tiveram uma drástica piora” nos últimos anos.

De acordo com a CIDH, em abril, cerca de 300 migrantes da América Central e 3 defensores dos direitos humanos que os acompanhavam foram supostamente atacados e detidos à força pela polícia e oficiais de imigração de Tabasco.

As autoridades não adotaram medidas adequadas para proteger os migrantes nem para investigar e julgar aqueles que cometem abusos. O governo também tem falhado na implementação das medidas de proteção previstas por organismos de direitos humanos nacionais e internacionais em benefício daqueles que trabalham em abrigos para migrantes, que enfrentam ameaças e perseguições de grupos criminosos e agentes.

## **Direitos Trabalhistas**

O domínio de sindicatos pro-empregador continua obstruindo atividades legítimas de organização do trabalho. Com frequência, os sindicatos independentes são impedidos de entrar em negociação com a direção, enquanto os trabalhadores que tentam formar sindicatos independentes correm o risco de perder seus empregos. Uma lei trabalhista de 2012 não conseguiu resolver a falta de transparência e democracia nos poderosos sindicatos pro-empregador, falhando, ainda, na proteção dos direitos dos trabalhadores em relação à formação de sindicatos independentes e aos acordos coletivos.

## **Defensores dos Direitos Humanos**

Os ativistas e defensores dos direitos humanos continuam sofrendo perseguições e ataques, muitas vezes no contexto de oposição a “mega projetos” de infra-estrutura ou de extração de recursos. Em muitos casos, há evidências de que agentes estatais estão envolvidos nessas agressões.

Em 2012, o México editou uma lei para proteger defensores dos direitos humanos e jornalistas. Entretanto, o mecanismo de proteção criado pela lei não foi implementado de forma eficaz. As medidas de proteção demoram a chegar, são insuficientes ou, em alguns casos, incompletas.

## **Principais Atores Internacionais**

Os Estados Unidos destinaram mais de US\$2 bilhões em auxílio ao México por meio da Iniciativa Mérida (um pacote de ajuda acordado em 2007, sem limite anual). O objetivo é ajudar o México a combater o crime organizado. Quinze por cento de partes selecionadas do auxílio pode ser usado somente depois que o secretário de Estado dos EUA declarar que o governo mexicano está cumprindo os requisitos vinculados a direitos humanos. Entretanto, o impacto desses requisitos é prejudi-

cado pelo fato de que o Departamento de Estado dos EUA tem informado de forma reiterada ao Congresso dos EUA que eles estão sendo cumpridos, apesar das provas esmagadoras do contrário. Muitas vezes, menciona-se um progresso vago e incompleto em relação ao cumprimento dos requisitos, levando o Congresso a liberar as verbas.

Em abril e maio, o relator especial da ONU sobre tortura visitou o México e relatou que a tortura é “generalizada.” Em agosto, o relator especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias relatou que abusos generalizados cometidos impunemente pelas forças de segurança durante a “guerra contra as drogas” são grandes ameaças ao direito à vida. Em setembro, o Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos expressou “séria preocupação” sobre os ataques contra jornalistas e requereu que o governo a adote medidas para protegê-los.

No México, a maioria das pessoas com deficiência vive na pobreza, levando ao aumento das barreiras à educação, emprego e saúde. Em outubro de 2014, na revisão sobre a conformidade do México com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a entidade de monitoramento do tratado citou preocupações sobre as restrições à capacidade jurídica das pessoas com deficiência, sobre a violência enfrentada por mulheres e crianças com deficiência (incluindo esterilização involuntária), a institucionalização de crianças com deficiência e a coerção física e isolamento das pessoas com deficiência em hospitais psiquiátricos.

# Rússia

O Kremlin deu mais um passo para trás em 2014 com a intensificação da repressão em relação à sociedade civil, à mídia e à Internet, ao procurar controlar a narrativa sobre os acontecimentos na Ucrânia, incluindo a ocupação russa da Crimeia e o apoio aos insurgentes no leste da Ucrânia.

Tanto o comportamento das autoridades, quanto as leis aprovadas pelo parlamento, isolaram ainda mais o país e inflamaram o nível de histeria antiocidental não vista no país desde a era soviética.

## **Liberdade de Associação**

Em junho, o Parlamento alterou a lei de “Agentes Estrangeiros” de 2012, que busca demonificar os grupos de defesa de direitos e advocacy que aceitam financiamento estrangeiro, para autorizar o Ministério da Justiça a registrar esses grupos como agentes estrangeiros sem o seu consentimento. Em novembro, o ministério havia realizado o registro forçado de 17 grupos independentes como agentes estrangeiros.

A apreciação de uma denúncia do Ministério da Justiça contra a organização guarda-chuva, Memorial, estava marcada para 17 de dezembro na Suprema Corte. O ministério solicitou que a organização fosse impedida de exercer suas atividades devido a uma suposta violação da legislação russa sobre organizações não-governamentais (ONG).

Em setembro, um tribunal rejeitou uma decisão anterior contra Golos, um grupo de monitoramento de eleições, por não ter se registrado como um “agente estrangeiro” devido à falta de evidências de que o grupo recebe financiamento estrangeiro. No entanto, até o momento da elaboração deste relatório, Golos continuava no registro de “agentes estrangeiros”.

## **Liberdade de Expressão**

As autoridades russas bloquearam vários sites de mídia independente, adotaram novas leis e propuseram novas medidas que sufocariam ainda mais a liberdade de expressão.

Em janeiro de 2014, a TV Rain, uma das poucas estações de televisão independentes da Rússia, perdeu acesso a televisão a cabo e satélite após ter postado uma enquete com os telespectadores sobre se a URSS deveria ter cedido Leningrado durante a 2ª Guerra Mundial para salvar vidas.

Em março, a agência estatal que fiscaliza a mídia bloqueou três sites independentes e um blog do líder da oposição, de acordo com uma nova lei que autoriza o procurador-geral a solicitar que a agência bloqueie sites sem uma ordem judicial. Também em março, o editor e diretor-executivo do portal independente de atualidades Lenta.ru foram demitidos e substituídos por executivos de mídia pró-Kremlin.

Em abril, o fundador e CEO da VKontakte, a rede social mais popular em russo, anunciou que tinha deixado a Rússia por causa das persistentes exigências do Serviço de Segurança Federal em bloquear comunidades e usuários da oposição. Em setembro, uma empresa de Internet controlada por um oligarca próximo ao Kremlin assumiu total controle sobre a VKontakte por meio da aquisição de suas ações remanescentes.

Com o recrudescimento da crise na Ucrânia, os legisladores russos adotaram leis impondo restrições ainda mais severas para a mídia e grupos independentes. Em maio, o Presidente Vladimir Putin sancionou uma lei obrigando blogueiros com mais de 3.000 acessos diários a se registrarem como grande mídia. Em junho, Putin sancionou uma lei determinando medidas que implicam em privação de liberdade para manifestações extremistas na Internet, incluindo por meio de re-postagens nas mídias sociais. Em julho, uma nova lei proibiu a publicidade comercial em canais de televisão a cabo e satélite, privando centenas de canais de propriedade privada de uma renda essencial. Também em julho, o presidente assinou leis que criminalizam manifestações “separatistas” e proíbem o armazenamento de dados pessoais de usuários de Internet russos em servidores estrangeiros. Esta última medida entrará em vigor em 2016. Uma lei aprovada em outubro restringe sobremaneira a propriedade estrangeira de mídia russa.

Vários acadêmicos e figuras públicas que trabalham para instituições culturais financiadas pelo governo foram ora demitidos, ora “convidados a deixar” seus cargos como, por exemplo, o historiador Andrei Zubov, que perdeu o emprego depois de ter criticado publicamente a ocupação russa da Crimeia em um comentário de jornal.

## **Orientação sexual e identidade de gênero**

As autoridades russas multaram quatro pessoas durante o ano por violação à lei de 2013 proibindo a distribuição entre as crianças de “propaganda” sobre “relacionamentos sexuais não-tradicionais,” que significam na prática relacionamentos lésbicos, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT).

Gangues anti-LGBT continuaram atacando homossexuais em toda a Rússia. As autoridades têm conduzido algumas investigações isoladas, mas em grande parte deixam de promover a responsabilização criminal por atos de violência homofóbica e transfóbica.

Os ataques a ativistas LGBT também persistem. Em abril, um grupo nacionalista interrompeu uma transmissão em Moscou de um documentário sobre a discriminação LGBT. Em setembro, grupos nacionalistas interromperam a noite de abertura de um evento anual de LGBT em São Petersburgo, o QueerFest, jogando bombas de fumaça.



Outros eventos do QueerFest foram cancelados tendo em vista ameaças recebidas e a quebra de contratos de aluguel com os operadores do local.

Campanhas difamatórias têm como alvo pessoas LGBT trabalhando no sistema de educação pública. Em pelo menos seis casos, os empregadores não renovaram os respectivos contratos, pressionaram-os a se demitirem ou simplesmente os demitiram. Algumas pessoas LGBT decidiram deixar a Rússia devido à homofobia e o medo da violação dos seus direitos por causa de sua orientação sexual.

## **Liberdade de Reunião**

A intervenção da polícia em reuniões públicas pacíficas continuou em 2014. As autoridades detiveram centenas de manifestantes pacíficos durante os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 e após a ocupação da Crimeia, a maioria de forma arbitrária e em alguns casos, com força desnecessária. Entre 21 de fevereiro e 4 de março, a polícia deteve pelo menos 1.300 manifestantes pacíficos em Moscou. Em março e setembro, duas marchas pacíficas protestando contra a interferência da Rússia na Ucrânia ocorreram sem incidentes em Moscou.

O governo endureceu as penas para reuniões públicas não autorizadas. Uma nova lei aumentou para até 15 anos a prisão por “perturbação da ordem pública em massa”, infração pela qual respondem dezenas de pessoas que protestaram na Praça de Bolotnaya de Moscou na véspera da posse de Putin em 2012. A lei também introduziu um novo crime — “treinamento para perturbação da ordem pública em massa” — cuja a pena vai até 10 anos de prisão. Novas alterações aumentaram de forma significativa as multas para reuniões públicas não autorizadas e introduziram a punição de até três anos de prisão para reincidentes.

## **Perseguição de Defensores dos Direitos Humanos e Políticos da Oposição**

Em um discurso feito em março, Putin chamou grupos independentes e políticos da oposição de “traidores nacionais” e uma “quinta coluna” trabalhando para desestabilizar o país.

O maior julgamento político da Rússia, contra os manifestantes da Praça Bolotnaya, continuou. Em dezembro de 2013, quatro dos acusados foram soltos com base em uma anistia federal. Entre fevereiro e agosto de 2014, 13 foram condenados a penas de até quatro anos e meio de prisão por perturbação da ordem pública em massa, violência contra a polícia e a organização de protestos.

Em junho, um tribunal libertou Mikhail Kosenko, um manifestante de Bolotnaya condenado em 2013, para tratamento psiquiátrico forçado.

Em fevereiro, criminosos desconhecidos tentaram incendiar a casa de Igor Sazhin, um proeminente defensor dos direitos humanos na região de Komi. As autoridades não investigaram o caso. Também em fevereiro, a polícia em Voronezh prendeu Roman Khabarov, um ex-policial e defensor dos direitos humanos, por acusações forjadas

de associação a um grupo criminoso organizado que operava uma rede de pontos de apostas ilegais na região. Seu julgamento foi agendado para começar no final de 2014.

Em 2 de abril, um tribunal em Krasnodar condenou Mikhail Savva, um ativista cívico e acadêmico, por fraude, imputando-lhe uma pena de prisão suspensa e uma multa de 70.000 rublos (US\$ 1.945). Savva havia passado mais de sete meses na condição de preso provisório.

No dia 9 de junho, cinco homens foram condenados por participação no homicídio de uma das jornalistas investigativas mais ativas da Rússia, Anna Politkovskaya, em 2006. Dois deles receberam prisão perpétua; os outros receberam penas de prisão que variam de 12 a 20 anos. Outrossuspeitos de terem encomendado o crime continuaram impunes. Os responsáveis pelo homicídio da defensora chechena dos direitos humanos, Natalia Estemirova, em 2009, ainda não haviam sido levados à justiça até o momento da elaboração deste relatório.

## **Cáucaso do Norte**

Os confrontos entre a insurgência islâmica e as forças de segurança continuaram no Cáucaso do Norte, especialmente no Daguestão. De acordo com o Caucasian Knot, um portal independente de comunicação online, 239 pessoas, incluindo 31 civis, foram mortas na região do Cáucaso do Norte durante os primeiros nove meses de 2014, e 117 pessoas ficaram feridas, entre elas, 15 civis. Mais de dois terços desses eventos ocorreram no Daguestão.

As forças de segurança invadiram mesquitas Salafi em todo o Daguestão detendo, interrogando, fotografando e tirando as impressões digitais de centenas de pessoas. A polícia também sujeitou vários salafistas a testes forçados de DNA. Operações especiais abusivas nas aldeias de Gimry e Vremennyi duraram meses, envolvendo a destruição de propriedades e desaparecimentos forçados.

As detenções na forma de rapto, tortura e desaparecimentos continuaram no Cáucaso do Norte, assim como os ataques contra os opositores do governo. Em agosto, Timur Kuashev, um jornalista freelance e ativista dos direitos humanos, foi encontrado morto perto de Nalchik, em Kabardino-Balkaria. A investigação oficial não havia gerado resultados tangíveis até o momento da elaboração deste relatório. Vários advogados e ativistas do Dagestão informaram o Human Rights Watch que frequentemente recebem ameaças com o objetivo de silenciá-los. Em julho, um tribunal na Chechênia condenou Ruslan Kutaev, um proeminente ativista local, quatro anos de prisão sob acusações forjadas relacionadas a crimes de drogas. O Tribunal ignorou as alegações de tortura que ele fez durante seu julgamento. Em 31 de outubro, um tribunal de apelação diminuiu a pena de prisão de Kutaev em três meses. Dois dias antes de sua prisão, Kutaev criticou publicamente uma ordem emitida por Ramzan Kadyrov, o líder da Chechênia.

As autoridades chechenas exigem que as mulheres usem véus em lugares públicos. Em setembro, Kadyrov fez uma declaração na televisão avisando que como parte de

sua luta contra o “Islã não-tradicional”, as autoridades deteriam mulheres que usassem lenços estilo “Wahabi”, cobrindo a testa e o queixo.

## **Abusos Relacionados à Preparação para os Jogos Olímpicos de 2014**

As autoridades perseguiram e intimidaram organizações, indivíduos e jornalistas em Sochi antes dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014. Em fevereiro, um tribunal de apelação manteve uma sentença de prisão por motivação política para Evgenii Vitishko, um ativista ambiental e crítico dos preparativos olímpicos na Rússia.

Em janeiro, as autoridades anunciaram que uma inspeção em mais de 500 empresas envolvidas na construção olímpica expôs 277 milhões de rublos (US\$ 8,34 milhões) em salários não pagos aos trabalhadores. No entanto, ativistas locais relatam que centenas de trabalhadores migrantes ainda não receberam os salários completos.

As autoridades não reassentaram ou compensaram de forma justa algumas famílias despejadas para o desenvolvimento do projeto olímpico, cujas casas ou propriedades muitas vezes sofreram danos com isso.

## **Cuidados Paliativos**

O ano de 2014 viu vários avanços em relação a cuidados paliativos, incluindo a introdução de diretrizes clínicas no tratamento de dor para crianças. A falta de acesso aos cuidados de tratamento de dor e cuidados paliativos de qualidade continua sendo um problema sistêmico. O acesso à morfina continua sendo demasiadamente restrito para a grande maioria dos pacientes.

Um médico em Krasnoyarsk e outra mulher que ajudaram um homem em fase final de um câncer a obter acesso a medicação para dor, foram finalmente absolvidos durante um novo julgamento em outubro, depois de inicialmente terem sido condenados e multados sob a acusação de tráfico ilegal de substâncias controladas.

## **Direitos de Pessoas com Deficiência**

Adultos e crianças que vivem com várias deficiências enfrentam muitas barreiras para participar em suas comunidades. Estas incluem barreiras físicas, tais como a falta de rampas e elevadores e acomodações inadequadas nos sistemas de transporte; barreiras políticas, como a falta de educação inclusiva; e barreiras sociais, como a falta de vontade dos empregadores de contratarem pessoas com deficiência.

Medidas positivas foram tomadas pelo Minsitério do Trabalho e Proteção Social em 2014, tendo este apresentado alterações à legislação para expandir as acomodações obrigatórias para pessoas com deficiências físicas e sensoriais e proibir a discriminação baseada em deficiência. A Rússia hospedou com sucesso os Jogos Paraolímpicos de Inverno de Sochi de 2014. No entanto, em Sochi, moradores e turistas com deficiências

ainda enfrentam barreiras quanto ao uso de serviços públicos e instalações devido à falta de acessibilidade.

Centenas de milhares de adultos e crianças com deficiência atualmente vivem em instituições fechadas. Cerca de 45 por cento das crianças em orfanatos possuem deficiências. Muitas dessas crianças com deficiência enfrentam negligência e violência física e psicológica, além de terem negados o direito de brincar, estudar e ter acesso a cuidados de saúde adequados. A Rússia comprometeu-se em abordar as elevadas taxas de crianças em instituições do estado, mas as políticas atuais não são implementadas concretamente ou falta-lhes monitoramento.

## **Rússia e Ucrânia**

Moscou deixou claro seu apoio político aos insurgentes armados no leste da Ucrânia e exerce clara influência sobre eles. Há também evidências de que forneçam suporte material aos insurgentes em termos de armas e treinamento. Evidências crescentes, incluindo imagens de manobras militares e a captura de soldados russos na Ucrânia, mostraram que as forças russas estão participando das hostilidades. Mesmo assim, a Rússia não tomou nenhuma medida pública para frear os abusos dos insurgentes (consulte o capítulo sobre a Ucrânia).

## **Principais Atores Internacionais**

A interferência da Rússia na Ucrânia contribuiu bastante para a drástica deterioração das relações entre a Rússia e seus parceiros internacionais, incluindo a União Europeia e os Estados Unidos, tendo ambos determinado sanções contra as ações da Rússia na Ucrânia. Embora o conflito na Ucrânia tenha acobertado preocupações sobre a escalada da repressão na Rússia, vários atores aumentaram sua crítica pública sobre o desempenho doméstico da Rússia, condenando a nova legislação restritiva e o clima hostil contra os defensores de direitos humanos e ativistas da sociedade civil.

Em fevereiro de 2014, o Comitê Olímpico Internacional (COI) pressionou as autoridades russas para que investigassem os salários em atraso devidos aos trabalhadores migrantes envolvidos nos preparativos para os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi de 2014, mas deixou de condenar a lei anti-LGBT de 2013, apesar da proibição de discriminação constante da Carta Olímpica.

Em maio, o comissário de direitos humanos do Conselho da Europa observou que a pressão sobre os jornalistas independentes na Rússia havia aumentado.

Em 3 de junho, a Assembleia Parlamentar da Relatoria do Conselho da Europa sobre os defensores dos direitos humanos expressou pesar sobre a contínua repressão aos defensores e da sociedade civil e o fato de que a Rússia não cumpriu suas promessas de rever a lei de “agentes estrangeiros”.

O promotor do Tribunal Penal Internacional continuou a monitorar as investigações russas e da Geórgia sobre os crimes cometidos durante o conflito Geórgia-Rússia sobre a Ossétia do Sul em 2008.



# "قد نعيش وقد نموت"

تجنيد الأطفال واستخدامهم من قبل الجماعات المسلحة في سوريا

HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

# Síria

Em 2014, o conflito armado da Síria se tornou muito mais sangrento, com a intensificação de ataques por parte do governo e de milícias pró-governo nas áreas civis e do uso contínuo de armas indiscriminadas. As forças do governo também continuaram a prender, sequestrar e torturar detentos de forma arbitrária, muitos dos quais morreram. Grupos armados não-estatais opositores do governo também cometeram graves abusos, incluindo ataques deliberados e indiscriminados contra civis, o uso de crianças-soldados, sequestros e torturas de presos.

O grupo extremista Estado Islâmico, também conhecido como ISIS, e a filial da al-Qaeda na Síria, Jabhat al-Nusra, foram responsáveis por violações sistemáticas e generalizadas, incluindo ataques a alvos civis, sequestros e execuções.

De acordo com a então Alto-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos Navi Pillay, até agosto de 2014, o número de mortos no conflito já havia alcançado mais de 191.000 pessoas. A propagação e a intensificação dos combates causaram uma grave crise humanitária que gerou milhões de deslocamentos internos ou pessoas à procura de refúgio em países vizinhos.

## Ataques do Governo a Civis e Uso Indiscriminado de Armas

Após o ataque com armas químicas em agosto de 2013 em Ghouta, perto de Damasco, a pressão internacional resultou na adesão da Síria à Convenção sobre Armas Químicas e no acordo para a eliminação de suas armas químicas declaradas. Todas as armas químicas declaradas foram removidas da Síria para destruição em 2014. Porém, a justiça continua uma ilusão para as vítimas do ataque e há fortes indícios de que, em meados de abril, helicópteros do governo sírio jogaram bombas barril com cilindros de gás cloro em três cidades no norte da Síria. Estes ataques usaram um comum produto químico industrial como arma, um ato proibido pela Convenção de Armas Químicas.

O uso extensivo de bombas de fragmentação por parte do governo sírio resultou em inúmeras vítimas, deixando um legado mortal de remanescentes explosivos de guerra. A Human Rights Watch identificou pelo menos 249 ataques em 10 das 14 províncias da Síria, onde bombas de fragmentação foram utilizadas entre julho de 2012 e julho de 2014. Pelo menos sete tipos de bombas de fragmentação foram utilizadas, incluindo bombas lançadas do espaço aéreo, lançadores montados em aeronaves, foguetes lançados por terra, assim como pelo menos dez tipos de sub-munições explosivas. As evidências indicam que forças do governo usaram um tipo de foguete poderoso de bombas de fragmentação nunca antes visto no conflito em ataques a Keferzita, uma cidade no norte da Síria, em fevereiro. As munições de fragmentação

parecem ter sido usadas novamente em 21 de agosto pelas forças do governo sírio na cidade de Manbij, na província de Aleppo, com relatos de que ao menos seis civis morreram e outros 40 ficaram feridos.

O governo também continuou a lançar um grande número de bombas barril altamente explosivas sobre civis, contrariando a resolução 2139 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada em 22 de fevereiro. Estas bombas explosivas não guiadas são feitas de forma barata, produzidas localmente e normalmente construídas a partir de grandes barris de óleo, cilindros de gás e tanques de água, preenchidos com explosivos e sucata de metal para aumentar a fragmentação, e então lançadas de helicópteros. Entre fevereiro e julho, mais de 650 novos ataques de grande impacto foram realizados por grupos de oposição armada nos bairros de Aleppo. A maioria dos ataques teve danos consistentes com explosões de bombas barril. Um grupo local estimou que os ataques aéreos mataram 3.557 civis na província de Alepo em 2014.

O governo sírio também continua a impor cercos, que de acordo com estimativas afetam mais de 200.000 civis. Os cercos violam a resolução 2139 do Conselho de Segurança, que exige que todas as partes “imediatamente liberem os cercos de áreas povoadas”, incluindo Homs, Moadamiya e Daraya em Ghouta ocidental, Ghouta oriental e o campo de refugiados palestinos em Yarmouk no sul de Damasco. O governo usou estratégias de cerco para efetivamente fazer com que as populações sofram com a fome até que se rendam, forçando negociações que permitiriam ao governo retomar o território.

## **Prisões Arbitrárias, Desaparecimentos Forçados, Tortura e Mortes sob custódia do Estado**

As forças de segurança sírias continuam a deter pessoas arbitrariamente, regularmente submetendo-as a maus-tratos e tortura, muitas vezes sequestrando-as mantendo-as em uma extensa rede de instalações de detenção em toda a Síria. Muitos detentos eram jovens, na casa dos 20 ou 30 anos; crianças, mulheres e idosos também foram presos. Em alguns casos, indivíduos relataram que as forças de segurança detiveram membros de sua família, inclusive crianças, para pressioná-los a se entregar. Em 30 de agosto, a Rede Síria de Direitos Humanos, um grupo de monitoramento local, estimou que 85.000 pessoas estavam sendo mantidas pelo governo em condições que pressupõem desaparecimento forçado.

Apesar de uma anistia geral ter sido declarada pelo governo em junho, vários ativistas da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, profissionais de mídia e trabalhadores humanitários continuam detidos arbitrariamente, alguns dos quais estão sendo julgados, inclusive perante tribunais militares e de combate ao terrorismo, por exercerem os seus direitos. Entre os ativistas que continuam em detenção estão o defensor da liberdade de expressão Bassil Khartabil, o defensor dos direitos humanos Mazen Darwish e seus colegas Hani Al-Zitani e Hussein Ghareer, do Centro Sírio de Mídia e Liberdade de Expressão. Alguns ativistas, como o advogado e defensor de direitos humanos Khalil Maatouk, vistos em prisão de acordo com relatos de ex-detentos, permanecem em condições que pressupõem desaparecimento forçado.

A resolução 2139 do Conselho de Segurança exige o fim das práticas de detenção arbitrária, desaparecimento e rapto, além da soltura de todos os que se encontram detidos arbitrariamente.

Os detentos liberados relatam de maneira consistente, práticas de maus-tratos e tortura em detenções e condições prisionais que resultaram em mortes sob custódia. Quatro ex-detentos liberados da prisão militar de Sednaya em 2014 relataram mortes de indivíduos sob custódia e condições prisionais terríveis bastante condizentes com as alegações de execuções em massa, feitas em janeiro por um desertor militar que fotografou milhares de cadáveres nos hospitais militares de Damasco. Segundo ativistas locais, ao menos 2.197 detentos morreram sob custódia em 2014.

## **Jabhat al-Nusra e Abusos do ISIS**

Os grupos extremistas islâmicos Jabhat al-Nusra e ISIS cometeram violações sistemáticas de direitos, incluindo ataques intencionais e sequestro de civis, tais como o rapto de 153 crianças curdas, pelo ISIS, em maio de 2014. As crianças foram soltas mais tarde.

Com base em relatos de oficiais curdos locais e evidências fotográficas, forças do ISIS usaram bombas de fragmentação em 12 de julho e 14 de agosto, durante o confronto com as forças curdas nas Unidades de Proteção da População (YPG) ao redor da cidade Síria de 'Ayn al-'Arab, também conhecida pelo nome curdo de Kobani, na província de Aleppo, perto da fronteira norte da Síria com a Turquia.

Em 29 de maio, de acordo com relatos locais, as forças do ISIS executaram pelo menos 15 civis, incluindo sete crianças, depois de terem entrado na aldeia de al-Taliliya, perto de Ras al-'Ayn, no norte da Síria. Depois que assumiram a cidade de Bukamal, na província de Deir al-Zour, em julho, um residente relatou que as forças do ISIS executaram sumariamente um residente alauita e cristão na praça principal durante o mês de Ramadã. Também há relatos de execuções sumárias de moradores pelas forças do ISIS nas cidades de Raqqa e Tabqa, na província de Raqqa, em 2014. As forças do ISIS também executaram sumariamente alguns dos seus reféns, incluindo os jornalistas americanos James Foley e Steven Sotloff em agosto e setembro, os trabalhadores humanitários britânicos David Haines e Alan Henning em setembro e outubro, além do trabalhador humanitário americano Peter Kassig, em novembro.

Jabhat al-Nusra fez repetidas reivindicações de responsabilidade pelos ataques letais de carros bombas que têm alvejado civis na Síria.

ISIS e Jabhat al-Nusra têm imposto regras restritivas e discriminatórias para mulheres e meninas, além de ambos os grupos ativamente recrutarem crianças-soldados. Em Bukamal, durante o Ramadã de 2014, as forças do ISIS supostamente chicotearam todos que comiam e bebiam em público. Além disso, durante e após o Ramadã, as forças também chicoteavam todos que fossem vistos andando nas ruas durante os horários de oração. Usar a Internet, ouvir música e fumar também foram compulsoriamente proibidos.



## Abusos por Outros Grupos Armados Não-Estatais

Grupos armados não-estatais lançaram, de forma indiscriminada, morteiros e outros ataques de artilharia a partir das áreas sob seu controle, matando civis em bairros sob controle do governo. Estes ataques repetidamente atingiram alvos sabidamente civis, incluindo escolas, mesquitas e mercados.

Em 29 de abril, dois morteiros atingiram o complexo educacional de Badr el-Din Hussaini no bairro de al-Shaghour em Damasco, uma área sob controle do governo, matando 17 crianças e, pelo menos, dois pais que foram buscar seus filhos na escola, além de ferirem cerca de 50 pessoas. Os morteiros vieram de uma área sob o controle de grupos armados no campo de Yarmouk.

Grupos armados não-estatais, incluindo o Exército Sírio Livre (Free Syrian Army) e a Frente Islâmica (Islamic Front) também estão usando crianças para combate e outros fins militares. Alunos também são colocados em risco quando esses grupos usam escolas como bases militares, quartéis, centros de detenção e postos de franco-atiradores.

Grupos armados não-estatais também foram responsáveis por raptos. Pelo menos 54 mulheres e crianças alauitas feitas reféns durante uma ofensiva militar na zona rural de Latakia em agosto de 2013 continuam sendo mantidas pela “sala dos Muja-hidin na zona rural de Latakia.”

A proeminente defensora dos direitos humanos, Razan Zeitouneh e três de seus colegas, Wael Hamada, Samira Khalil e Nazem Hammadi, foram raptados em 9 de dezembro de 2013, em Douma, uma cidade próxima a Damasco sob o controle de uma série de grupos de oposição armados, incluindo o Exército do Islã. Eles continuam sendo mantidos reféns.

Apesar do caráter sistemático dos abusos dos grupos ISIS e Jabhat al-Nusra, muitos outros grupos armados não-estatais na Síria não cessaram a atuação coordenada e cooperação com esses grupos.

## Áreas sob Domínio Curdo

Em janeiro de 2014, o Partido da União Democrática e partidos aliados estabeleceram uma administração transitória nas três regiões do Norte: ‘Afrin, ‘Ain al-’Arab e Jazira. Eles formaram conselhos semelhantes a ministérios e introduziram uma nova legislação constitucional. As autoridades já realizaram prisões arbitrárias, violações do devido processo legal e não conseguiram resolver mortes e desaparecimentos. A polícia local e as forças militares, o YPG, também utilizaram crianças-soldados, embora em junho tenham assumido compromissos para desmobilizar e acabar com o uso de crianças-soldados.

## Crise de Deslocamento

A ONU estima que 7,6 milhões de sírios são deslocados internos e que 12,2 milhões precisam de ajuda humanitária. Em 2014, agências de ajuda humanitária enfrentaram

desafios significativos para levar ajuda à população civil deslocada e a outras gravemente afetadas pelo conflito por causa dos cercos impostos tanto pelo governo como por grupos armados não-estatais, da recusa contínua do governo em permitir que a ajuda atravessasse a fronteira e do fracasso em garantir a segurança dos trabalhadores humanitários.

Em julho, uma resolução do Conselho de Segurança autorizou que as entregas de ajuda humanitária cruzem a fronteira mesmo sem a permissão do governo.

Até 3 de setembro de 2014, mais de 3 milhões de sírios haviam se registrado ou aguardavam registro junto à Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) como refugiados no Líbano, Jordânia, Turquia, Iraque e Egito. Em 2014, Jordânia, Iraque, Turquia e Líbano implementaram medidas para restringir o número de refugiados que entravam em seus países.

Os quatro países vizinhos que acabam por receber refugiados sírios têm negado aos sírios a proteção do status legal.

Palestinos da Síria enfrentaram obstáculos adicionais. Sua entrada na Jordânia tem sido rejeitada, ou são deportados à força; além disso, alguns jordanianos-palestinos que viviam na Síria tiveram sua cidadania jordaniana revogada. Os refugiados palestinos vindos da Síria também têm enfrentado restrições adicionais no Líbano após as novas resoluções do Ministro do Interior em maio limitarem a possibilidade dos palestinos de entrarem no país ou renovarem suas residências, se já estivessem no país.

Em 2014, o número de refugiados da Síria que tentou chegar à Europa — inclusive por rotas perigosas de contrabando, aumentou. Enquanto alguns países da União Europeia ofereceram segurança, outros, como a Bulgária e a Grécia rejeitaram requerentes de asilo, às vezes, de forma violenta, nas fronteiras ou em suas águas territoriais, sem mesmo permitir que registrassem seus pedidos. Os países que não são vizinhos da Síria, inclusive no Ocidente, continuam a aceitar, para reassentamento, apenas números reduzidos de refugiados.

À época de elaboração deste relatório, a ACNUR relatou que apenas 51 por cento de seu apelo para uma resposta regional a refugiados recebeu recursos, deixando um déficit de US\$1,8 bilhão no orçamento. Como resultado, a ACNUR, o Programa Mundial de Alimentos e outros cortaram a assistência aos refugiados, incluindo o fornecimento de bens básicos e subsídios de cuidados de saúde.

## **Principais Atores Internacionais**

Embora os envolvidos no conflito e seus financiadores internacionais tenham se encontrado na Suíça em janeiro para uma segunda rodada de negociações políticas, conhecida como Genebra II, as reuniões não resultaram em nenhuma ação concreta e, desde então, as negociações foram retomadas.

Os esforços internacionais para garantir justiça quanto aos graves crimes cometidos do ponto de vista do direito internacional por todos os lados na Síria também se provaram uma ilusão. Em 22 de maio, Rússia e China bloquearam uma resolução do

Conselho de Segurança que encaminharia a situação na Síria para a análise do Tribunal Penal Internacional (TPI). Mais de 100 organizações não-governamentais clamaram pela aprovação da resolução no Conselho, mais de 60 países a co-patrocinaram e 13 dos 15 membros do Conselho votaram pela sua aprovação.

Mais de 140 nações condenaram o uso de bombas de fragmentação pela Síria em declarações e resoluções, incluindo dezenas de Estados não-Membros da Convenção sobre Munições de Fragmentação. A Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 68/182 em 18 de dezembro de 2013, expressando horror pelas “contínuas graves violações generalizadas e sistemáticas dos direitos humanos” na Síria “incluindo aquelas envolvendo o uso de... bombas de fragmentação.”

Entretanto, o Conselho de Segurança aprovou uma resolução em 22 de fevereiro exigindo o acesso humanitário livre e seguro — inclusive para além das fronteiras e às zonas de conflito ; que todas as partes cessem o “emprego indiscriminado de armas em áreas povoadas, incluindo o bombardeio e bombardeio aéreo, tais como o uso de bombas barril”; e o fim das práticas de detenção arbitrária, desaparecimentos e raptos e a soltura de todos os que se encontram detidos arbitrariamente.

Tendo em vista a contínua não-observância do governo sírio aos termos da resolução, em 14 de julho, o Conselho aprovou uma segunda resolução diretamente autorizando as agências das Nações Unidas e seus parceiros a oferecerem ajuda para além das fronteiras e nas zonas de conflito da Síria. Nenhuma resolução desse tipo foi aprovada sobre detentos ou ataques indiscriminados, apesar da contínua não-observância à resolução por todas as partes do conflito.

Além de persistentemente bloquear a ação do Conselho de Segurança para restringir as violações por parte do governo sírio, a Rússia, juntamente com o governo iraniano, continuou fornecendo assistência militar ao governo sírio em 2014, de acordo com relatos de imprensa.

Em 15 de agosto, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 2170 convocando todos os Estados-Membros a tomarem medidas nacionais para interromper o fluxo de combatentes estrangeiros, de recursos e de armas para o ISIS, Jabhat al-Nusra e qualquer outro indivíduo ou grupo associado com a al-Qaeda, colocando seis indivíduos destes grupos na lista de sanções da Al-Qaeda.

O Conselho de Direitos Humanos renovou o mandato de sua Comissão Internacional de Inquérito sobre a Síria em março de 2014 por um ano.

Os países vizinhos à Síria e, principalmente, o governo turco, intensificaram suas políticas de controle de fronteiras para limitar o fluxo de materiais e combatentes para estes grupos, mas estas medidas foram implementadas com significativo atraso. Os Estados ocidentais que temem que seus cidadãos estejam tentando entrar na Síria para se envolver no combate também intensificaram a triagem e outras medidas na tentativa de conter o fluxo de combatentes estrangeiros.

Em 24 de setembro, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 2178, convocando os Estados-membros a tomarem uma série de medidas para combater o terrorismo,

incluindo a exigência de que os Estados-Membros estabeleçam medidas de triagem, controle eficaz das fronteiras e outras ações para impedir o recrutamento, organização e movimento de terroristas, incluindo aqueles afiliados com o ISIS e a al-Qaeda. A resolução também exigia que eles melhorassem a cooperação, promovessem ações penais, melhorassem a assistência em ações penais e ajudassem a fortalecer a capacidade de outros estados em combater o terror.

Indivíduos do Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e dos Emirados Árabes também têm financiado e apoiado as operações militares lideradas pelo ISIS ou Jabhat al-Nusra. No início de agosto, o Kuwait anunciou novas medidas para inibir o financiamento de extremistas, que incluem a proibição de todas as formas de arrecadação de fundos em mesquitas, exigindo maior transparência de organizações filantrópicas em relação a origem e o destino de suas doações e obtenção de recibos oficiais. A Arábia Saudita também tomou novas medidas no ano passado, anunciando, em fevereiro, um decreto do Rei para aprisionar cidadãos sauditas que lutam no exterior com grupos terroristas; advertindo, em abril, sobre doações a grupos não autorizados; e se comprometendo, em agosto, a destinar US\$ 100 milhões para o estabelecimento de um centro de contraterrorismo da ONU.

# Venezuela

Em 2014, as forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes, em grande parte, pacíficos, muitos dos quais foram presos arbitrariamente, submetidos a severos espancamentos e outros abusos durante a sua detenção, além de terem os seus direitos ao devido processo legal negados. Essas violações dos direitos humanos, que ocorreram durante um período de várias semanas em diferentes locais, foram praticadas sistematicamente pelas forças de segurança venezuelanas.

Sob a liderança do Presidente Hugo Chávez e, atualmente, do Presidente Nicolás Maduro, a concentração de poder no Executivo e a erosão das garantias de direitos humanos têm permitido que o governo intimide, censure e processe seus opositores. Apesar de alguns venezuelanos continuarem criticando o governo, a possibilidade de represálias — na forma de ação arbitrária ou abusiva do Estado — tem afetado independência judicial e forçado jornalistas e defensores de direitos a avaliarem as consequências da divulgação de informações e opiniões contrárias ao governo.

Os abusos policiais, as condições precárias das prisões e a impunidade nos casos de abusos cometidos pelas forças de segurança ainda são problemas graves.

## Uso Excessivo da Força contra Manifestantes Desarmados

No início de fevereiro de 2014, as forças de segurança do Estado — incluindo a Guarda Nacional Bolivariana, a Polícia Nacional Bolivariana e as forças policiais estaduais — rotineiramente fizeram uso indevido e desproporcional da força contra manifestantes desarmados e outras pessoas nas proximidades das manifestações. As violações incluíram graves espancamentos, disparos indiscriminados de munições, balas de borracha e lançamentos de gás lacrimogêneo contra a multidão. Em alguns casos, foram feitos disparos indiscriminados de armas de pressão à queima roupa em indivíduos desarmados, já sob custódia. As forças de segurança também toleraram e, por vezes, colaboraram diretamente com grupos armados pró-governo que atacaram os manifestantes impunemente. De acordo com a Procuradoria Geral, 3.306 pessoas, incluindo 400 adolescentes, foram detidas durante as manifestações.

Os indivíduos detidos foram, muitas vezes, mantidos incomunicáveis em bases militares por 48 horas ou mais antes de serem apresentados a um juiz. Durante a detenção, sofreram uma série de abusos, os quais incluíram graves espancamentos, choques elétricos ou queimaduras, além de terem sido forçados a permanecer agachados ou ajoelhados por horas, sem se mover. Em alguns casos, os maus-tratos constituíram tortura.

## Independência Judicial

Desde que o ex-presidente Chávez e seus partidários na Assembleia Nacional assumiram o controle político da Suprema Corte em 2004, o poder judiciário praticamente parou de funcionar como um poder independente do governo. Membros da Suprema Corte rejeitaram abertamente o princípio de separação de poderes, comprometeram-se publicamente com a defesa da agenda política do governo e tomaram repetidas decisões em seu favor, validando seu desrespeito aos direitos humanos.

A juíza María Lourdes Afiuni ainda responde a um processo criminal resultante de uma decisão de 2009, na qual ela autorizou a liberdade condicional de um opositor do governo. Embora sua decisão estivesse de acordo com uma recomendação dos monitores internacionais de direitos humanos — e cumprisse a lei da Venezuela —, um juiz provisório que havia declarado publicamente sua lealdade a Chávez ordenou que ela fosse julgada por acusações de corrupção, abuso de autoridade e “favorecimento da evasão da justiça”. A juíza continua proibida de fazer quaisquer declarações públicas sobre o caso.

Durante os protestos de 2014, as autoridades judiciais deixaram de cumprir o seu papel na proteção da população contra o abuso de poder e, em vez disso, foram responsáveis por sérias violações do devido processo legal. Diversas vítimas tiveram negado o acesso a um advogado até minutos antes de suas audiências que, muitas vezes, foram marcadas para o meio da noite. Promotores e juízes frequentemente fizeram vista grossa às evidências de que os indivíduos detidos teriam sofrido abuso físico ou de que as forças de segurança teriam forjado provas contra estes.

As autoridades judiciais também atuaram a partir da alegação não comprovada do governo de que seus opositores políticos foram responsáveis pela violência que eclodiu durante as manifestações. O governo acusou Leopoldo López, líder da oposição, de ser o “autor intelectual” das mortes relacionadas ao protesto e ataques contra veículos e escritórios da administração pública em 12 de fevereiro. A Procuradoria Geral prontamente buscou a sua prisão por vários supostos crimes. López encontra-se detido em uma prisão militar desde que se entregou em 18 de fevereiro. Durante o julgamento, que começou em julho, o juiz não permitiu que seus advogados apresentassem provas em sua defesa.

Em abril, a Suprema Corte sumariamente julgou e condenou dois prefeitos da oposição a 10 e 12 meses de prisão, respectivamente, em processos que violaram garantias básicas do devido processo legal, incluindo o direito ao recurso de apelação de suas sentenças.

## Liberdade de Expressão

Durante a última década, o governo aumentou e abusou de seus poderes para controlar a imprensa. Apesar de críticas ao governo serem publicadas em alguns jornais e canais de rádio, o medo de represálias transformou a autocensura em um problema grave.

Em 2010, a Assembleia Nacional alterou a lei de telecomunicações para conceder ao governo o poder de suspender ou revogar concessões aos meios de comunicação privados quando “conveniente aos interesses da nação”. Também expandiu o âmbito de aplicação de um estatuto de radiodifusão a fim de abranger a Internet, permitindo a suspensão arbitrária de sites pelo crime vagamente definido como “incitação”. Antes disso, alterações no código penal haviam expandido o âmbito de aplicação e aumentado a gravidade de leis de difamação que criminalizam o desrespeito a funcionários do alto escalão do governo.

O governo adotou medidas agressivas para reduzir a disponibilidade de meios de comunicação que oferecem uma programação crítica. A RCTV (o canal privado de televisão mais antigo da Venezuela) foi arbitrariamente removida das ondas públicas em 2007 e, em 2010, expulsa da TV a cabo. Em 2013, a Globovisión, que durante anos foi o único grande canal de televisão crítico ao governo de Chávez, foi vendida a partidários do governo, porque, segundo seu proprietário, havia se tornado inviável em termos políticos, econômicos e legais. Desde então, a programação crítica da Globovisión diminuiu significativamente.

Em Janeiro, o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, ingressou com uma ação de difamação contra um cidadão que publicou um artigo de opinião no jornal *Tal Cual* e contra quatro diretores da empresa proprietária do veículo, incluindo o seu editor. O artigo citava fontes não oficiais sobre o número de pessoas mortas na Venezuela em 2013 e uma fala de Cabello que teria dito: “Se você não gosta de insegurança, vá embora.” Cabello alegou nunca ter feito tal afirmação e que o artigo prejudicava sua reputação. Um Tribunal Penal admitiu o caso em março, determinou que os cinco indivíduos se apresentassem perante os tribunais uma vez por semana e os proibiu de sair do país sem prévia autorização judicial.

Durante os protestos de 2014, o governo bloqueou a transmissão da NTN 24, um canal de notícias de TV a cabo e ameaçou processar as agências de notícias com relação à cobertura da violência. Em muitos casos, as vítimas de abusos eram jornalistas profissionais e pessoas que estavam fotografando ou filmando os confrontos da força de segurança com os manifestantes.

## **Defensores dos Direitos Humanos**

O governo venezuelano tem procurado marginalizar os defensores de direitos humanos do país, acusando-os repetidamente de tentar enfraquecer a democracia da Venezuela com o apoio do governo dos Estados Unidos. Em março, o Presidente Maduro declarou que Rocío San Miguel, diretora de uma organização não governamental (ONG) que promove “accountability” das forças de segurança, estava “totalmente envolvida em uma tentativa de golpe” na Venezuela. Em maio, o ministro da justiça disse que Humberto Prado, diretor de uma ONG que monitora as condições prisionais na Venezuela, estava envolvido em uma trama de conspiração para enfraquecer o governo venezuelano. Em novembro, o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, citando declarações fornecidas por “informantes patrióticos”, afirmou que 12 ONGs que apresentaram relatórios sobre

tortura na Venezuela durante a avaliação do Comitê das Nações Unidas Contra a Tortura teriam “interesses obscuros”.

Em 2010, a Suprema Corte decidiu que os indivíduos ou organizações que recebem financiamento internacional poderiam ser processados por “traição”. Além disso, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que impede que organizações que “defendem direitos políticos” ou “monitoram o desempenho de órgãos públicos” recebam assistência internacional.

## **Impunidade em Relação aos Abusos Cometidos pelas Forças de Segurança**

Até novembro, promotores haviam recebido 242 denúncias de supostas violações dos direitos humanos cometidas durante os protestos de 2014, incluindo apenas dois casos de tortura. De acordo com a Procuradoria Geral, os promotores teriam concluído 125 investigações, formalizando acusações em relação a 15 membros das forças de segurança pública. Fontes oficiais relataram que dois policiais foram condenados por “eventos ocorridos em Anzoátegui”, mas não ofereceram nenhuma informação adicional sobre o caso nem sobre as condenações.

As mortes causadas por intervenção das forças de segurança são um problema crônico na Venezuela. Em outubro, membros da polícia investigativa criminal, penal e científica mataram cinco civis durante uma busca no prédio de um grupo pró-governo em Caracas. A Procuradoria Geral emitiu mandados de prisão contra sete policiais, os quais, de acordo com declarações oficiais, permaneciam em liberdade até o momento em que esta publicação foi escrita.

De acordo com as estatísticas oficiais mais recentes, policiais supostamente mataram 7.998 pessoas entre janeiro de 2000 e março de 2009. A impunidade para esses crimes continua sendo a norma.

## **Condições das Prisões**

As prisões venezuelanas estão entre as mais violentas da América Latina. Problemas como frágil segurança, deterioração da infraestrutura, superlotação, guardas em número insuficiente e despreparados e corrupção permitem que grupos armados controlem as prisões. Crianças privadas de liberdade são frequentemente mantidas presas com adultos, particularmente no caso de prisões provisórias. De acordo com o Observatório de Prisões Venezuelano, até agosto, havia aproximadamente 55.000 detentos — a maioria deles presos provisoriamente — em prisões venezuelanas, com capacidade para 19.000. Desde que o Ministério de Assuntos Penitenciários foi criado em junho de 2011, pelo menos 1.463 pessoas morreram em prisões, incluindo ao menos 150 em 2014, de acordo com fontes não oficiais.



## Direitos Trabalhistas

A legislação trabalhista adotada em abril de 2012 inclui cláusulas que limitam a liberdade dos sindicatos de elaborarem seus estatutos e elegerem seus representantes. Na prática, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que é uma autoridade pública, continua desempenhando um papel nas eleições sindicais, violando as normas internacionais.

Em julho, o Presidente Maduro denunciou trabalhadores que protestavam contra a estatal do aço Sidor, acusando-os de formarem “máfias” que haviam “sequestrado” a empresa. Confrontos entre trabalhadores e membros da Guarda Nacional, que dispersava as manifestações, resultaram em alguns manifestantes feridos, segundo relatos de imprensa. Em agosto, o ministro das comunicações *tuitou* que o governo tinha chegado a um acordo com os “verdadeiros trabalhadores” da Sidor. Protestos e greves de trabalhadores, que argumentavam que o acordo não havia sido assinado pelos representantes competentes do sindicato, continuaram durante o mês.

## Principais Atores Internacionais

Vários organismos internacionais responsáveis pelo monitoramento da situação de direitos humanos expressaram preocupação com relação aos abusos cometidos durante os protestos de 2014. Em fevereiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pediu que a Venezuela investigasse ações ilegais e garantisse a segurança pública. Em março, seis relatores especiais das Nações Unidas solicitaram que o governo venezuelano garantisse o “rápido esclarecimento das alegações de detenção arbitrária, uso excessivo de força e violência contra manifestantes, jornalistas e profissionais da mídia durante os protestos”.

Em setembro, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária declarou que Leopoldo López e um dos prefeitos condenados em abril haviam sido detidos arbitrariamente. Em outubro, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos pediu que a Venezuela libertasse os políticos e os manifestantes detidos arbitrariamente. Por muitos anos, o governo da Venezuela tem se recusado a autorizar esses especialistas em direitos humanos a realizar visitas ao país.

A organização regional Unasul comprometeu-se com a promoção do diálogo entre o governo da Venezuela e os líderes da oposição no início de 2014. No entanto, os representantes da Unasul falharam ao não exigir que a Venezuela investigasse os abusos, especialmente considerando que o Tratado Constitutivo da Unasul determina que “a plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro comum de paz, de prosperidade econômica e social e para o desenvolvimento dos processos de integração entre os países-membros”. O diálogo estava suspenso no momento de elaboração desta publicação.

Em julho, o Departamento de Estado dos Estados Unidos revogou os vistos de 24 funcionários do governo venezuelano em resposta às alegações de uso excessivo da força e detenções arbitrárias contra manifestantes.

Desde 2013, como consequência da decisão do governo de retirar-se da Convenção Americana de Direitos Humanos, cidadãos e residentes da Venezuela não podem solicitar a intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos quando os recursos locais são ineficazes ou estiverem indisponíveis com relação a abusos cometidos desde então. A Comissão Interamericana continuou a monitorar a situação na Venezuela, aplicando a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

O governo venezuelano continuou a apoiar uma campanha do Equador para enfraquecer a independência da Comissão e limitar as verbas e a eficácia de seu enviado especial sobre liberdade de expressão.

À luz das declarações de grupos locais de que pacientes com câncer, HIV/AIDS, hemofilia, entre outras doenças, tinham acesso limitado a medicamentos e suprimentos médicos básicos, em abril de 2014, o relator especial das Nações Unidas sobre o direito à saúde instou o governo venezuelano a “adotar todas as medidas necessárias para garantir a proteção e o pleno usufruto do mais alto padrão de saúde física e mental alcançável para toda a população”.

Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Venezuela votou regularmente para evitar a investigação minuciosa dos graves casos de direitos humanos em todo o mundo. O país votou contra resoluções que evidenciavam abusos na Coreia do Norte, Síria, Irã, Sri Lanka, Belarus e Ucrânia. Em outubro, a Venezuela foi eleita para um mandato de dois anos no Conselho de Segurança da ONU.



HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

**HUMAN RIGHTS WATCH**

350 Fifth Avenue  
New York, NY 10118-3299  
[www.hrw.org](http://www.hrw.org)

Capa: **República Centro-Africana** — Muçulmanos fogem de Bangui, capital da República Centro-Africana, com ajuda das forças especiais do Chade.  
© 2014 Marcus Bleasdale / VII para a Human Rights Watch

Contracapa: **Estados Unidos** — Alina Díaz, defensora das trabalhadoras rurais, com Lidia Franco, Gisela Castillo e Marilu Nava-Cervantes, integrantes da Alianza Nacional de Campesinas. A Alianza é uma organização nacional que trabalha para mobilizar trabalhadoras rurais em todo o país a se engajarem na formulação de políticas nacionais contra abusos no local de trabalho, incluindo salários não pagos, exposição a pesticidas e assédio sexual.  
© 2013 Platon para a Human Rights Watch

*Design gráfico da capa por Rafael Jiménez*

RELATÓRIO MUNDIAL | 2015

EVENTOS DE 2014

Este 25º Relatório Mundial anual resume a situação dos direitos humanos em mais de 90 países e territórios em todo o mundo em 2014. Ele reflete o extenso trabalho de investigação que a equipe da Human Rights Watch realizou durante o ano, frequentemente em estreita parceria com ativistas locais de direitos humanos.